UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

INSEGURANÇA: AS PRÁTICAS E DISCURSOS DO MEDO NA CIDADE DE GOIÂNIA

Autora: Najla Franco Frattari
Orientadora: Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza

GOIÂNIA
2009

NAJLA FRANCO FRATTARI

INSEGURANÇA: AS PRÁTICAS E DISCURSOS DO MEDO NA CIDADE DE GOIÂNIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza.

GOIÂNIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(GPT/BC/UFG)

Frattari, Najla Franco.
F844i Insegurança [manuscrito]: as práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia / Najla Franco Frattari. – 2009.
182 f. il., tabs.

Orientadora: Profª. Drª. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2009.
.

Bibliografia: f. 149-156.
Inclui lista de tabelas.
Anexos.

1. Violência Urbana – Goiânia (GO) 2. Sentimento de Insegurança 3. Segregação Socioespacial I. Souza, Dalva Maria Borges de Lima Dias de II. Universidade Federal de Goiás, **Faculdade de Ciências Sociais** III. Título.

CDU: 316.48(817.3)

NAJLA FRANCO FRATTARI

INSEGURANÇA: AS PRÁTICAS E DISCURSOS DO MEDO NA CIDADE DE GOIÂNIA

Dissertação defendida e aprovada em 18 de março de 2009, pela banca examinadora constituída pelos professores:

_____

Prof[a]. Dr[a]. Dalva Maria B. L. Dias de Souza/UFG
Presidente da Banca

_____

Prof[a]. Dr[a]. Luciana Teixeira de Andrade/ PUC Minas

_____

Prof. Dr. Francisco Chagas Evangelista Rabelo/UFG

Dedicatória

Aos meus queridos avós, Oleyr e Marta Frattari,
exemplos de vida, pelo amor, dedicação e incentivo.

Agradecimentos

À minha orientadora de toda uma vida acadêmica, professora Dalva, pelo incentivo, paciência, dedicação, amizade, pelas enormes contribuições ao meu aprendizado e formação, por acreditar sempre.

Aos professores e professoras do Departamento de Ciências Sociais, em especial aos professores Francisco Chagas E. Rabelo e Jordão Horta Nunes, pelos ensinamentos e dedicação.

Aos meus queridos familiares, por compreender as minhas longas ausências, pelo apoio e incentivo de toda uma vida.

À você Norton, pelo amor e cuidado, por estar sempre ao meu lado, escutando, torcendo e apoiando.

À você Celiana, amiga querida de todas as horas.

Aos amigos e amigas que vivenciaram intensamente os anos de mestrado e a produção desse trabalho, souberam entender a minha condição e muito me apoiaram, em especial, Rogério, Alessandra, Moema, Marcelo Brice, Miryan, Simone e Nara. Com certeza as muitas dificuldades encontradas no meio do caminho se tornaram muito mais leves por ter vocês ao meu lado.

Aos meus companheiros de pesquisa de campo, Adrienny, Guilherme, Iamanda, Marcilaine, Luciana, Dione, Arthur, Jaqueline, Neville, Paulo e Jaquelaine, pela participação intensa nesse trabalho, pelos longos meses de trabalho duro, pelas muitas viagens, aventuras e desventuras.

À todas as pessoas que participaram do processo de pesquisa, através do preenchimento dos questionários, e às pessoas que me concederam entrevistas.

Ao CNPQ pelos 24 meses de bolsa, elemento fundamental para minha dedicação exclusiva a este trabalho.

À Universidade Federal de Goiás, instituição que contribuiu de forma especial para minha formação profissional e humana.

À todos e todas, muito obrigada.

Resumo

Nas grandes cidades a violência e o medo vêm cada vez mais se apresentando como fatores de condicionamento do espaço e vida urbanos. Neste contexto, a segregação socioespacial aparece como fenômeno marcante, produzindo uma série de efeitos sociais, culturais e espaciais de grandes proporções. O presente estudo problematiza essas questões e tem como objetivo captar o sentimento de insegurança dos moradores da cidade de Goiânia, bem como as respostas concretas à insegurança, expressas na vivência cotidiana, nos comportamentos, formas de moradia, atitudes e relações com o espaço público.

Palavras-chave: violência urbana, sentimento de insegurança, segregação socioespacial, estigmatização.

Abstract

In the large cities the violence and fear are increasingly presenting as conditioning factors of space and urban life. In this context, the socio segregation phenomenon appears as striking, producing a number of the social, cultural and space of major proportions. This study problematizes these issues and aims to capture the feeling of insecurity of the residents of the city of Goiânia, as well as practical responses to the uncertainty, expressed in everyday life, in attitudes, ways of living, attitudes and relationships with the public space.

Keywords: urban violence, feelings of insecurity, socio-spacial segregation, stigmatization.

Sumário

Introdução…… 1

Capítulo 1: Violência, Insegurança e Segregação Socioespacial..... 6

1.1. A Cidade como Objeto de Pesquisa..... 7

1.2. Violência Urbana e Sentimento de Insegurança..... 13

1.3. In (Segurança), Fragmentação e Dis (Sociação)..... 22

1.4. Espaço Social e Espaço Simbólico..... 33

1.5. *Pensando Goiânia……* 42

Capítulo 2: Desenvolvimento da Perspectiva Metodológica..... 48

2.1. Dos Métodos…….. 49

2.2. Pesquisa Quantitativa……..... 50

2.3. Pesquisa Qualitativa…….. 64

Capítulo 3: Medo, Enclausuramento e Representações da Violência..... 66

3.1. Insegurança: Vivendo com Medo nas Cidades..... 67

3.2. A Estética da Segurança: Transformando a Paisagem e a Vivência do Urbano.... 80

3.3. Vivendo Atrás dos Muros: Quando o Espaço Público Não é Mais Desejável..... 95

3.4. Representações do Medo e da Violência..... 120

3.5. Ineficácia da Justiça e Endurecimento Penal..... 134

Considerações Finais..... 145

Referências Bibliográficas..... 149

Anexos..... 157

Lista de Tabelas

Tabela 1	Como você se sente andando sozinho no seu bairro à noite?
Tabela 2	Ninguém está seguro em lugar algum?
Tabela 3	Ocorrência de pessoas usando drogas em lugares públicos.
Tabela 4	Ocorrência de pessoas que destroem ou danificam muros, janelas, postes, orelhões.
Tabela 5	Ocorrência de excesso de barulho nas ruas do bairro.
Tabela 6	Ocorrência de sujeiras nas ruas do bairro.
Tabela 7	Ocorrência de tráfico de drogas no bairro.
Tabela 8	Ocorrência de assassinatos no bairro.
Tabela 9	Ocorrência, no bairro, de agressões contra pessoas causando lesões corporais
Tabela 10	Ocorrência de furtos no bairro.
Tabela 11	Ocorrência de roubo em roubo em residência no bairro.
Tabela 12	Ocorrência de roubo de carro ou moto no bairro.
Tabela 13	Opinião sobre violência em Goiânia ema relação ao último ano.
Tabela 14	Medo de ser vítima.
Tabela 15	Ocorrência de estupro ou tentativa de violência sexual no bairro.
Tabela 16	Você foi vítima de algum ato criminoso no último ano?
Tabela 17	Alguém da sua família foi vítima de algum ato criminoso no último ano?
Tabela 18	Algum amigo próximo ou vizinho foi vítima de algum ato criminoso no último ano?
Tabela 19	Medidas de segurança
Tabela 20	Evitar lugares públicos e o contato com estranhos é uma das melhores maneiras para se viver com segurança?
Tabela 21	Evitar lugares afastados do seu bairro é uma forma de se sentir seguro?
Tabela 22	O que define um lugar perigoso?
Tabela 23	Você acredita que a segurança pública tem sido eficaz no controle da violência?
Tabela 24	Maior policiamento pode reduzir o crime no seu bairro?
Tabela 25	Penas mais rigorosas reduziriam o crime no Brasil?
Tabela 26	A pena de morte seria uma medida eficaz na redução do crime no Brasil?
Tabela 27	A redução da maioridade penal é uma medida fundamental para reduzir a violência?

INTRODUÇÃO

Introdução

Entre os principais fenômenos ligados à violência e criminalidade urbanas, destaca-se o sentimento de insegurança que, ao que tudo indica, parece redefinir os processos de integração social entre grupos, bem como, a própria noção de espaço público. O medo crescente e a desconfiança fazem com que as áreas comuns de convivência e lazer sejam abandonadas, tornando-se alvos fáceis da "delinquência de oportunidade". Em contrapartida, os encontros e a vivência social passam a ocorrer prioritariamente em espaços privados e controlados. O sentimento de insegurança cria um espaço público onde as diferenças tendem a ser cada vez mais ressaltadas e entendidas como ameaçadoras, o que muito contribui para reforçar processos de segregação e desigualdade. Assim, é que nos últimos anos, nos grandes centros urbanos, cresce o número de espaços públicos privatizados na forma de bairros residenciais fechados, condomínios empresariais, *shoppings centers*, parques, bem como, o número de empresas responsáveis pela vigilância e monitoramento desses espaços de alta renda.

A cidade de Goiânia, *locus* desta pesquisa, segundo matéria jornalística[1], apresenta um aumento anual de 15% a 20% na procura por equipamentos de segurança particular. Segundo as informações apresentadas, um número cada vez maior de goianienses vem recorrendo a essas estratégias como forma de se sentirem mais seguros em face do medo da violência e criminalidade urbanas.

De outro lado, o medo da violência somado aos processos de separação e de afastamento social parece contribuir para a produção de imagens estereotipadas de um "agente produtor" da violência, bem como para a exclusão dos grupos mais próximos dessas imagens. Neste contexto, os moradores das áreas pobres vêm sendo eleitos indiscriminadamente como criminosos e tratados como tal, seja pelos demais habitantes da cidade, seja pelas forças policiais, cujas ações excessivas são constantemente noticiadas. As periferias das cidades sofrem uma série de incursões

[1] http://v5.dm.com.br/cidades/medo_da_populacao_aumenta_mercado_de_seguranca.

repressivas e violentas pautadas e legitimadas por esses estereótipos construídos ao longo do tempo e reforçados pelo discurso da violência. Neste sentido, entende-se, que o discurso sobre a violência tem desdobramentos práticos quanto à segregação socioespacial na cidade, contribuindo sobremaneira para a conformação de um espaço urbano fragmentado e marcado pelo medo.

Nesse processo social de criminalização e medo tendem a aumentar as demandas por maior repressão e intensificação da punição, somadas ao descrédito nas instituições responsáveis pelo controle da ordem pública. O medo do crime acrescido da deslegitimação dessas instituições parece contribuir de forma significativa para a busca de soluções individuais, escapistas, e fragmentadas e ainda, com o desejo por maior rigor, os clamores por pena de morte, prisão perpétua, redução da maioridade penal são crescentes neste cenário.

A partir de tais considerações este trabalho se propõe a captar o sentimento de insegurança dos moradores de diversas áreas da cidade de Goiânia, bem como seus comportamentos, hábitos e valores em face do medo da violência. Pretende ainda verificar de que forma o medo e a insegurança têm contribuído para as crescentes transformações da arquitetura urbana, e com isso conformado novos estilos de vida principalmente entre os membros da elite. Procura-se apreender também, o grau de confiança das pessoas nos órgãos de segurança pública.

A pesquisa na qual se baseia o trabalho foi realizada nos anos de 2007 e 2008 e está pautada numa combinação de metodologias quantitativas e qualitativas. A pesquisa quantitativa apóia-se na realização de um *survey* sobre sentimento de insegurança e vitimização entre diferentes grupos sociais na cidade. Já a pesquisa qualitativa pautou-se em entrevistas semi-estruturadas com os membros da elite goianiense, cujo objetivo principal foi apreender os discursos sobre o medo e a violência e o modo como esses discursos têm sido incorporados às práticas, em termos de respostas concretas à violência, expressas nas vivências cotidianas, nos comportamentos, formas de moradia, atitudes e relações com o espaço público. O estudo ainda contou com a observação em alguns espaços da cidade, tanto públicos como privados (praças, condomínios fechados, bairros residenciais) e a produção de

algumas fotografias, o que permitiu documentar visualmente as soluções adotadas para fazer face à segurança.

O trabalho está divido em três capítulos, além de algumas considerações ao final. O primeiro capítulo tem cinco seções nas quais apresentamos as perspectivas teóricas norteadoras deste trabalho: a primeira seção trata da cidade enquanto objeto de pesquisa da Sociologia. Nesse ponto buscamos discutir as primeiras pesquisas realizadas acerca do urbano pelos pesquisadores norte-americanos (Escola de Chicago) e depois franceses, discorrendo posteriormente sobre os mais relevantes estudos realizados no Brasil, bem como os principais temas abordados. Na segunda seção é explorada a questão da violência urbana e do sentimento de insegurança que a acompanha e sua estreita relação com o papel do Estado. Aqui se busca explicitar e definir esses conceitos. A terceira seção discute as transformações sociais e espaciais em emergência nas cidades em função do medo da violência. O enfoque recai sobre as questões do espaço público, processos de segregação e estigmatização. A penúltima seção aborda as noções de *espaço social, efeitos de lugar e efeito clube* desenvolvidas por Pierre Bourdieu, o que tem como objetivo discutir as relações de poder no espaço social. Por fim, na quinta e última seção, apresentamos um breve histórico da formação do espaço urbano de Goiânia.

O segundo capítulo trata dos aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa. Buscamos explicitar os diversos procedimentos seguidos, tais como, a escolha das áreas pesquisadas, os instrumentos de coleta de dados, as entrevistas realizadas, etc. Enfim, todo o trabalho de campo empreendido.

A perspectiva teórica desenvolvida no primeiro capítulo do trabalho nos deu o "pano de fundo" para a análise realizada no terceiro capítulo desse estudo, onde discutimos o sentimento de insegurança e as percepções do medo e da violência entre os diversos grupos sociais, bem como, as respostas dadas em face do medo da criminalidade e violência urbana. Busca-se compreender de que modo o medo da violência vem condicionando as relações sociais e modelando o espaço urbano, estruturando discursos e representações sobre a violência, o medo, a justiça. Neste ponto tratamos das mudanças no espaço público e da qualidade da vida pública, da "militarização" da cidade, da estética da segurança difundida principalmente entre as

elites urbanas. Analisamos ainda as percepções sobre os órgãos responsáveis pela segurança pública e as demandas desses grupos em termos de segurança e proteção.

Por fim, tecemos algumas considerações finais, retomando discussões e pontuando algumas reflexões importantes, já que entendemos que falar em violência urbana e sentimento de insegurança é tocar em questões, como privatização do espaço público, segregação, novas sociabilidades e novas formas de vivenciar a metrópole contemporânea.

Acreditamos que compreender o modo como a violência e o medo vêm transformando espaços e comportamentos coloca-se como uma questão de grande relevância, tendo em vista as barreiras que são impostas ao processo de construção de uma sociedade aberta e democrática. Entender que o agravamento do sentimento de insegurança e a não convivência entre os diferentes podem desenvolver atitudes anti-sociais graves desde a evitação até o ódio social, perseguição e extermínio de grupos marginalizados, pode ser uma importante contribuição da Sociologia para a vida social. Sendo assim, este trabalho pretende contribuir com esta discussão, haja vista os inúmeros impactos negativos que são impostos aos diversos grupos sociais.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA , INSEGURANÇA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

1.1. A Cidade como Objeto de Pesquisa

O espaço urbano, a cidade, constitui-se objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento, tais como, economia, história, arquitetura, urbanismo, sociologia. Ao que tudo indica, a idéia de uma Sociologia Urbana surgiu não de uma preocupação de elaboração teórica, mas antes, da necessidade de enfrentar alguns problemas "práticos" de caráter urgente ligados ao enorme crescimento das cidades. Crescimento este responsável por trazer consigo uma série de fenômenos desconhecidos até então, pelo menos em grandes proporções. Inclui-se aqui, manifestações de "patologia social" como marginalidade, delinquência, sub-habitação.

Atribui-se à chamada Escola de Chicago[2] o mérito da criação da Sociologia Urbana, enquanto disciplina especializada. A Escola de Chicago vai tomar a cidade como objeto de investigação, sendo que "sua tendência empírica será marcada pela insistência dos investigadores em produzir conhecimentos úteis para a solução dos problemas sociais concretos". (Coulon, 1995, p.8)

Segundo Sant'Anna (2002) o empirismo, marca da escola de Chicago, é resultado do empenho em buscar soluções viáveis para uma cidade imersa em uma gama de problemas decorrentes do processo de urbanização e industrialização acelerados. O acentuado crescimento populacional, especialmente imigratório, a formação de guetos e a consequente segregação socioespacial, as péssimas condições de vida e infra-estrutura, favoreceram o interesse pelo estudo do urbano pelos representantes da Escola.

A Ecologia Humana constitui-se no paradigma maior desta vertente de pensamento. A cidade é vista por alguns pensadores desta escola, como Robert Park, como um "organismo social". A teoria de Park sobre a ecologia humana e as áreas naturais pressupõe uma analogia entre o mundo vegetal e animal, de um lado, e o mundo dos homens, de outro. Para explicar essa aproximação o autor utiliza conceitos

[2] Por "Escola de Chicago" se designa um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados, entre 1915 e 1940, por professores e estudantes da Universidade de Chicago.

como competição, dominação e sucessão. A cidade é compreendida através de um referencial de análise que tem por base a ecologia animal. A Escola de Chicago avançou nas preocupações com a criminalidade elaborando a teoria da desorganização social, advogando que em determinadas vizinhanças, o controle social primário se enfraquece e as relações sociais se deterioram criando a possibilidade do desenvolvimento de atitudes criminosas. Outras formulações teóricas da Escola de Chicago vão encontrar na cidade a produção de uma cultura urbana que vai além dos limites espaciais do urbano, o que é totalmente inovador. Neste sentido, temos a cidade como modo de vida que atua muito além de seus limites físicos. Uma das contribuições mais importantes dos teóricos desta escola foi o desenvolvimento de métodos originais de pesquisa, tais como: trabalho de campo sistemático, exploração de diversas fontes documentais, etc.

Contrapondo-se a esta sociologia urbana de cunho ecológico, surge na década de 60 uma nova sociologia, reunindo alguns pensadores franceses e a chamada *new urban sociology* norte americana, cuja proposta pauta-se em uma análise do urbano mais abrangente. O urbano é entendido enquanto um espaço socialmente construído, assumindo diferentes formas de acordo com a organização social, econômica e política. A interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder ganham importância nas reflexões desses pensadores.

Surgem neste contexto preocupações com questões tais como, movimentos sociais urbanos, o papel do Estado nos processos de urbanização, política urbana. Henri Lefebvre (1991), um dos grandes nomes da sociologia francesa, trata a cidade ressaltando sua dimensão cultural. O espaço antes que uma mera localização física é o *locus* geográfico da ação, e ao mesmo tempo a possibilidade de engajar-se na ação. O espaço possui diversas propriedades no plano estrutural, sendo ao mesmo tempo meio de produção e parte das forças sociais de produção. Além disso, o espaço é ao mesmo tempo um objeto de consumo e um instrumento político.

De outro lado, o estruturalismo de Manuel Castells (2000), também representante da Sociologia Urbana mais abrangente, vai entender o espaço, enquanto produto material de uma dada formação social, determinado pelas forças produtoras e pelas relações de produção que nele se organizam. Na concepção do autor a análise

espacial deveria estar vinculada diretamente às transformações da sociedade produzidas pela acumulação de capital e pela luta de classes. Assim, a análise do espaço não representaria um conjunto independente de relações sociais, mas antes seria uma expressão da estrutura social.

Todas essas perspectivas teóricas, brevemente mencionadas aqui, tinham como foco de análise as realidades européia e norte-americana. Em se tratando da América Latina e do Brasil é na década de 60 que surgem as primeiras reflexões sobre o urbano. As pesquisas nacionais sobre o urbano vão dar ênfase à dimensão política da urbanização, aos processos de espoliação, periferização e segregação socioespacial, movimentos sociais urbanos, bem como, outras questões referentes ao processo de urbanização, tais como marginalidade e violência urbanas.

No Brasil os primeiros estudos articulavam desenvolvimento industrial e urbanização (Lopes, 1980, Singer, 1969). Seguiram-se as tentativas de compreender o fenômeno da marginalidade (Oliveira, 1975).

Neste contexto, as noções de “espoliação urbana” (Kowarick 1979) e de “periferização” ganham destaque, orientando uma série de pesquisas. Os estudos realizados enfatizam principalmente a espoliação sofrida pelas classes proletárias, bem como, as desigualdades de acesso aos bens de uso coletivo nas cidades brasileiras.

A maioria dos estudos empreendidos acerca do urbano no Brasil (Kowarick, 1979; Lago, 2000; Ribeiro, 2004, 2007) busca enfocar a estreita relação existente entre as características de nossas cidades e o padrão de desigualdades prevalecente na sociedade brasileira. De fato eles demonstram que a dinâmica das cidades brasileiras tem como fundamento a apropriação privada de diversas formas de renda urbana, o que faz com que os estratos privilegiados desfrutem de maior bem-estar social. Em contraposição, grande parte da população, constituída por trabalhadores, é espoliada. Esse contingente populacional somente tem acesso à moradia nos espaços à margem da cidade. Segundo Ribeiro (2007) “a nossa urbanização, em consequência, é caracterizada pelo permanente descompasso entre o lento crescimento das cidades e a veloz expansão das suas margens.” (p.529).

O modelo de organização espacial em vigência nas cidades brasileiras baseia-se, portanto, na diferenciação de classes sociais que é expressa em separações físicas

e simbólicas que dificultam a convivência, a sociabilidade, e reforçam preconceitos ao inferiorizar certos grupos sociais. Assim, adverte Ribeiro, muitos bairros das nossas cidades apresentariam uma trajetória semelhante àquela seguida pelos guetos negros norte-americanos, ou seja, a de dispositivos que isolam e segregam os excluídos. De outro lado, a auto-segregação das elites nos espaços de alta renda, espaços fortificados e muitas vezes delimitados por muros, estariam produzindo cidades fragmentadas.

De acordo com Lago (2000) é nos anos 90 que o espaço se apresenta mais fragmentado socialmente. Neste período há uma intensificação dessa nova escala espacial de segregação, a de enclaves para ricos e pobres. Esses enclaves se referem aos espaços demarcados fisicamente, sejam condomínios fechados ou ocupações ilegais. Para a autora as consequências da disseminação desses artefatos no espaço urbano são graves.

> Esse retorno a artefatos das cidades medievais – muralhas, nos espaços residenciais de setores altos, banditagem e controle de circulação, nas favelas e ocupações – transforma o espaço urbano das metrópoles brasileiras numa floresta de Sherwood tropical, onde, atrás dos muros, só se convive com semelhantes e, fora dos muros, pode existir um malfeitor atrás de cada árvore, com aniquilamento da tolerância e do convívio com o diverso, que são essência da urbe. (p.13)

Para Ribeiro (2007) existem grandes evidências da emergência de novos mecanismos de espoliação na atualidade, vinculados com os prejuízos sociais produzidos pela segregação e exclusão habitacional. Os grupos sociais marginalizados vivenciariam um processo de vulnerabilidade social em função do crescente desemprego, desestruturação familiar, abandono do poder público, ausência de direitos sociais, isolamento social e estigmatização dos bairros em vias de guetificação. Desse modo a marginalidade social é transformada em exclusão territorial. Assim, Ribeiro conclui que aos tradicionais mecanismos de espoliação urbana se associam mecanismos de vulnerabilidade social.

É ainda nesses espaços “marginais” desconectados e distanciados dos espaços onde a riqueza se reproduz que a violência e criminalidade estruturam as práticas e a

vivência cotidiana, produzindo efeitos perversos e desorganizadores associados ao tráfico de drogas e armas. A violência produz uma cultura que enfraquece as práticas e relações de solidariedade. Em consequência ela desorganiza a vida associativa comunitária, dissemina valores bélicos e incivis, dificulta a sociabilidade, e incentiva reações de rejeição e atitudes preconceituosas a partir da associação de imagens negativas dos bairros populares e de seus moradores.

> As representações sobre as causas da violência, ao atribuí-las à existência de um estado de anomia prevalecente nas favelas e bairros pobres, concorrem eficazmente para a construção de imagens coletivamente apropriadas que impedem as camadas populares de transformar o acesso aos valores da ordem igualitária em fermento para se constituírem em atores sociais legítimos. Ao mesmo tempo incentivam a adoção pelas altas classes médias de um comportamento de secessão urbana, traduzido na busca de fronteiras simbólicas e materiais que as separam do mundo das classes populares. (Ribeiro, 2004, p. 35)

Ainda no que diz respeito aos estudos urbanos é importante ressaltar que a expressiva diferenciação social e espacial entre as áreas prósperas, onde se localizam os grupos sociais privilegiados e as áreas onde há uma concentração da pobreza, fez com que muitas vezes a questão da segregação fosse reduzida a uma oposição binária entre ricos e pobres. Contudo, essa concepção de cidade dual tem sido amplamente criticada. O ponto fundamental da crítica centra-se na impossibilidade de o modelo dual, em função da simplicidade do mesmo, explicar a grande complexidade das cidades contemporâneas. Busca-se assim, desvenciliar-se da concepção de duas esferas separadas e independentes, propondo em seu lugar uma leitura que priorize as relações entre as divisões socioespaciais, por meio dos diferentes usos que cada grupo faz do espaço urbano.

É nesse sentido que caminha a análise de Gottdiener (1997). Sua perspectiva da “produção social do espaço” aponta para um processo de desconcentração metropolitana. Nesta abordagem a cidade aparece polinucleada e integrada. Segundo o autor, as relações entre processos políticos, econômicos e culturais teriam propiciado

a desconcentração urbana, o que geraria uma forma diferenciada de espaço, ou seja, a metrópole polinucleada e esparramada.

As mudanças na configuração espacial dos grandes centros urbanos expressam um novo quadro social, onde as cidades aparecem recortadas e profundamente segregadas. Conceitos como fragmentação e exclusão parecem indicar essas mudanças, ao mesmo tempo em que apontam para os resultados negativos fruto das recentes transformações no padrão de acumulação e do crescente processo de urbanização. Tais aspectos fazem com que as questões ligadas ao urbano ganhem destaque e venham sendo cada vez mais debatidas no meio acadêmico e político.

Assim, torna-se evidente, que a estrutura espacial urbana como um campo de investigação científica é recente. Vincula-se a processos de mudança tecnológica, desenvolvimento e ampliação do modo de produção capitalista, processos predominantes no século XX. Tais processos influenciaram de forma significativa modificações no âmbito do espaço urbano, propiciando desenvolvimento teórico e empírico do conhecimento das cidades.

1.2. Violência Urbana e Sentimento de Insegurança

O tema da segurança figura atualmente como um dos itens dominantes no debate público. Ele se encontra atrelado às veementes discussões acerca da violência e criminalidade urbanas, assim como das percepções sociais de insegurança e medo. Essas questões apresentam uma estreita relação com o papel das instituições do Estado, cujo princípio maior é o de garantir a segurança e outros direitos dos cidadãos. Neste sentido, passamos a discutir dois fenômenos sociais importantes: o sentimento de insegurança e o reverso do que Elias (1993 e 1994) denominou "processo civilizador", ou seja, os chamados "processos descivilizadores", fenômeno de dimensão mais ampla que englobaria o primeiro.

O processo civilizador, tal como Elias argumenta, resulta de um maior nível de controle dos impulsos e das paixões e da pacificação interna dos grupos sociais, proveniente da organização da vida na forma de Estados e do consequente monopólio do uso da força física exercido por estes, construído por um longo processo de desenvolvimento não planejado e, todavia, inacabado. Neste sentido, o domínio dos afetos e das pulsões deveu-se em grande medida ao controle social dos perigos externos. Segundo Elias, o processo civilizador propiciou uma mudança no equilíbrio entre coerções externas e auto-coerções, em favor das últimas no que tange o controle do comportamento de cada indivíduo.

Stephen Mennell (2001) argumenta que à medida que o processo descrito por Elias é entendido como equilíbrio de tensões entre pressões conflituais, logo, "os processos de civilização nascem de conflitos entre indivíduos para resolver os problemas que as pressões descivilizadoras lhes colocam na vida – como, por exemplo, a ameaça da violência e da insegurança." (p. 163).

Neste sentido, argumenta o autor, as pressões ou tendências descivilizadoras podem ser entendidas como um movimento para trás em favor das coerções externas, ou seja, de uma baixa no auto-controle individual em função das incertezas quanto ao

controle dos acontecimentos sociais, como nos períodos de crise social. Segundo Mennell:

> [...] O tipo dos medos dos indivíduos responde às transformações dos riscos que enfrentam. E um dos sinais distintivos das tendências descivilizadoras é uma elevação do nível de perigo e a diminuição de sua calculabilidade. [...] O aumento dos riscos torna o controle dos acontecimentos socais cada vez mais difícil. É o que faz com que os indivíduos sejam cada vez mais sensíveis às idéias fantásticas passíveis de acalmar a situação. (p.171)

Todavia, adverte o autor, tais tendências descivilizadoras não invalidariam o processo civilizador apresentado por Elias ao longo dos séculos, conforme argumentam alguns estudiosos da violência. Neste sentido, Mennell aborda alguns eixos temáticos críticos quanto à direção do processo civilizador no século XX, tais como, o Holocausto, o aumento da criminalidade violenta, e a discussão da "sociedade permissiva", com o intuito de refutar a idéia do declínio do processo civilizador.

No que se refere às discussões acerca do aumento da violência criminal, Mennell argumenta que quando posto sob a perspectiva de longa duração este aumento não se sustenta, não interferindo na curva descendente de crimes evidenciada em estudos que utilizam uma escala de tempo mais ampla. No caso da discussão sobre a "sociedade permissiva", o autor afirma que a "informalização" da vida, e a "flexibilização" dos costumes, se inserem no âmbito de normas sociais de auto-coerção mais elevadas. Assim, conclui que longe de sua derrocada, os processos civilizadores, estão sempre sofrendo "pressões descivilizadoras" e o aumento da violência e da insegurança que ela provoca são decorrentes dessas pressões.

Segundo Machado da Silva (2004a), nas grandes cidades a população vive hoje em um estado de permanente preocupação com a "violência urbana". Por "violência urbana" o autor entende um problema social e uma representação coletiva, ou seja, uma categoria do senso comum que confere sentido a determinadas ações e orienta a conduta dos cidadãos. A representação coletiva da violência caracteriza-se pelo uso da força física e ameaça tanto a integridade física quanto a garantia patrimonial, condições básicas do sentimento de segurança por parte dos cidadãos.

Para Machado da Silva (2004b):

> [...] Como categoria de entendimento e referência para modelos de conduta, a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais. Ou seja, a representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e "desconcentrando" seu uso legitimado. (p.58 e 59)

A representação da violência urbana reconhece um padrão específico de sociabilidade, denominado por Machado de "sociabilidade violenta". De acordo com o autor, na sociabilidade violenta, os grupos não se organizam segundo referências à honra, ao familismo, à amizade, ou a contratos, negociações ou acordos, mas sim por uma cadeia de submissão formada pelo reconhecimento do desequilíbrio de força. A força passa de meio de obtenção de interesses ao principio de regulação das relações sociais estabelecidas.

Tais idéias se aproximam muito das de Sebastian Roché, a quem o desenvolvimento do conceito do sentimento de insegurança é atribuído. Segundo Sebastian Roché (1994), a insegurança estaria associada ao aumento das *novas violências urbanas,* o que designa de *incivilidades*, ou seja, insultos, degradação, vandalismo, comportamentos desregrados, dentre outros. Tais atos, embora muitas vezes não façam parte da ordem jurídica, por outro lado, fazem parte da ordem social. São fatos que transformam as aparências de normalidade, sendo assim, as reações dos indivíduos frente às incivilidades, sejam de retraimento ou fuga, contribuem para a construção da insegurança. Esta última estaria assim relacionada à desordem, ao que Roché designa pequena e média delinquência.

Essas ofensas à ordem são entendidas como fraturas na sociedade e tendem a gerar sentimentos de receio e rejeição. O que torna a vida social difícil de ser vivida por ser imprevisível. Roché afirma que: "Contudo, essas desordens constituem precisamente aquilo que alimenta a inquietação e reforça o argumentário da

insegurança. São esses atos que cada um identifica como sinais da impotência dos policiais, do laxismo dos magistrados e da esterilidade do trabalho social." (Roché, 1994, p.25)

O que implica em dizer, que a sensação de insegurança é uma preocupação para o Estado, já que este se encontra ameaçado em sua prerrogativa maior: o monopólio legítimo da violência física. Roché trabalha a questão da insegurança a partir do sentimento que ele desperta nos indivíduos. No intuito de compreender tal fenômeno o autor construiu dois níveis ideal-típicos: o medo e a preocupação com a ordem.

O sentimento de insegurança no nível ideal-típico do medo é entendido como o medo difuso, onde não é necessário ter sido o indivíduo vítima ou ter tido contato com uma vítima. Assim, associa-se a uma sensação de angústia para além dos acontecimentos. Estando expresso, no medo no domicílio, o medo nas ruas, nas medidas de proteção no domicílio.

O medo também é entendido como uma construção social, onde há um temor maior em relação ao que é percebido como os maiores perigos e não com relação aos riscos mais frequentes.

O segundo nível ideal-típico refere-se à preocupação com a ordem. O que implica em uma percepção no âmbito coletivo no que diz respeito ao sentimento de insegurança. Na preocupação com a ordem estão expressas a autoridade na família, a repressão dos poderes políticos, a estigmatização dos delinquentes, etc.

Assim, segundo Roché, "por sentimento de insegurança, entendem-se as manifestações de medo pessoal ou as preocupações com as ordens verbais, comportamentais, individuais ou coletivas". (Roché, 1993, p.135)

Para o autor, um dos aspectos que muito contribui para gerar a insegurança é o medo do crime. A criminalidade e os problemas com ela relacionados são responsáveis por originar fortes perturbações da ordem social, indo mesmo ao ponto de desenvolver formas estruturantes de pensar e agir. Assim, além dos prejuízos materiais que provoca, o crime tende a fazer aumentar o sentimento de medo e desconfiança que tornam inviáveis a existência de valores e práticas fundamentais de sociabilidade e solidariedade social. A crise das principais agências de socialização (a escola, a igreja

e a família) é apontada por Roché como uma das principais causas da delinquência e criminalidade, envolvendo também a administração da justiça e da polícia.

Embora, haja um entendimento de que o sentimento de insegurança nas sociedades ocidentais para além de se relacionar ao crime esteja também, relacionado a uma série de fenômenos que caracterizam a sociedade atual, a preocupação maior deste trabalho está voltada para uma apreensão da sensação de insegurança em face do medo do crime e da violência. O que de fato é o objeto da discussão de Roché.

No caso brasileiro, a generalização e crescimento do sentimento de insegurança estão ligados, por um lado, ao aumento real nas taxas de criminalidade nas cidades brasileiras em especial do crime violento, a partir da década de 1980 (Peralva, 2000; Caldeira, 2000). Para Peralva (2000), a ampliação da sensação de insegurança está ligada ao aumento da violência de modo geral que ocorre no período da redemocratização, principalmente em relação aos crimes de sangue. A autora afirma que o retorno à democracia foi acompanhado da generalização dos comportamentos violentos, o que segundo ela expressa em primeiro lugar a fragilidade da relação com a lei e ainda, o surgimento de uma nova conflitualidade urbana resultado de severas transformações no plano social.

> Sem realmente poder contar com instituições novas em terreno sensível, e já não mais dispondo dos mecanismos de regulação característicos do período autoritário, a democracia terminou abrindo amplas possibilidades para que a violência se desenvolvesse. (p.20)

Peralva salienta que a sociedade brasileira demonstrou alto grau de tolerância ao incremento das taxas de crimes violentos e, em resposta, teria produzido uma série de estratégias de adaptação. O meio urbano também teria dado provas dessa adaptação. Assim, verificou-se um processo de ressegregação onde os espaços passaram a ser cercados e controlados, no intuito de responder a insegurança. De acordo com Peralva “a insegurança funciona como uma metáfora para um mundo onde a hierarquia enfraqueceu, e onde por isso mesmo a reconstrução de espaços protegidos passa a ser vista como necessidade fundamental”. (p.22)

A autora associa ainda o aumento da violência e do sentimento de insegurança às transformações da vida social no seio da sociedade brasileira. Essas transformações seriam consequências da substituição das relações de tipo hierárquico pelo individualismo de massa.

No que se refere a este aspecto Velho (1996) acredita que as mudanças ocorridas no Brasil afetaram consideravelmente o universo de valores e o sistema de reciprocidades em que se baseava a sociedade tradicional. Assim, à medida que os contatos *face-a-face* foram sendo substituídos pela impessoalidade e individualismo exacerbado a prática da violência física foi se rotinizando. Essas mudanças teriam ocasionado tipos de violência distintos: de um lado o crescimento do preconceito social, racial, etc., e de outro, manifestações que apontam para a ausência de mecanismos de regulação das relações interpessoais que sejam eficazes e adaptados ao quadro sociocultural emergente, as "incivilidades" tal como descreve Roché (1993,1994).

Em face disso tudo, distanciamentos sociais e espaciais, fechamentos e vigilância foram algumas das respostas dadas ao medo generalizado da violência nas grandes cidades brasileiras. Para Roché (1993) esses aspectos são conseqüências diretas do sentimento de insegurança. O autor afirma que o medo e a insegurança relacionam-se a um forte desejo por segurança (paixão securitária), o que na percepção do mesmo, vai implicar em uma rígida demarcação entre nós e os *outros*. Neste contexto, toda e qualquer diferença passa a ser percebida como ameaçadora. A exclusão social torna-se cada vez mais nítida. A indiferença tende a progredir alimentada pela intolerância, o que fica expresso nas reivindicações extremadas por medidas repressivas severas. Neste sentido, o sentimento de insegurança pode ser definido como um processo de leitura do mundo social, que como tal é redutor e simplista.

À medida que a compreensão do sentimento de insegurança revelado ou sentido não pode negligenciar uma relativa saturação de incivilidades, atos de vandalismo, criminalidade, conforme nos adverte Roché, é importante ressaltar alguns outros aspectos que parecem contribuir de forma considerável para o aumento da sensação de insegurança nas cidades. Entre esses aspectos encontra-se o da incomunicabilidade social. Segundo Ferreira (2003) este contexto de

incomunicabilidade social parece constituir um elemento explicativo de todo um conjunto de representações sobre a periculosidade de determinados espaços urbanos e dos seus residentes ou frequentadores. Essas representações tendem a ser pautadas mais na ausência de diálogo entre diferentes grupos sociais do que em elementos propriamente racionais e lógicos.

O sentimento de insegurança, afirma o autor, aparece sistematicamente associado a uma percepção de baixo domínio e controle sobre alguns espaços, o que parece ser influenciado pelas características tanto dos habitantes quanto do espaço físico propriamente dito. Ferreira argumenta que uma série de pesquisas realizadas demonstra que os espaços considerados mais perigosos são aqueles habitados ou frequentados por indivíduos definidos como “estranhos”. A representação sobre a periculosidade de alguns espaços também se associa as características arquitetônicas dos lugares, como por exemplo, a existência de recantos mal frequentados, ruas ou praças mal iluminadas, lugares sujos e degradados. De acordo com Ferreira (2003):

> Os espaços colectivamente representados como perigosos tendem, assim, a ser evitados e, porque são evitados e porque neles se desinveste afectiva e materialmente, num processo em que o desejo de que não existissem parecer ser dominante, tendem a fechar-se progressivamente sobre si mesmos, tornando-se também menos conhecidos, mais hostis e mais geradores de receio, num ciclo vicioso de incomunicabilidade social e de insegurança derivada dessa incomunicabilidade. (p.46)

Um outro aspecto a ser considerado no que tange a busca de uma maior compreensão acerca do sentimento de insegurança refere-se às representações existentes sobre a ineficácia do sistema de justiça penal. Ainda segundo Ferreira, essas representações apresentam entre outras consequências, maiores níveis de receio do crime e da sensação de insegurança, crescente procura por estratégias de auto-proteção, e ainda, no recurso a organizações não governamentais de segurança. Neste contexto, o sistema de justiça penal é tido como incapaz de assegurar um eficaz combate ao crime. A representação sobre a ineficácia do sistema para investigar e julgar todo um conjunto de atos criminosos e também em assegurar a proteção dos indivíduos e dos bens, é ainda reforçada pela percepção da incapacidade dos órgãos

competentes em punir exemplarmente os criminosos. A questão da delinquência juvenil emerge aqui como geradora de polêmica. A isenção da penalização através de castigos corporais ou de pena de prisão de todo ato delituoso cometido por um menor é amplamente entendida como um direito intolerável, ao passo que a maioria das incivilidades, dos roubos ou das agressões seria cometida por menores. Associa-se a esta percepção a convicção de que muitos jovens, por saberem que não poderão ser condenados a prisão, se valerem deste direito pra cometer uma série de crimes e delitos. A este conjunto de representações acerca da ineficiência da justiça soma-se uma outra que está baseada no entendimento de que os indivíduos apenas podem contar consigo mesmos para garantir a sua segurança e proteção.

Muitas discussões levantadas acerca do crescente medo urbano têm considerado um outro fator importante além dos já mencionados no que condiz a compreensão do fenômeno do sentimento de insegurança. Este fator fundamenta-se no entendimento de que as informações sobre a realidade criminal são em grande medida construídas e transmitidas pelos diferentes meios de comunicação. Contudo, Ferreira argumenta que as pesquisas realizadas demonstram uma relativa ausência de relações consistentes entre a exposição à realidade criminal apresentada pelos meios de comunicação e a insegurança. Isso pode ser explicado em primeiro lugar pelo fato de que a maioria dos indivíduos reconhece que os eventos relatados não são os que ocorrem com maior frequência, nem são os mais representativos da realidade criminal, mas sim os que têm maior probabilidade de atrair a atenção do público. Em segundo lugar, a maioria das pessoas tende a localizar a criminalidade numa esfera afastada da sua vivência cotidiana.

> Os únicos dados consistentes apenas indicam que uma maior exposição aos diferentes meios de comunicação social não produz efeitos directos e lineares sobre os níveis de receio do crime e de insegurança. [...] todos os resultados até agora obtidos apontam uma relação não directa nem linear, que parece ser ainda influenciada por experiências directas ou indirectas de vitimização e por outras fontes de informação, como os vizinhos, amigos ou familiares. (p.48)

Essas considerações parecem reforçar o que já havia sido levantado por autores como Roché (1993 e 1994), ou seja, o fato de que quase sempre tem sido improdutivo fazer da opinião pública, tal como esta se transmite nos meios de comunicação social diversos, uma das mais importantes variáveis explicativas da insegurança urbana.

Assim, considera-se que uma parte significativa da insegurança revelada em meios urbanos poder ser compreendida a partir de uma relativa saturação de incivilidades e de pequenos crimes associada às representações acerca de territórios perigosos, porque ocupados prioritariamente por indivíduos quase que inevitavelmente criminosos, bem como, a percepção da ineficácia do Estado em garantir a proteção das pessoas e dos bens e também nos crescentes contextos de impunidade.

1.3. (In) Segurança, Fragmentação e Dis (Sociação)

Violência e medo combinam-se a uma série de transformações que o espaço urbano vem sofrendo nas grandes cidades brasileiras. Neste contexto a segregação tanto social quanto espacial aparece como fenômeno marcante no que tange essas modificações em curso[3]. A privatização, o cercamento e a fortificação de espaços concebidos com abertos à livre circulação das pessoas constituem uma das faces desse fenômeno que também tem profundas implicações no comportamento e nos hábitos dos agentes sociais, imprimindo novos estilos de vida, bem como uma visão de espaço fragmentado que contrasta bruscamente com a concepção de espaço moderno, cuja maior expressão é a cidade moderna entendida como um espaço aberto à livre circulação e a vivência das diferenças.

No novo tipo de espaço público que se configura, os discursos e as estratégias de distanciamento e proteção se entrelaçam com o intuito de reforçar e valorizar as desigualdades. As diferenças não devem, portanto, serem postas de lado ou tomadas como irrelevantes, devem antes, serem demarcadas por muros, sejam eles reais ou imaginários. Neste contexto de cidade fragmentada[4], os encontros entre os diferentes grupos sociais tendem a se tornar cada vez mais esporádicos e marcados pela desconfiança que o afastamento social tende a produzir. A privatização e fortificação dos espaços têm como princípio fundamental a homogeneidade e a exclusão dos diferentes sociais, ao passo que os espaços restantes são abandonados e temidos.

Tais modificações na estética urbanística dos espaços de alta renda podem ser compreendidas através do que Pastana (2003) denominou “arquitetura do medo”. Uma série de medidas de segurança que envolve desde a fortificação de residências,

[3] O conceito de segregação socioespacial será discutido no próximo capítulo.

[4] Algumas denominações, tais como, cidade fragmentada, cidade partida, cidade dual, cidade dos enclaves fortificados, cidade da exclusão, vêm sendo utilizadas nos debates acadêmicos e públicos para descrever as mudanças em curso nas cidades brasileiras. Essas mudanças se relacionam aos processos de guetificação, auto-segregação e enclausuramento das elites da cidade. Processos estes, que segundo os pesquisadores, conduzem os habitantes das cidades a um estado de anomia, incentivando a adoção de um individualismo negativo como forma de comportamento social.

contratação de vigilância privada, mecanismos de auto-proteção até o fechamento de ruas e o cercamento de bairros inteiros. O que por sua vez, aponta para uma nova dinâmica que permeia as cidades. David Harvey (1992) afirma que tais transformações arquitetônicas parecem simbolizar o charme e o glamour de um estilo medieval de morar. Como novos espaços medievais, estas construções extremamente fortificadas e vigiadas, tendem a expressar uma lógica ditada pelo medo e desejo de afastamento social. Dessa forma, segurança parece significar o mesmo que distância social.

Teresa Caldeira (2000), em pesquisa realizada em São Paulo, adverte para as consequências severas da fragmentação, da privatização e dos muros:

> Uma vez que os muros são construídos, eles alteram a vida pública. As mudanças que estamos vendo no espaço urbano são fundamentalmente não-democráticas. O que está sendo produzido no espaço urbano é segregação e intolerância. O espaço dessas cidades é a principal arena na qual essas tendências antidemocráticas são articuladas. [...] Entre as condições necessárias para a democracia está a de que as pessoas reconheçam aqueles grupos sociais diferentes como concidadãos, com direitos equivalentes apesar de suas diferenças. No entanto, cidades segregadas por muros e enclaves alimentam o sentimento de que grupos diferentes pertencem a universos separados e têm reivindicações irreconciliáveis. Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. (p.340)

Neste sentido, a segregação representa uma contradição para o sentido da cidade. Com efeito, a cidade significa concentração de pessoas e atividades, complexidade e convivência entre os diferentes grupos. A segregação elimina este último elemento ao negar o diálogo entre esses grupos. De fato a rua não parece ser mais o espaço público da sociabilidade.

Assim, ao transformar a paisagem das cidades, os mecanismos de segurança dos cidadãos também afetam a vivência do urbano, modificando hábitos, gestos, trajetos, tolhendo o acesso a espaços públicos como praças e parques, e por fim, rompendo a comunicação entre as pessoas, e na verdade, a sociação, ainda que conflituosa tal como pensada por Simmel.

Georg Simmel (1983) concebe o conflito como uma forma de sociabilidade na medida em que cria uma unidade por meio da interação entre os oponentes. Estes desenvolvem regras de conduta e meios de expressão de suas divergências e de seus interesses opostos, instituindo o espaço para o comportamento socializado no próprio embate. Sendo assim, o conflito contribui para a regulação social, para a invenção de normas comuns baseadas em idéias partilhadas de justiça e respeito mútuo. Contudo, é importante ressaltar, que o autor exclui dessa concepção de conflito socializador as manifestações extremas de violência que não poupam o adversário e visam a sua destruição moral, psicológica ou física.

De acordo com Simmel, a oposição, faz com que a vida se torne possível, uma vez que, propicia satisfação íntima, alívio, assim como, humildade e paciência, sem os quais os indivíduos se afastariam por completo. A oposição é então, um elemento da própria relação, e se encontra entrelaçada com outros motivos da existência da relação. Não é apenas um modo de preservar a relação, mas uma das funções que a constituem, onde tais relações são externas e de pouca importância prática esta função pode ser realizada pelo conflito em sua forma latente, ou seja, *pela aversão*.

Georg Simmel (1979), afirma que sem tal *aversão* seria inimaginável que forma poderia ter a vida urbana moderna, que coloca cada indivíduo em contato com inúmeros outros a cada momento. Segundo o autor, a mudança e a descontinuidade característicos da vida nas metrópoles marcam um profundo contraste com a vida da cidade pequena e a vida rural no que se refere aos elementos sensoriais psíquicos. A vida metropolitana exige do homem uma quantidade de consciência diferente, visto que, o ritmo da vida, e do conjunto sensorial das imagens mentais, flui mais rapidamente e de modo disforme, em oposição à vida de cidade pequena, pautada em impressões que diferem apenas ligeiramente umas das outras. E é isso que segundo Simmel, marca o caráter sofisticado da vida mental metropolitana.

A vida urbana moderna exige, assim, que os indivíduos adotem alguns comportamentos e atitudes de natureza social capazes de garantir a auto-preservação. É o que fica expresso, na atitude que Simmel (1979) denomina *blasé.* Esta atitude resulta antes de qualquer coisa dos estímulos contrastantes que, em situações de mudança, são impostos aos nervos, de modo que surge a incapacidade dos indivíduos

de reagir de forma apropriada às situações com as quais se depara. Há um enfraquecimento no poder de discriminar, as coisas aparecem à pessoa *blasé* de um modo uniforme. Igualmente, a auto-preservação exige dos indivíduos um comportamento de natureza social também negativo, que se expressa, na atitude que Simmel denomina *reserva.* Segundo o autor, em um contexto onde são inúmeros os contatos externos existe a impossibilidade de que haja respostas interiores a todos esses estímulos, em contraposição ao que acontece nas cidades pequenas onde se conhece a quase todos. Some-se a isto, o direito de desconfiar que os indivíduos têm em face da volatilidade e superficialidade dos elementos que compõem a vida metropolitana. Tudo isso torna, segundo Simmel, necessária a *reserva* dos indivíduos. Como resultado, temos que muitas vezes, os indivíduos não conheçam sequer aqueles que por muito tempo foram seus vizinhos.

No que tange essa discussão sobre o urbano é importante ressaltar as considerações de Simmel (1983) acerca do *espaço*, entendido como uma das condições da sociedade. Isso se evidencia nas noções de proximidade e afastamento, de distância social, de vizinhança e de isolamento. Contudo, o que importa não é o espaço geográfico, e sim, “as forças psicológicas” que aproximam e unem, distanciam ou separam as pessoas e os grupos. E é nesse sentido, que se coloca a *reserva*. Essa *reserva* resulta não apenas na desconfiança, mas frequentemente é uma espécie de *aversão*, repulsa e estranheza mútua que permeia as relações entre os indivíduos.

A antipatia protege, assim, os indivíduos dos perigos típicos das cidades; a antipatia engendra as distâncias e as aversões, sem as quais a vida nas cidades não se realizaria. De modo que o que poderia aparecer no estilo de vida metropolitano como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas de sociação.

Contudo, ainda que muitas das reflexões de Simmel sobre as formas sociais sejam importantes para pensar o mundo contemporâneo, há, a partir do final do século XX, outros elementos com os quais temos que lidar. Não se trata aqui das atitudes de reserva, aversão, repulsa e estranhamento em relação a todos com os quais entramos em contato na vida das grandes cidades, tal como descreve Simmel. As transformações do mundo contemporâneo, com o processo de globalização e suas consequências criaram outro tipo de vida mental. De acordo com Michel Wieviorka

(1997) a separação e a indiferença marcam o atual contexto. Segundo o autor, trata-se na verdade de um contexto marcado pelo fim do conflito, pela não relação entre atores, pela rígida separação física, pelo ódio, pela violência difusa, pela discriminação, pela demonização e aniquilação do *outro*.

Para Wieviorka, não há a possibilidade de existência do conflito sem que haja atores e problemas em comum, bem como, mecanismos institucionais que impeçam os indivíduos envolvidos no conflito de se destruírem. Nesse sentido, a crise da modernidade marca o fim do conflito, já que não há nem atores, nem a possibilidade de reconhecimento mútuo, nem instituições capazes de impedir a destruição dos indivíduos. Para este autor, o caos, a fragmentação e a decomposição constituem a vida moderna em crise. Tais distâncias físicas e mentais tendem a romper à unidade, a interação, a sociação.

Se para Simmel, os distanciamentos e as separações entre os indivíduos estão muito mais relacionados a "forças psicológicas" que tendem a distanciar ou unir as pessoas e os grupos, do que necessariamente ao espaço geográfico, Wieviorka considera que vivemos um momento que esses distanciamentos são cada vez mais marcados pela separação física, pela deslegitimação do *outro*.

No que tange ao conteúdo dessa discussão considera-se que o pensamento de Zygmunt Bauman (1999a, 1999b, 2003, 2006, 2008) constitui uma referência importante na busca de compreender tais processos. A questão teórica do autor recai principalmente sob o aspecto da insegurança e indeterminação que marcam os tempos modernos. Assim, segundo o autor, vivemos em tempos marcados pela ambivalência, e por sua vez, pelo terrível desconforto diante da incapacidade de classificar e ordenar o mundo a partir de categorias claramente definidas e dicotômicas. Os indefiníveis põem fim ao poder ordenador da oposição e impossibilitam o conhecimento da ação. Expõem toda a fragilidade, fluidez e imprecisão das certezas mais vitais. Coloca-se, então, que a substância da prática tipicamente moderna consiste no esforço para exterminar a ambivalência, ou seja, um esforço para definir com precisão.

O espaço público, a cidade moderna, aparece como cenário marcante dessa discussão. Bauman (1999a) argumenta que as áreas urbanas são locais onde as inseguranças sociais são confrontadas de forma tangível. Em um processo que difere

de sua função histórica, as cidades não são mais abrigos contra os perigos, mas se tornaram o perigo em si. Amigos, inimigos e os misteriosos estranhos que não são nem um nem outro misturam-se e se esbarram nas ruas. Segundo o autor, os estranhos estão entre os que podem ser classificados como indefiníveis. Eles abalam o conforto do antagonismo existente entre amigos e inimigos, entre verdade e falsidade, entre bem e mal, certo e errado. Assim, se por um lado, tal como argumenta Simmel, amizade e inimizade são formas de sociação, duas modalidades na qual o *outro* pode ser reconhecido como outro sujeito, o estranho, de outro lado, é uma ameaça à possibilidade de sociação. O estranho tal como definido por Simmel como o homem que chega hoje e fica até amanhã, representa um desafio à confiabilidade. É a mais anômala das anomalias. O estranho é a perdição da modernidade. Nas palavras de Bauman:

> O estranho desmascara a oposição entre amigos e inimigos. [...] E como essa oposição é o fundamento no qual se assenta toda a vida social e todas as diferenças que a constroem e sustentam, o estranho solapa a própria vida social. E tudo isso porque o estranho não é nem amigo nem inimigo – e porque pode ser ambos. E porque não sabemos nem temos como saber qual é o caso. (Bauman, 1999a, p.64)

A incerteza produzida pela incapacidade de ler e classificar uma situação produz na melhor das hipóteses, desconforto e confusão, e, na pior, um forte senso de perigo. Bauman (2008) denomina de “medo derivado” esta sensação de insegurança e vulnerabilidade. Segundo ele trata-se de uma estrutura mental estável que pode ser descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo. De modo que “uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o medo derivado adquire a capacidade da auto-propulsão.” (p.9).

Bauman (2008) afirma que são de três tipos os perigos dos quais se têm medo. Alguns ameaçam o corpo e as propriedades. Outros, de natureza mais geral, ameaçam a durabilidade da ordem social e a confiabilidade na mesma, da qual depende a segurança do sustento (emprego, renda). O terceiro tipo de perigo diz respeito aos que

ameaçam a hierarquia social, a identidade, ou seja, o lugar da pessoa no mundo. Contudo, na consciência das pessoas, “o medo derivado” é facilmente desacoplado dos perigos que o causam. De modo que, as reações destinadas a combater o medo, podem ser dirigidas para alvos realmente distantes dos perigos de fato responsáveis pelos anseios e temores dos indivíduos.

O que mais assusta, de acordo com o autor, é a ubiquidade do medo. O forte temor e sensação de vulnerabilidade fazem com que se trave então, dentro das cidades, uma guerra contra a insegurança e os riscos. Bauman (1999a) afirma que um dos métodos de enfrentamento de tais medos urbanos é o da separação territorial e funcional. Tal estratégia tem sido em todas as épocas, segundo ele, o método primordial de lidar com setores inassimiláveis da população. A segregação espacial tem sido a forma eleita de reagir a toda diferença e prioritariamente à diferença que não podia ser acomodada na rede rotineira das relações sociais. O pavor à mistura revela a obsessão de separar. Assim é que os muros construídos anteriormente em volta das cidades para protegê-las dos perigos exteriores, agora as recortam em inúmeras direções. Os medos e perigos concentram-se no inimigo interior, nos estranhos, estes devem ser banidos a qualquer custo.

> [...] são os verdadeiros híbridos, os monstros, - não apenas não classificados, mas inclassificáveis. Eles não questionam apenas uma oposição aqui e ali: questionam a oposição como tal, o próprio princípio da oposição, a plausibilidade da dicotomia que ela sugere e a factibilidade da separação que exige. Desmascaram a frágil artificialidade da divisão. Eles destroem o mundo. Estendem a temporária inconveniência de não saber como prosseguir a uma paralisia terminal. Devem ser transformados em tabu, desarmados, suprimidos, física ou mentalmente exilados – ou o mundo pode perecer. (Bauman, 1999a, p.68)

O perigo corporificado na figura do estranho deve ser facilmente assinalado, vislumbrado. Isso pode ser conseguido através da representação de suas características exteriores, visíveis e fáceis de identificar como sinais de qualidades ocultas e por esse motivo abomináveis e perigosas. Segundo Bauman, trata-se da instituição social do *estigma* analisada por Erving Goffman. O estigma aparece como

uma arma poderosa na defesa contra a desconfortável e aterrorizante ambiguidade do estranho.

No que condiz essa discussão, Bauman (1999a) reitera que na medida em que o desejo de por fim à ambivalência direciona as ações tanto coletivas quanto individuais, o que resulta é a intolerância, a negação e deslegitimação do *outro*. Ao passo que a separação tende a reforçar a estranheza dos estranhos e a sua insignificância moral. O isolamento reduz a visão do *outro*. As qualidades e circunstâncias individuais acumuladas no relacionamento diário raramente são vistas quando a interação é proibida. Essa privação é altamente comprometedora, já que em um território despojado de espaço público existe pouca probabilidade de que as normas sejam debatidas, e os valores confrontados e negociados.

Bauman (1999b) relaciona o sentimento de insegurança à globalização, definindo-a como a nova ordem mundial, de caráter indeterminado, indisciplinado e sem um controle central. As regras não são mais locais, elas mudam rapidamente, por uma ordenação da política mundial. As trocas de informações, as atualizações e mudanças acontecem a uma velocidade impressionante. A política ultrapassa os limites do Estado-Nação. O trabalho se flexibiliza e exige adaptação constante. A compressão tempo/espaço encerra as transformações em curso. Os usos do tempo e do espaço são acentuadamente diferenciados e diferenciadores. O local e o global se interpenetram. O terreno é o da incerteza, que gera insegurança e medo. No que tange as transformações em curso, uma parte integrante de tal processo é a progressiva segregação espacial, separação e exclusão, cuja consequência mais alarmante é a ruptura de comunicação entre a chamada elite extraterritorial[5] cada vez mais global e o restante da população cada vez mais local. Assim, argumenta que ao lado da nova extraterritorialidade da elite, "a territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais com uma prisão – tanto mais humilhante pela intrometida visão da liberdade de movimento dos outros." (Bauman, 1999b, p.31)

[5] Esse termo é utilizado por Bauman (1999, p. 26) para designar aqueles que não estão restritos ao local, que possuem possibilidades de locomoção adquiridas no "ciberespaço". Esse termo é empregado à "elite móvel", a "elite da mobilidade – isso significa literalmente, a libertação em relação ao 'físico' uma nova imponderabilidade do poder".

A cidade emerge, na modernidade líquida[6] como o palco por excelência dos novos conflitos políticos em que tendências e fenômenos globais se fazem diretamente sentir, já sem a mediação dos Estados-nações, a nível local. Esperar que o Estado, faça algo palpável para mitigar a insegurança parece, na visão do autor, uma fantasia irrealizável. Em mundo cada vez mais individualizado e privatizado, a segurança é uma tarefa de cada indivíduo. O que estes buscam na verdade é um retorno à comunidade. "A comunidade que procuram é um ambiente seguro sem ladrões e à prova de intrusos. Comunidade quer dizer isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados." (Bauman, 2003, p.103)

Estar seguro é estar distante dos temíveis estranhos, dos inclassificáveis, dos diferentes e daqueles que insistem em ser diferentes. Alarmes contra assalto, bairros vigiados, condomínios fechados, atendem a um único propósito: manter os estranhos afastados. Bauman (1999b, p.29) utiliza o termo *Guerra Espacial* para expressar uma guerra deflagrada no espaço público dividido, agravada pela globalização e seus efeitos. Considera o autor que "o território urbano torna-se o campo de batalha de uma contínua guerra espacial". Assim, sinaliza a segregação existente entre os "habitantes desprezados" (destituídos de direitos sobre o território onde estão concentrados) e as elites que fixam limites que não devem ser ultrapassados, constroem fortalezas e erguem muros que os separam dos deixados do lado de fora. De acordo com Bauman:

> As elites escolheram o isolamento e pagam por ele prodigamente e de boa vontade. O resto da população se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político do seu novo isolamento. Aqueles incapazes de fazer de sua vida separada uma questão de opção e de pagar os custos de sua segurança estão na ponta receptora do equivalente contemporâneo dos guetos do início dos tempos modernos; são pura e simplesmente postos para "fora da cerca" sem que se pergunte a sua opinião, têm o acesso barrado ao "comuns" de ontem, são presos, desviados e levam um choque curto e grosso quando perambulam ás tontas fora dos seus limites,

[6] Termo utilizado por Bauman (1999a) para descrever uma forma nova e diferente de modernidade. Segundo ele, duas características definem essa nova situação. A primeira é o colapso gradual e rápido da antiga ilusão moderna, ou seja, da crença em que há um Estado de perfeição a ser atingido, de sociedade justa, sem conflitos e incertezas. A segunda é a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes.

> sem notar os sinais indicadores de “propriedade privada” ou sem perceber o significado de indicações não verbalizadas mas nem por isso menos decididas de “não ultrapasse”. (1999b, p.29)

Em tal contexto de cidade fragmentada, os encontros entre os diferentes sociais tendem a ser cada vez mais marcados pela suspeita e pela desconfiança. A difusão do medo, acompanhada de um desconhecimento do *outro*, consequências da conformação espacial urbana e do estado de alarme social, tendem a criar, no imaginário das elites, a idéia de territórios proibidos, uma profusão de estigmas territoriais e sociais. Associe-se a isto, a necessidade de materialização das ameaças. De acordo com Bauman:

> [...] dada a intensidade do medo, se não existissem estranhos eles teriam que ser inventados. E eles são inventados, ou construídos, diariamente: pela vigilância do bairro, pela tevê de circuito fechado, guardas armados até os dentes. A vigilância e as façanhas defensivas/agressivas que ela engendra criam seu próprio objeto. Graças a elas, o estranho é metamorfoseado em alienígena, e o alienígena, numa ameaça. (2003, p.105)

De dentro dos muros, os que estão do lado de fora tendem a ser cada vez mais percebidos como perigosos e ameaçadores. “As pessoas que dão um braço e uma perna pelo privilégio do confinamento espacial e fechamento social são zelosas na justificação do investimento pintando a selva do lado de fora dos portões como cores cada vez mais carregadas.” (Bauman, 2003, p.106)

O que pode ser vislumbrado no horizonte da marcha em direção à comunidade segura é o que Bauman denomina *Guetos Voluntários*. Estes diferem dos guetos verdadeiros porque não são reais. Ao passo que os guetos reais são lugares dos quais não se pode sair (os guetos negros norte-americanos são um exemplo), ao contrário, o objetivo dos *Guetos Voluntários*, é impedir a entrada de estranhos. Os que estão dentro podem sair livremente. A certeza de que o isolamento estilo gueto não é algo definitivo e irrevogável é que garante a tranquilidade daqueles que decidem pelo fechamento e distanciamento. Assim, de acordo com Bauman (2003): “Os guetos reais implicam a

negação da liberdade. Os guetos voluntários pretendem servir a causa da liberdade". (p.106)

Em *Confiança e medo na Cidade* Bauman (2006) introduz duas noções distintas: *mixofobia* e *mixofilia*. A primeira delas diz respeito ao receio de estar em co-presença física com desconhecidos. Já a segunda, é justamente o oposto, isto é, a obtenção de satisfação através da experiência de convivência com estranhos. No contexto atual de globalização, desenvolvimento tecnológico e crescente diminuição das distâncias, as tendências de mixofobia são crescentes e preocupantes e devem, portanto, serem estudadas com atenção. Assim, como assinala Bauman, é delas que advém um dos maiores desafios dos nossos tempos: sermos capazes de viver lado a lado com um número sem precedentes de desconhecidos em locais influenciados por fenômenos globais que não podemos de todo controlar. A ilusão de controle que é sistematicamente usada para vender condomínios fechados ou fortalezas protetoras vem sempre acompanhada de uma promessa de distinção social que não se distingue de outras formas de autoexclusão social. O preço a ser pago é, como Bauman nos adverte, uma paranóia de mixofobia que se reproduz a si própria.

A paranóia mixofóbica, a guetificação, o afastamento social e espacial, tendem entre outros aspectos, a fortalecer as demandas por lei e ordem. As pessoas que vivem nessa cultura dos alarmes e carros blindados tendem a produzir um discurso entusiasta acerca das condenações cada vez mais rigorosas e longas. Segundo o autor, tais processos são complementares à criminalização e marginalização dos pobres e excluídos sociais e a perseguição de delinquentes reais ou imaginários. Os tipos mais comuns de criminosos na visão do público vêm quase que sem exceção alguma dos guetos urbanos e das zonas proibidas, áreas estas, consideradas produtoras de crime e criminosos. Por fim, adverte o autor que a existência dos guetos, sejam eles reais ou voluntários, destrói a confiança mútua e a solidariedade, propiciando a desintegração social e a anomia.

1.4. Espaço Social e Espaço Físico

Conforme vimos discutindo, a violência urbana e o medo têm desdobramentos práticos importantes quanto à segregação socioespacial nas cidades, tornando-as fragmentadas e dificultando as relações de interação e sociabilidade entre os diferentes grupos sociais. A insegurança crescente revela um desejo obsessivo por separação e distanciamento social, configurando espaços diferenciados e irreconciliáveis no espaço urbano. Neste sentido, acreditamos que o pensamento desenvolvido por Pierre Bourdieu, particularmente suas noções de *espaço social, distância social, distinção, efeitos de lugar, efeito de clube*, constituem uma referência importante para a discussão em questão.

A formulação teórica dos escritos de Bourdieu recai principalmente sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade. Bourdieu considera que o problema dos métodos epistemológicos oscila entre dois tipos de conhecimentos antagônicos: o objetivismo e a fenomenologia. Enquanto o conhecimento fenomenológico explicita a verdade da experiência primeira do mundo social, ou seja, a apreensão do mundo social como algo natural e evidente, o conhecimento objetivista constrói relações objetivas que estruturam as práticas e as representações das práticas, ao preço de uma ruptura com o conhecimento primeiro. Fica evidente desse modo, que a polêmica entre subjetivismo e objetivismo surge como um ponto central na reflexão de Pierre Bourdieu. Contudo, para resolvê-la o autor postula uma outra forma de conhecimento, que busca articular em um processo dialético o agente social e a estrutura social. Enfim, o *conhecimento praxiológico,* conhecimento que teria por objeto "não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também a as relações dialéticas ente essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las." (Bourdieu, 1994).

Do ponto de vista sociológico a oposição subjetivismo/objetivismo pode ser expressa através da oposição de dois autores clássicos: Weber e Durkheim. Enquanto

o pensamento weberiano baseia-se numa sociologia da compreensão, ou seja, tem seu ponto central no sujeito, o pensamento de Durkheim reifica a sociedade ao tratá-la como coisa. De fato, a noção de *consciência coletiva* sugere a existência de algo que transcende os indivíduos e que os enquadra coercitivamente na norma. Toda ação social é deduzida a partir de um sistema objetivo de representações que se situa fora do alcance dos indivíduos. A sociedade sobrepõe o indivíduo. A crítica de Bourdieu a esta perspectiva, situa-se no fato de que o objetivismo sociológico prescinde de uma teoria da ação, já que esta se reduz a execução das normas ou das estruturas. No mesmo sentido, localiza-se a crítica do autor dirigida a Saussure, na medida em que este considera a análise estrutural como antagônica a uma teoria da ação. Nesse sentido, privilegia-se a cultura enquanto *estrutura estruturada* e não *estrutura estruturante.* O ator social apresenta-se assim, como mero executor da estrutura.

Contudo, se por um lado o pensamento de Durkheim reitera o peso do social sobre o indivíduo, a análise weberiana se apresenta como seu contraponto. A sociologia compreensiva define os fenômenos sociais a partir das condutas individuais. Para Weber, a objetividade do social só pode ser apreendida através das ações individuais. Tal concepção se assenta sobre uma perspectiva fenomenológica. O mundo objetivo é, nesse sentido, o resultado de ações dirigidas para o outro e que passam a ter significado na medida em que compartilham o sentido da ação social que se desenrola.

Embora Bourdieu tenha um ponto de vista crítico em relação ao conhecimento objetivista, a praxiologia se distingue da perspectiva fenomenológica na medida em que Pierre Bourdieu não pretende rejeitar o objetivismo, mas antes superá-lo (e conservá-lo). Afirmar que as interações se dão de forma socialmente estruturada implica negar a apreensão do mundo como intersubjetividade. Bourdieu aceita, pois, a consideração de Marx, segundo a qual “os homens fazem sua história, mas não sabem que a fazem.”, ou seja, que a sociedade nos é dada enquanto fenômeno social total. Assim, pode se dizer, que “o conhecimento praxiológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las.” (Bourdieu, 1994). Todo problema consiste em encontrar a mediação ente o agente social e a sociedade.

Bourdieu encontra tal mediação na noção de *habitus* que recupera da escolástica, ao passo que a reinterpreta no interior do embate objetivismo/fenomenologia, para defini-la como:

> [...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘ reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (1994, p.61)

O *habitus*, portanto, orienta a ação, mas como é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram. A interiorização dos valores e normas por parte dos atores sociais assegura a adequação entre as ações sociais e a realidade objetiva da sociedade. Tem-se assim, a teoria da prática proposta por Bourdieu, na qual as ações são realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram estruturadas objetivamente no interior da sociedade como um todo. Neste sentido, a prática se traduz em uma *estrutura estruturada* que é também uma *estrutura estruturante*, ou seja, não diz respeito apenas à interiorização das normas e valores, mas inclui os sistemas de classificação que preexistem às representações sociais.

A prática pode então, ser definida como o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus.* Situação esta que se encontra objetivamente estruturada. A adequação entre o *habitus* e tal situação permite estabelecer uma teoria da prática que considere tanto as necessidades dos agentes quanto a objetividade da sociedade. Bourdieu denomina *campo* este espaço onde as posições dos agentes se encontram pré-fixadas. O campo se define como o local onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam o espaço em questão. A prática ocorre desta forma, em um espaço que transcende as relações entre atores. A luta que se trava no interior do campo é, segundo Bourdieu, uma luta por reconhecimento, pela imposição das visões legítimas de mundo. O espaço social é,

assim, um lugar, onde se manifestam relações de poder, ou seja, ele se estrutura a partir da distribuição desigual, daquilo que Bourdieu denomina *capital total,* que por sua vez, determina as posições que os diferentes agentes sociais ocupam. O campo estrutura-se assim, tendo como referência o pólo dominante e o pólo dominado. Pode-se assim, perceber que não existe neutralidade das ações, já que todas pressupõem interesses em jogo.

O mundo social pode ser representado desse modo, na forma de um espaço construído a partir de princípios de diferenciação ou de distribuição capazes de conferir ao seu detentor, força e poder. Os agentes sociais são definidos, no entanto, pelas suas *posições relativas* nesse espaço. O espaço social é assim, um espaço de diferenças, um campo de forças, na qual os indivíduos ocupam diferentes posições segundo o capital acumulado no curso de suas vidas, o que conduz a relações de dominação que se estabelecem sobre a base da distribuição desigual dos capitais [7].

O espaço social é definido por Bourdieu como um "conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre." (Bourdieu, 1996).

Diante disso, tem-se que os agentes e as coisas, na medida em que são apropriadas pelos agentes, estão situadas num lugar do espaço social que se caracteriza por sua posição em relação a outros lugares e pela distância que os separa. Enquanto o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua das posições que o constituem.

---

[7] O conceito de capital – etimologicamente o mesmo que o cabedal ou conjunto de bens – é complexo. Além do *Capital Econômico*, que compreende a riqueza material, o dinheiro. Bourdieu considera: O *Capital Cultural*, que compreende o conhecimento, as habilidades, as informações, etc., correspondente ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família, e pelas instituições escolares, sob três formas: o estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma de se apresentar em público); o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, a posse de obras de arte); estado institucionalizado, sancionado pelas instituições, como os títulos acadêmicos; *o Capital Social*, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos; o *Capital Simbólico*, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social).

Aqui se coloca a questão do poder sobre o espaço que a posse dos diferentes tipos de capital proporciona, e que se manifesta na apropriação do espaço físico sob certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição de bens ou dos serviços. De modo que, a posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado. Bourdieu argumenta, assim, que não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais. Assim, é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado).

Segundo Pierre Bourdieu, tais espaços sociais fisicamente objetivados, ou se se prefere os diferentes campos, tendem a se sobrepor, disso resultam as concentrações dos bens mais raros e de seus proprietários em certos lugares do espaço físico que se encontram em oposição aos lugares que agrupam aqueles que não tem acesso a tais bens. Tais oposições objetivadas no espaço físico tendem, de acordo com o autor, a se reproduzirem na linguagem e nos espíritos sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e divisão, ou seja, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (chique/não chique, elegante/deselegante, etc.). Bourdieu (1999) considera que:

> [...] as surdas injunções e os chamados silenciosos à ordem das estruturas do espaço físico apropriado são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferências. Mas precisamente, a incorporação insensível das estruturas da ordem social realiza-se, sem dúvida, para uma parte importante, através da experiência prolongada e indefinidamente repetida das distâncias espaciais nas quais se afirmam distâncias sociais. (p.162)

Assim, como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e mentais que são, por um lado o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce sob a forma

mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida, onde os espaços arquitetônicos com suas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo.

No que tange tal discussão considera-se apropriada a utilização do conceito de *efeito do lugar* proposto por Bourdieu (1999) para pensar as práticas de lutas pela apropriação do espaço, segundo o qual o lugar ocupado pelos grupos sociais na cidade permite acesso a várias formas de capital inscritas no território. A apropriação do lugar dá ao seu proprietário as propriedades de poder dos lugares, traduzidas em categorias de ganhos de localização descritas com a utilização do vocabulário da economia urbana: ganhos de situação associados ao fato das pessoas estarem próximas a agentes e a bens raros e cobiçados, como os culturais, educacionais, de saúde; ganhos de posição de classe decorrentes da possibilidade da localização em áreas dominadas simbolicamente pelas classes superiores permitir às pessoas que dela não fazem parte usufruírem o poder simbólico de distinção associada à posse monopolista de uma propriedade distintiva, por exemplo, o endereço prestigioso; ganhos de ocupação (ou de acumulação) pelos quais as classes dominantes podem manter à distância ou excluir pela posse do espaço físico os segmentos do acesso aos seus territórios como estratégias de dominação e de proteção do seu capital reificado.

O acesso a estes ganhos suscitados pelos lugares que, como foi dito, traduz a capacidade de dominação do espaço, depende da posse prévia de capitais em suas várias modalidades: capital econômico, social e simbólico. Neste sentido, a luta pela apropriação do espaço é a luta pela acumulação das várias modalidades de capital. A capacidade de dominação do espaço está materializada no poder dos detentores de capital “manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis, ao mesmo tempo em que se aproximar de pessoas e coisas desejáveis” (1999, p.164). Nesta concepção, portanto, “a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem freqüentados.” (p.164)

As lutas pela apropriação do espaço engendram práticas que têm por propósito preservar os capitais pelo controle do acesso ao lugar onde eles estão concentrados. Tais práticas geram aquilo que Bourdieu define como o *efeito de clube.*

> [...] que resulta da associação durável (nos bairros chiques ou nas residências de luxo) de pessoas e de coisas que, sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns, isto é, na medida em que elas excluem, em direito (por uma forma de *numerus clausus* ou de fato o intruso está fadado a provar um sentimento de exclusão capaz de privá-lo da certas regalias à pertença) todos os que não apresentam as propriedades desejadas ou que apresentam uma (pelo menos) das propriedades indesejáveis. (1999, p.165/166).

A situação socioespacial do *efeito clube* é constituída pela concentração em um mesmo território dos agentes portadores de um capital negativo traduzido na forma de estigma e de outro lado, pela concentração daqueles que detém o capital positivo, ou seja, a posse de bens raros e valorizados. A proximidade física entre tais pessoas é algo de fato, intolerável, e vivenciada como algo promiscuo.

Tal como argumenta o autor, o espaço é um lugar marcado pelas relações de poder, as lutas que se travam entre os agentes sociais, são, por sua vez, lutas pela apropriação do espaço. De modo que, as posições que os indivíduos ocupam no espaço social se exprimem no espaço físico que estes ocupam. Nesse sentido, coloca-se nitidamente a questão do distanciamento e da oposição entre os diferentes sociais de acordo com suas capacidades de apropriação do capital. Tais oposições tendem por sua vez a reforçarem princípios de visão e de divisão, expressos por vezes, através de nomeações (insultos, acusações, calúnias, etc.). Contudo, tais oposições são ainda expressas pelos espaços fisicamente corporificados, espaços arquitetônicos, que exercem uma forma de violência simbólica, que impõe distâncias e demarca territórios. Esses distanciamentos tendem a engendrar técnicas de proteção e estratégias de dominação e afastamento. De modo que, os estranhos (aqueles que não compartilham da mesma posição no espaço social) devem ser mantidos longe, afastados a qualquer custo, já que o possível contato é tido como algo abominável.

Reverberando as concepções elaboradas por Bourdieu para os fenômenos atuais de segregação social e espacial, podemos pensar assim, no agravamento dos contextos de violência simbólica, estigmatização, bem como, na proliferação das estratégias de proteção e segurança, reforçados pelo sentimento de insegurança nos centros urbanos, onde a busca por *distinção*[8] acrescida do medo, e incorporada ao *habitus* dos agentes manifesta-se como disposições que excluem os socialmente desiguais, e onde a incorporação de elementos de isolamento na arquitetura residencial produz a idéia de um determinado estilo de vida das elites, que exclui o *outro*.

Para as elites um recurso importante a ser buscado na cidade é a *distinção,* a diferenciação simbólica do espaço residencial, que vai resultar na auto-segregação: *"*Os ganhos do espaço podem tomar a forma de ganhos de ocupação, a posse de um espaço físico podendo ser uma forma de manter à distância ou de excluir toda espécie de intrusão indesejável" (Bourdieu, 1999, p.163).

A privatização e a fortificação dos espaços têm desse modo, com princípio fundamental a homogeneidade e a exclusão dos diferentes sociais, conformando assim, um estilo próprio e singular de vida das elites, enquanto os espaços restantes são abandonados e temidos. Tudo isso conduz a uma série de mudanças na estética urbanística dos espaços dominantes, uma série de mecanismos de auto-proteção que vão desde a contratação de vigilância privada até o fechamento de ruas e o cercamento de bairros inteiros. Uma demarcação tanto simbólica quanto física dos muros que separam os diferentes grupos no espaço social.

Se por um lado tais transformações urbanas provenientes deste desejo de afastamento e pelo estado de alarme social evidenciam um contexto de violência simbólica e apontam para um determinado estilo de vida das elites, por outro lado, evidenciam também um processo de fragmentação do espaço público que toma forma através das muralhas que se erguem recortando espaços de convivência e demarcando diferenças, e que tem como justificativa, ao menos no discurso dos membros da elite, o medo da violência e do contato com estranhos. Ocorre que os que

[8] Bourdieu define distinção como "[...] certa qualidade, mais frequentemente considerada como inata, de porte, de maneiras, é de fato diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades." (1996)

são tidos com estranhos, são aqueles que não compartilham do mesmo estilo de vida da elite. Estabelece-se assim, um contexto de profunda segregação social e espacial.

1.5. Pensando Goiânia

O Estado exerceu um papel preponderante na formação original do espaço goianiense. Goiânia, em sua concepção, resulta de um projeto político, marcado pela utopia do desenvolvimento e da modernidade. Preocupado com o estabelecimento de programas de mudança social contrapostos à "velha ordem oligárquica", o Estado busca através da intervenção no espaço urbano, alcançar patamares de modernidade.

Contudo, essa lógica de ação do Estado foi característica de um momento específico na formação da capital. Na literatura que versa sobre a produção do espaço de Goiânia[9], uma das preocupações centrais é entender o significado das variações de forma e função da cidade no decorrer dos períodos de construção do espaço urbano goianiense.

Pastore (1984) identifica três períodos marcantes na conformação do espaço urbano da cidade. O primeiro deles, entre 1933 e 1947, é descrito pelo autor como a fase em que o Estado exercia um rígido controle social para a obediência do plano piloto, resguardando assim a racionalidade do planejamento. O segundo período estendeu-se de 1947, quando foi aprovado um novo código de edificações para a cidade, até 1968, quando nela começaram a surgir os conjuntos habitacionais (financiados pelo BNH e pela COHAB). Contudo, um ponto marcante da nova lei efetivou-se a partir de 1950, quando deixou de ser obrigatória a montagem de infra-estrutura nos loteamentos e passou-se a permitir o parcelamento privado. Podemos dizer que o Estado transfere à iniciativa privada a autonomia sobre o uso do solo. Assim, entre 1950 e 1964, os loteamentos se multiplicaram sem a necessidade de infra-estrutura básica. Cerca de 183 loteamentos são aprovados sem nenhum planejamento físico territorial.

O surgimento do terceiro período coincidiu com o início da década de 1970, e marcou a lógica do parcelamento do solo em Goiânia. Neste período, prevaleceu a

[9] Bernardes (1998), Pastore (1984), Chaves (1985), Moysés (2004)

fundação de condomínios verticais e foi acompanhado de um significativo aumento dos loteamentos na cidade.

Na perspectiva do autor, a consequência do aumento de loteamentos em Goiânia foi à formação de espaços segregados, haja vista a ausência de infra-estrutura urbana, a carência de seus moradores e a distancia e dificuldades de acesso ao centro da cidade.

Chaves (1985) aponta dois períodos significativos decorridos entre os anos de 1933 e 1984, que coincidem com a perspectiva de Pastore (1984). O primeiro, entre 1933 e 1950, foi denominado de “o Estado na construção do espaço”; e o segundo, a partir de 1950, a autora denominou de “privatização do espaço e conflitos urbanos”. Este segundo período é apresentado em duas fases: A primeira fase (1950 até 1964) é descrita com um momento que encerra em Goiânia o “caos” da proliferação de loteamentos, através da elaboração de um novo plano diretor. A segunda fase (1964 até 1975), marca a inserção do setor financeiro na construção do espaço urbano.

Chaves (1985) assim como Pastore (1984) adverte para as conseqüências da entrada do capital financeiro na atividade de parcelamento do solo em Goiânia. Segundo a autora, a forma de aquisição de moradia excluía uma significativa parcela da sociedade, destituída das condições de participação do consumo instituído pela lógica do capital financeiro. Com isso, parte desta população não encontrava alternativa que não fosse à habitação nas favelas, encerrando a problemática das ocupações no processo de urbanização da capital.

Moysés (2004) propõe uma análise crítica das fases e dos planejamentos de utilização do solo de Goiânia. Assim, identifica três períodos na formação do espaço urbano. O primeiro, como no entendimento dos demais autores, estende-se de 1933 a 1950, e denomina-se como sendo de afirmação do plano original. O segundo período vai de 1951 a 1979, denominado pelo autor “do sonho ao pesadelo”, é marcado pela perda de controle do poder público sobre a condução dos rumos da cidade.

Segundo Moysés, tendo sofrido na década de 50 um aumento significativo dos fluxos migratórios, paralelamente ao abandono de seu plano original pelos gestores da cidade e a entrega do controle do poder público sobre o parcelamento do solo à iniciativa privada, o processo de urbanização da cidade realizou-se em um ambiente

conflitivo, no qual o Estado privatizou a construção de Goiânia. Tal quadro veio a se agravar na década de 80 quando se iniciou a ocupação de terras urbanas e rurais na capital. Este período que vai de 1980 a 1992, é denominado pelo autor de "urbanização às avessas", é tido como reflexo da fase anterior que levou a cidade e parte de seus habitantes mais empobrecidos a ocuparem terras notadamente na região noroeste. O movimento de ocupações constituiu-se assim, num momento importante do processo de urbanização. Em resposta a esse movimento, o Estado, desconsiderando a legislação urbana da cidade, comprou fazendas nos arredores de Goiânia e construiu conjuntos habitacionais de baixa qualidade para a população pobre e sem moradia.

Um estudo realizado por professores e pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás sobre a capital[10], definiu a expansão urbana vivenciada neste período como um momento de "periferização". Esse processo seria o resultado de um movimento acelerado de crescimento que não foi acompanhado de um adequado controle do uso do solo. Segundo informa o estudo, o crescimento acentuado do tecido urbano teve como conseqüência a criação de uma estrutura urbana irregular, o que implicou no surgimento de grandes vazios territoriais e em uma grande quantidade de lotes desocupados a disposição da especulação imobiliária. Outras conseqüências são ainda apontadas, tais como: poluição dos recursos hídricos, produção de uma malha viária descontínua, ocupação de áreas naturais e fundos de vale, ausência de infra-estrutura básica para grande parte da população e o aumento do número de ocupações já mencionado anteriormente.

A ocupação dos espaços através de "invasões" ou condomínios e parcelamentos irregulares é uma marca deste período. As "invasões" ocorridas em Goiânia são antes de tudo resultado da concentração fundiária, do crescente desemprego e da especulação imobiliária que caracterizaram este período da história da capital.

A partir de tais considerações, podemos dizer que nos anos 80 três agentes estiveram envolvidos no processo de ocupação do solo em Goiânia, sendo eles: o

[10] O estudo se intitula, "Goiânia anos 80: Um estudo Etnográfico e das Relações Sociais de Bairros Periféricos" foi desenvolvido sob coordenação dos professores do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Francisco Itami Campos e Genilda D'Arc, e ainda contou com a participação de diversos pesquisadores. O principal objetivo desse estudo foi pesquisar as formas de sociabilidade dos moradores das áreas periféricas da capital goianiense.

poder público, o mercado privado e as “invasões”. Assim, por exemplo, a expansão da cidade para a região Leste-Nordeste resultou de ocupações e assentamentos através da ação dos governos municipais e estaduais; na região Oeste e Noroeste a ação do Estado foi significativa no que tange a organização do espaço. Na região Sul o Estado e capital privado atuaram conjuntamente, agindo com algum planejamento. Na região Norte houve um crescimento pouco expressivo resultado da ação do governo estadual e do mercado privado.

> A configuração do espaço urbano em Goiânia se dá então, de forma desordenada e não sem conflitos. Tal desordenamento acontece não só pela ação do poder público mas também pela ação da população que, pressionada pelas carências que não lhes permite ter sua própria moradia e nem arcar com altos preços dos aluguéis, acaba recorrendo às invasões. Existe ainda a ação do mercado privado que, buscando atender aos interesses do “capital”, concorre também para a desorganização do espaço já que acumula áreas para especulação imobiliária, lotea e vende áreas irregulares, além de lotear áreas limítrofes à Goiânia. (Mariana et al, 1991, p.40).

De acordo com Moysés (2004), o termo *planejamento desurbanizador* expressa a leitura desse processo de urbanização, que gerou espaços segregados tanto contínuos quanto descontínuos, onde o Estado liberou áreas “deterioradas” centrais e segregou, na zona rural, grande contingente da população pobre, assentanto-a longe do mercado de trabalho e rompendo suas relações de vizinhança e amizade.

Já nos anos 90, ganharam destaque no espaço urbano, os chamados condomínios fechados, estando presentes em todos os cantos da cidade, se constituindo em uma das formas mais evidentes de fragmentação do tecido urbano. Atualmente Goiânia figura como a terceira capital do país em número de condomínios fechados, apresentando um total de 14 condomínios (ao todo são 10 de grande porte), se somados a outros instalados em sua região metropolitana, este número sobe para 19 condomínios.

A expansão dos condomínios fechados vem modificando drasticamente o espaço urbano e agravando ainda mais os processos de segregação socioespacial já existentes na metrópole. Se de um lado os pobres foram “confinados” nas periferias

criadas nas bordas da capital, fruto do crescimento desordenado, do interesse privado e da impotência dos governantes em atender às demandas da crescente população, de outro lado, os ricos parecem aderir a uma espécie de "enclausuramento voluntário" que tem como princípio o desejo de afastamento social e pauta-se muitas vezes em discurso sobre o desejo de tranqüilidade e proteção diante aos "males" da cidade.

Os condomínios fechados expressam um novo modo das elites de habitar a cidade, que implica não somente na segregação socioespacial entre os diferentes grupos sociais, como também na apropriação desigual do espaço urbano, na privatização de áreas públicas, de infra-estrutura básica e ainda em processos de isolamento e em certa "autonomização" com relação à cidade. Aqui uma vez mais representam papel importante o Estado e o capital imobiliário, como agentes responsáveis pela configuração da cidade.

Os muros, sejam reais ou não, disseminam-se por toda a metrópole modificando significativamente o desenho e a vivência urbana. Eles parecem dividir, separar, demarcar os diferentes espaços da cidade. Moysés (2004) considera que:

> O espaço urbano de Goiânia e de alguns municípios de sua região metropolitana evidencia a existência de uma cidade fracionada e fragmentada. Assim, podemos dizer que, de um lado, existe *a cidade legal* e, de outro, a *cidade ilegal ou não-cidade*. Ambas expressam a cidade concreta, real, flexível, que se metamorfoseia por obra e vontade dos homens. *Legal* é a cidade dos loteamentos e das edificações regulares, aprovados segundo a legislação vigente. Essa pode projetar a cidade para fora como "cartão postal". *Ilegal*, a construída à margem da lei, das instituições, por razões econômicas e sociais dos excluídos ou incluídos. Essa cidade ilegal só aparece publicamente quando ocorrem calamidades públicas, como enchentes, epidemias, ou através de reivindicações por melhores condições de vida, o que possibilita a visibilidade de suas entranhas e da deterioração de seus espaços e as condições precárias em que seus moradores vivem. Ambas existem, "convivem" e desconfiam uma da outra. No entanto, entre elas há "muitos muros". (p.195/196)

Assim, entende-se, que a despeito de toda idealização e plano urbanístico que antecederam a construção de Goiânia no início dos anos 1930, a cidade planejada não

escapou as contradições no que tange a produção do espaço e vida urbanos. Bernardes (1998) afirma que a construção do espaço urbano na capital se dá pelo embate de duas racionalidades diferentes. Uma é aquela que preside o planejamento e a outra é a que move o cotidiano das práticas sociais. Assim, segundo a autora:

> A primeira forma de racionalidade, a de quem planeja coloca em evidencia a figura do Estado, que assume, desde o início, o processo de construção de Goiânia. Quer através da elaboração do plano urbanístico, da construção dos prédios e equipamentos destinados à administração, quer pela criação das normas necessárias ao controle do processo de ocupação, ou quer ainda pelo incremento de infra-estrutura necessária à dinamização das novas relações sociais, como a melhoria do sistema viário pela construção de rodovias e ferrovias, o Estado se faz presente. Sua atuação marca-se por princípios políticos e técnicos, que buscam viabilizar ações racionais de cunho autoritário, sem nenhuma participação popular, até que processos segregacionistas gerem movimentos espontâneos ou organizados com objetivos de interferir e reorganizar o espaço urbano. [...] Na segunda forma de racionalidade, o uso do espaço é uma realidade viva, dinâmica, em que se entrelaçam as necessidades da população e as alternativas que são criadas para o atendimento delas. É essa realidade que cria costumes e mentalidades [...] Mas, essa realidade, do ponto de vista da análise do sistema capitalista, é contraditória. [...] Neste caso, o planejamento de uma cidade também se confronta com interesses dos empreendedores imobiliários em sua luta para acumular capital. (p.14/15)

Bernardes argumenta ainda, que ao planejar o espaço urbano, os idealizadores de tal projeto acabaram por não incorporar as diferenças de classes sociais como diferenças de fundamento antagônico. Essa tendência levou a que a cidade se desenvolvesse afirmando historicamente as desigualdades sociais.

Diante do que foi exposto, pode-se evidenciar em Goiânia, um processo de urbanização que produz uma cidade fragmentada tanto social quanto espacialmente, onde o distanciamento e a desconfiança geram práticas defensivas, onde os muros são cada vez mais reforçados e os gestos tolhidos.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO DA PERSPECTIVA METODOLÓGICA

2.1. Dos Métodos

A metodologia empreendida nesta investigação baseia-se em uma análise tanto quantitativa como qualitativa. Neste sentido, segue-se o método indicado por Pierre Bourdieu. A epistemologia de Bourdieu se coloca para além dos modelos existentes e da rigidez de qualquer modelo explicativo da vida social. Entende que não se pode compreender a ação social a partir da percepção e testemunho dos sujeitos. Que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações.

Para Bourdieu as disposições, socialmente constituídas que orientam a ação, têm uma capacidade geradora. Considera o sujeito tanto como inserido na estrutura quanto como força estruturante de um campo. A sua concepção de estrutura é, portanto, dinâmica. É a de um conjunto de relações históricas, produto e produtora de ações, que é condicionada e é condicionante.

Nesse sentido, o autor se propõe a elaborar uma teoria da cultura que seja capaz de apreender as condições materiais e institucionais da produção simbólica (estruturas objetivas). Para isso, considera que o primeiro momento da pesquisa deve ser o da investigação da dimensão objetiva da realidade social. O outro momento é o subjetivista que investiga as representações dos agentes (que se constroem a partir das estruturas) para perceber as representações cotidianas, individuais e coletivas que têm por objetivo conservar ou modificar as estruturas apreendidas no primeiro momento. Enfim, o conhecimento que Bourdieu (1994) define de praxiológico, isto é o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade.

Sendo assim, tal apreensão se faz, segundo o autor, mediante o uso de análises estatísticas. Contudo, Bourdieu vai além, na investigação empírica faz uso de técnicas tanto quantitativas como qualitativas. Faz uso assim, tanto de técnicas de análise estatística, como de entrevistas realizadas a partir de um roteiro de temas a serem abordados.

2.2. Pesquisa Quantitativa

No que diz respeito à abordagem quantitativa a pesquisa envolveu a aplicação de questionários em algumas áreas da cidade de Goiânia previamente selecionadas.[11] A escolha das referidas áreas nos municípios pesquisados e que compõem a região metropolitana de Goiânia teve como base o estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) para as regiões metropolitanas do Brasil (Observatório das Metrópoles)[12], que tem como um de seus objetivos, o desenvolvimento e a difusão de metodologias de análise social do espaço que possam identificar e mensurar as conexões dos processos sócio-territoriais de divisão, segmentação e segregação residencial com os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais e a pobreza urbana nas áreas metropolitanas. Nesse sentido, foram desenvolvidas tipologias que têm por objetivo perceber o modo como o espaço social urbano se organiza.

Quando se pensa em um padrão de organização social do espaço a que se considerar que o espaço urbano possui certas características que permitem compreendê-lo e desse modo classificá-lo. Isso implica a existência de elementos tanto de diferenciação quanto de aproximação no interior do espaço analisado. Quando se determina a existência de tais elementos divergentes em dado espaço, se está

[11] Esta pesquisa vincula-se ao projeto Violência Urbana no Estado de Goiás sob coordenação da professora, Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás e participação do professor Francisco Chagas Evangelista Rabelo. O projeto conta com financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Além de Goiânia, a pesquisa quantitativa referida pautou-se na realização de um *survey* em mais 12 municípios goianos, a saber: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, Anápolis, Luziânia, Formosa, Águas Lindas, Catalão, Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu e Posse. Ao todo foram aplicados 400 questionários em cada município apontado, exceto Goiânia onde foram aplicados 2.000 questionários (400 em cada um dos cinco tipos definidos para o município, conforme será mencionado posteriormente).

[12] O Observatório das Metrópoles é um grupo que funciona em rede, reunindo pesquisadores de instituições dos campos universitário, governamental e não-governamental. As equipes reunidas vêm trabalhando sobre 11 metrópoles e uma aglomeração urbana - Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e a aglomeração urbana de Maringá -- identificando as tendências convergentes e divergentes entre as metrópoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa o país nos últimos 20 anos. (Site do Observatório: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br).

definindo seus tipos caracterizadores, o que possibilita obter uma tipologia, neste caso, socioespacial. Para se construir uma tipologia socioespacial é necessário que a aplicação dos procedimentos metodológicos esteja embasada em pressupostos teóricos, de modo a possibilitar a avaliação desses elementos convergentes e divergentes.

Esta tipologia aqui referida apóia-se em Bourdieu, e considera não só o capital econômico, como também o capital cultural e social, na definição dos tipos. Procura-se assim fugir das conhecidas dificuldades teóricas e metodológicas inerentes ao uso de sistemas de classificação baseados em apenas uma única escala, utilizando uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, que permite buscar a compreensão mais fina das eventuais diferenças de posições sociais de grupos ocupacionais. Tais eventos, ao invés de serem tomados como "casos desviantes", são entendidos como expressão de múltiplas escalas de hierarquização do espaço social. Essa concepção tornou-se possível pela utilização de outras variáveis, além da ocupação, na identificação das posições sociais que estruturam o espaço social da metrópole. Em outras palavras, este procedimento permitiu construir uma "topografia" do espaço social enquanto um mapa no qual as proximidades e distâncias entre as ocupações revelassem estruturas de propriedades similares ou diferentes. Tal orientação está ancorada na concepção de Bourdieu sobre a multiplicidade de dimensões que estruturam as classes sociais e as relações entre estas dimensões. Segundo o autor, uma classe ou uma fração de classe é definida não apenas pela sua posição nas relações de produção tal como elas podem ser identificadas através de índices como a profissão, as rendas ou mesmo o nível de escolaridade, mas também por uma distribuição determinada no espaço geográfico (que não é jamais socialmente neutro) e por um conjunto de *características auxiliares* que, sob o título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios de seleção ou de exclusão.

A relevância do pensamento de Bourdieu na análise e compreensão dos processos de segregação fica evidente através de uma série de estudos na área, que utilizam as concepções e o método do autor.

Entre tais trabalhos, pautados na análise desenvolvida por Bourdieu, encontra-se o de Ribeiro[13]. O autor afirma que podem ser identificadas duas concepções de segregação residencial. A primeira é uma concepção clássica, e entende a segregação como diferença de localização de um grupo em relação aos outros. O conceito chave é o de distância social que se contrapõe ao de mistura. Nessa concepção, a distância espacial expressa a existência de distâncias sociais entre os diferentes grupos que compõem a sociedade. Isto resultaria da busca dos indivíduos em se agruparem por afinidades raciais, étnicas e por posição social como forma de se protegerem dos efeitos fragmentadores da personalidade gerados pela aglomeração e pela vida urbana. Neste sentido, a segregação residencial é produto de uma lógica individual, ou seja, das escolhas individuais. A segunda concepção aponta a segregação como fruto das desigualdades sociais que se expressam na organização do território das cidades, ou seja, a segregação é a conseqüência das chances desiguais de acesso aos bens, serviços e também a alguns lugares do espaço. Assim, segundo o autor, trata-se de duas abordagens teóricas distintas: a primeira, de inspiração marxista, explica a segregação como decorrência das desigualdades de classes da sociedade. A segunda, de inspiração weberiana, explica a segregação como resultante das desigualdades na distribuição de prestígio, honra social e poder. De acordo com Ribeiro:

> A aplicação do conceito de espaço social de Pierre Bourdieu à análise da estrutura urbana permite unificar essas duas concepções da segregação. Com efeito, a ocupação do espaço da cidade resulta dos princípios de estruturação do espaço social. Cada princípio representa uma forma de hierarquia de poder: econômico, social e simbólico. A noção de distância social coagulada das distâncias físicas é entendida como manifestação dos poderes de classes sociais em se apropriarem da cidade como recurso. (p.13)

[13] http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/downloads/Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território, Acessado em: 28/07/07.

Ribeiro argumenta que é na sociologia de Bourdieu que o conceito de distância social ganha relevância analítica, sendo que a idéia de diferença e separação encontra-se no fundamento da própria noção de espaço.

Construção da Tipologia Socioespacial de Goiânia e Região Metropolitana

Apesar de tomar a ocupação como variável central da estrutura social, a renda e a escolaridade foram utilizadas como filtros. Desse modo, foi possível construir uma estrutura sócio-ocupacional capaz de refletir significativamente a estrutura social. Para construção de tal estrutura sócio-ocupacional foram utilizados os dados censitários do IBGE sobre ocupação. O Censo Demográfico de 2000 considerou como ocupação aquelas definidas pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Estas ocupações foram agrupadas hierarquicamente considerando que a natureza da ocupação, além da exigência de escolaridade e obtenção de determinada renda, leva a níveis diferentes das categorias que compõem a estrutura sócio-ocupacional. Assim, foram construídas 24 (vinte e quatro) categorias sócio-ocupacionais (CATs) que estão organizadas em oito grupos principais, apresentados no quadro abaixo (o detalhamento das ocupações em cada categoria está expresso no anexo 1)

O primeiro destes grupos refere-se a todas as pessoas que exercem alguma ocupação agrícola, exceto aqueles que se enquadram como empregadores. O segundo grupo abrange aqueles que ocupam alguma função de direção, sejam grandes empregadores ou diretores, gerentes ou supervisores com alta remuneração, tanto na iniciativa privada quanto pública. O terceiro grupo das categorias considera aquelas pessoas que possuem uma condição social de classe média, por se diferenciar segundo seus atributos pessoas como artistas, ou pequenos empregadores. O quarto grupo corresponde àquelas ocupações que têm a exigência de nível de instrução superior, enquadram-se os professores de nível superior, os autônomos, empregados estatutários. O quinto grupo se refere àquelas atividades que requerem certo grau de

escolaridade e conferem um determinado nível de renda, contudo não exigem atributos tão elevados.

Código e Descrição das Categorias Sócio-ocupacionais (CATs)

Código	Categorias Sócio-ocupacionais
	Ocupações Agrícolas
CAT 10	Agricultores
	Elite Dirigente
CAT 21	Grandes Empregadores
CAT 22	Dirigentes do Setor Público
CAT 23	Dirigentes do Setor Privado
	Pequena Burguesia
CAT 31	Pequenos Empregadores
CAT 32	Ocupações Artísticas e Similares
	Elite Intelectual
CAT 41	Profissionais Autônomos de Nível Superior
CAT 42	Profissionais Empregados de Nível Superior
CAT 43	Profissionais Estatutários de Nível Superior
CAT 44	Professores de Nível Superior
	Classe Média
CAT 51	Ocupações de Escritório
CAT 52	Ocupações de Supervisão
CAT 53	Ocupações Técnicas
CAT 54	Ocupações Médias da Saúde e Educação
CAT 55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios
	Proletariado Terciário
CAT 61	Trabalhadores do Comércio
CAT 62	Prestadores de Serviços Especializados
CAT 63	Prestadores de Serviços Não Especializados
	Proletariado Secundário
CAT 71	Trabalhadores da Indústria Moderna
CAT 72	Trabalhadores da Indústria Tradicional
CAT 73	Operários dos Serviços Auxiliares
CAT 74	Operários da Construção Civil
	Subproletariado
CAT 81	Trabalhadores Domésticos
CAT 82	Ambulantes e Catadores

Fonte: Observatório das Metrópoles/ Instituto Milênio – Convênio CNPq. Metrodata.

Existem, ainda, dois grupos de categorias que se referem às ocupações que possuem algum grau de *status*, exatamente por conferir uma série de condições de trabalho, independente da formalização, pois para seu exercício há exigência de algum conhecimento técnico, mesmo que não requeira níveis de escolaridade. Por outro lado,

o último grupo se refere às ocupações que não tem nenhuma exigência técnica ou atributo pessoal, como são os casos do emprego doméstico e das ocupações que se enquadram no subemprego.

A partir da construção dessa estrutura sócio-ocupacional foi possível analisar como esta se manifesta no espaço urbano. Isso, pois, como o dado do Censo Demográfico é obtido nos domicílios, ao visualizar as categorias sócio-ocupacionais no território pode-se localizar as pessoas no espaço segundo sua posição na estrutura social. O que permite analisar as formas de organização social no espaço urbano.

O território metropolitano é fragmentado em diversas áreas, que são construídas a partir dos setores censitários. Ou seja, para o IBGE realizar o Censo Demográfico subdivide o território de todo o país em setor censitário, cada um deles, nas áreas urbanas, possuem no mínimo 250 e no máximo 350 domicílios. No caso das informações sobre ocupação a área utilizada para divulgação dos dados é composta da agregação de um conjunto de setores censitários, que juntos tenham no mínimo 4000 domicílios, que recebe a denominação de Área de Ponderação (AED)[14]. Essa área foi definida pelo IBGE com o objetivo de evitar que as pessoas pesquisadas possam ser identificadas. A contigüidade entre os setores censitários e o limite municipal é considerada como critério para a agregação dos setores censitários, de modo a compor as AEDs de cada município. É importante ressaltar, que quando o IBGE considera a contigüidade entre os setores censitários e o limite municipal para definir as AEDs, não leva em conta as diferentes condições sócio-econômicas das pessoas que estão em setores censitários próximos. Mesmo assim, a elaboração da tipologia socioespacial que considera as AEDs como sua base territorial são significativas para explicação do padrão de organização do espaço urbano, desde que analisadas com relatividade, em face de sua concepção.

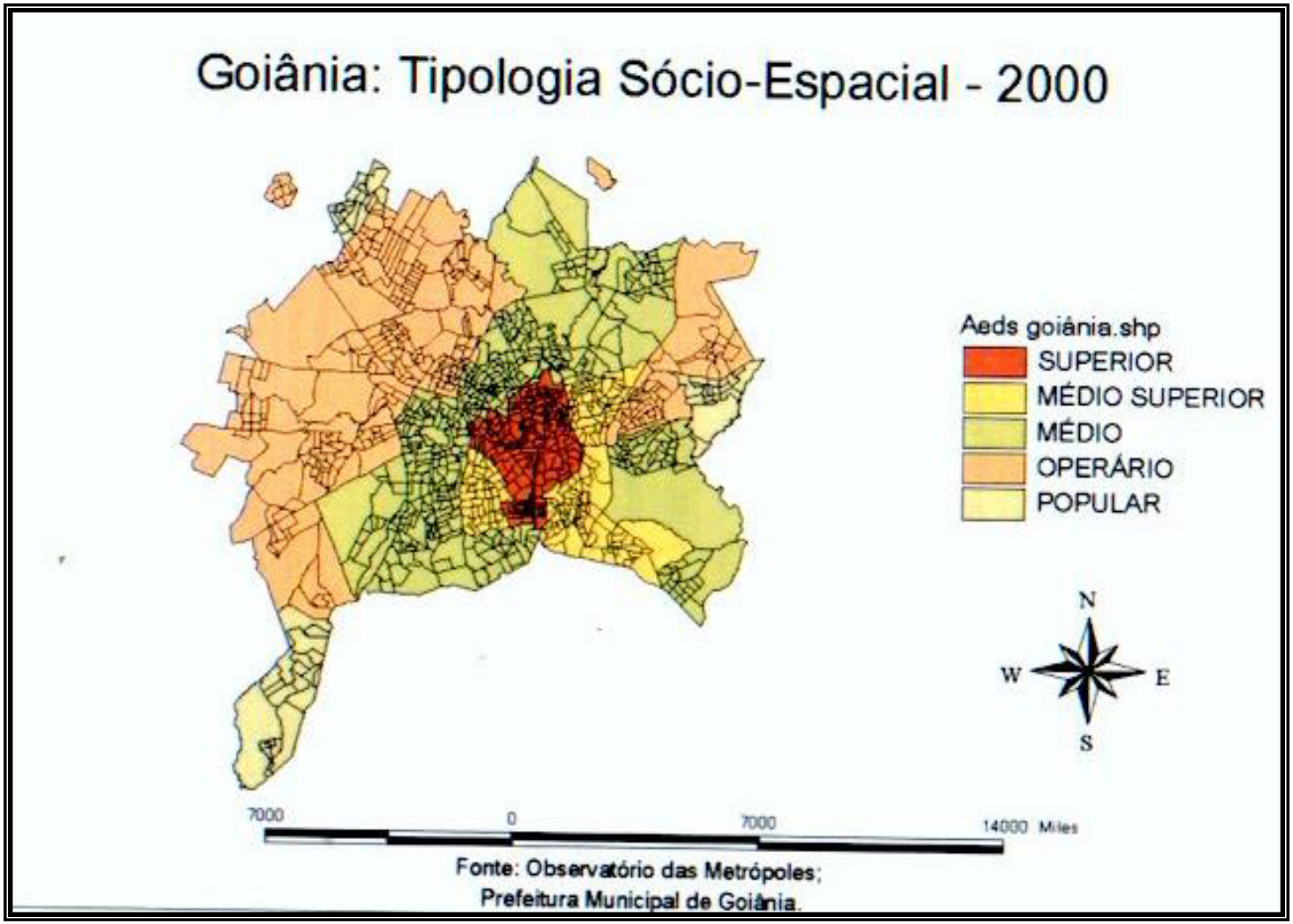
Diante de tais considerações, tem-se que a tipologia socioespacial da metrópole goianiense foi elaborada a partir da compreensão da estrutura social rebatida no espaço metropolitano. Assim, é possível verificar quais são as áreas que possuem

[14] A definição de AED como Área de expansão demográfica não constitui definição oficial utilizada pelo IBGE. O agrupamento de setores censitários é denominado de área de ponderação, conforme metodologia do Censo Demográfico de 2000. Por este motivo, aqui se considera a AED como sinônimo de área de ponderação.

tendência de aproximação, ao mesmo tempo em que se diferenciam das demais áreas, o que possibilita construir os tipos sociespaciais. Esses tipos são organizados segundo uma hierarquia existente entre eles. Quanto mais elevado na estrutura socioespacial se encontrar o tipo, melhores as condições das pessoas segundo sua condição sócio-ocupacional, em relação aos outros tipos sociespaciais.

Para tanto, é utilizado o *software* STATlab que permite realizar a análise fatorial por correspondência binária, a partir de uma tabela de contingência que fornece as categorias sócio-ocupacionais (CATs) pelas suas correspondentes áreas de expansão demográficas (AEDs). Na região metropolitana de Goiânia são um total de 66 AEDs, sendo assim, a análise é feita pela matriz de 66 AEDs por 24 CATs. Além da análise fatorial por combinação binária, é feita a classificação hierárquica ascendente, através da análise por agrupamento. Estas técnicas estatísticas permitem realizar agrupamentos entre as AEDs através de suas características sócio-ocupacionais. Assim, chegou-se a definição dos seguintes tipos para a região metropolitana de Goiânia, em ordem ascendente: Superior, Médio Superior, Médio, Operário, Popular, Popular-agrícola e Agrícola. A estrutura sócio-territorial de Goiânia é composta por cinco destes tipos sociespaciais existentes no contesto metropolitano. Sendo eles, Superior, Médio Superior, Médio, Operário e Popular. Conforme pode ser visualizado no cartograma[15] a seguir.

[15] Cartograma apresentado por Gomes Ribeiro (2007).


Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial - 2000
Aeds goiânia.shp
SUPERIOR
MÉDIO SUPERIOR
MÉDIO
OPERÁRIO
POPULAR
N
W
E
S
7000
0
7000
14000 Miles
Fonte: Observatório das Metrópoles;
Prefeitura Municipal de Goiânia.

A pesquisa empreendida constou da aplicação de questionários nas áreas de expansão domiciliar (AEDs) pertencentes aos diferentes tipos socioespaciais, a saber: Tipo Superior (Marista, Sul, Oeste, Aeroporto, Bela Vista, Nova Suíça, Bueno, Coimbra e Setor Central de Goiânia.), Tipo Médio-Superior (Jardim América, Pedro Ludovico, Bairro Feliz e Leste Universitário), Tipo Médio (Campinas/Marechal Rondon, Parque Amazônia, Sudoeste, Novo Horizonte), Tipo Popular (Baliza/Jardim Itaipu, Vila Pedroso, São Domingos), Tipo Operário (Santo Hilário, Novo Mundo, Vera Cruz, Finsocial).

As AEDs que compõem o Tipo Superior são aquelas nas quais se concentram fortemente, como moradores, as elites dirigentes[16] e intelectual[17], possuindo uma densidade muito baixa das demais categorias médias e inferiores. O Tipo Superior concentra-se nas regiões central e sul de Goiânia e as áreas por ele caracterizadas possuem contiguidades entre si.

É interessante apresentar aqui algumas informações referentes a estes tipos. Dados do Censo Demográfico do IBGE (2000) processados pelo Observatório das Metrópoles e apresentados por Gomes Ribeiro (2007) demonstram as nítidas diferenciações sócio-econômicas existentes entre os distintos tipos sociespaciais.

Quando se considera os rendimentos do responsável pela família, verifica-se que no Tipo Superior 53,6% destes recebem mais de 10 salários mínimos. No que se refere à escolaridade, a taxa de analfabetismo neste tipo é de 0,9%. Por outro lado, 75,5% das pessoas que possuem mais de 18 anos de idade possuem mais de 11 anos de estudo, e 79,3% das pessoas entre 18 e 25 anos frequentam a escola e estão em série adequada. Quanto ao acesso a serviços públicos de saneamento, 96,7% dos domicílios possuem abastecimento de água adequado e 99,3% possui escoamento sanitário. No que diz respeito às condições de moradia, temos que no Tipo Superior apenas 4,2% dos domicílios possuem até três cômodos, e 1,9% sem a existência de banheiro.

[16] A elite dirigente refere-se a empresários, dirigentes do setor público, dirigentes do setor privado, profissionais liberais.
[17] A categoria intelectual refere-se a profissionais autônomos de nível superior, bem como, empregados de nível superior.

No Tipo Médio Superior há uma grande concentração de categorias médias e relativamente superiores. Nos espaços que compõem esse tipo há uma participação relativa na hierarquia sócio-ocupacional das categorias médias (profissionais de escritório, artistas e similares), mas com uma tendência a reforçar o peso nas categorias superiores (professores de nível superior e profissionais empregados de nível superior). Contudo, apresentam uma predominância das categorias médias. Essas áreas se concentram a leste da região central da cidade, atingindo ainda áreas que estão nas regiões sul e sudeste de Goiânia.

No que se refere à renda dos responsáveis pela família é possível observar uma nítida queda em relação ao patamar alcançado pelo Tipo Superior. Assim, na faixa de maior renda concentram-se 21,3% dos casos. Significativas diferenciações também podem ser observadas em relação à escolaridade. Nesse tipo a taxa de analfabetismo sobre para 3,9% e o percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo tem um decréscimo de 27,3% em relação ao Tipo Superior, o que representa 48,2% dos casos. As pessoas que tem de 18 a 25 anos que frequentam a escola e estão na série adequada representam 53,6%. O acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e escoamento sanitário apresenta percentuais bem próximos aos apresentados no Tipo Superior, 92.0% e 95,5% respectivamente. Contudo, os domicílios particulares permanentes com até 3 cômodos representam 13,0% dos casos e aqueles sem banheiro, 4,3% (o que demonstram um aumento significativo em relação ao que se observa no Tipo Superior).

O Tipo Médio caracteriza-se pela forte concentração de categorias situadas nos padrões médios da estrutura sócio-ocupacional, destacando-se as ocupações de escritório, as ocupações técnicas e os prestadores de serviços especializados. As AEDs pertencentes a esse tipo encontram-se em direções bem diversificadas no espaço da metrópole, contudo apresentam uma tendência a se concentrar no eixo norte-sul.

No tipo médio 13,1% dos responsáveis pela família recebem mais de 10 salários mínimos mensais. Em relação aos dados de escolaridade tem-se que 38,9% das pessoas com 18 anos ou mais de idade possuem 11 ou mais anos de estudo, ao passo que a taxa de analfabetismo é de 4,1%. Entre aqueles que têm de 18 a 25 anos 43,1%

frequentam a escola e estão na série adequada a idade. Quanto aos serviços de abastecimento de água e saneamento básico as marcas caem para 86,3% e 91,1%. Contudo, existem algumas diferenças quando analisamos as áreas pertencentes ao tipo médio isoladamente. Quanto às demais variáveis que se relacionam aos domicílios: domicílios com até três cômodos e domicílios sem banheiro, 11,7% e 3,5% respectivamente apresentam essas características.

Quando se considera as áreas "médias" de Goiânia (Tipos Médio Superior e Médio) observa-se que há uma distância muito acentuada das áreas superiores da estrutura socioespacial. Podemos dizer que as características dessas áreas estão mais próximas das áreas inferiores da estrutura.

Quanto ao Tipo Operário há um peso considerável das categorias de prestadores de serviços especializados e não-especializados, ao mesmo tempo, que possuem grande participação as categorias de operários da indústria tradicional e operários da construção civil. Esse tipo é composto principalmente por áreas periféricas da cidade, nas direções oeste, noroeste, sudoeste e leste de Goiânia.

O Tipo Operário apresenta patamares bem mais próximos do Tipo Popular, ao passo que se distancia dos tipos "médios" (Médio Superior e Médio) e Superior. No que se refere à renda do responsável pela família cerca de 50% dos casos se encontram na faixa de renda mínima (até dois salários mínimos mensais), sendo que na faixa de maior renda (acima de dez salários mínimos) concentram-se apenas 4,0% dos casos. A taxa de analfabetismo é de 7,7% e apenas 19,4% dos indivíduos com 18 anos ou mais de idade possuem 11 ou mais anos de estudo. Apenas 18,6% das pessoas de 18 a 25 anos freqüentam a escola e estão na série adequada. No tipo operário, a cobertura de abastecimento de água é de 69,1% das áreas, ao passo que os domicílios que são servidos de escoamento sanitário adequado representam apenas 42,7% dos domicílios. Conforme se observa, as porcentagens são bem inferiores em relação aos demais tipos. Contudo, no Tipo Popular essa realidade é ainda mais grave. Os domicílios com até três cômodos e os sem banheiro, representam respectivamente 15,2% e 5,2% dos casos.

O Tipo Popular situa-se na parte inferior da estrutura socioespacial. As áreas que compõem esse tipo não são contíguas, sendo que, uma se localiza na região

Noroeste, outra na região Sudoeste e uma terceira na região Leste da capital. Aqui ganha destaque a forte participação das categorias de empregados domésticos, ambulantes e catadores. Na maior parte dessas áreas não há presença de grandes empregadores e dirigentes dos setores público e privado, o que pode ser observado ainda que de forma reduzida nos outros tipos (à exceção do Tipo Superior onde estas categorias dirigentes se concentram).

Quando se considera os rendimentos do responsável pelas famílias verifica-se que no Tipo Popular 62,6% destes se encontram na faixa de menor renda, ou seja, recebem até dois salários mínimos mensais. Em contraposição apenas 1,4 se enquadra na faixa de maior renda, o que corresponde a mais de dez salários mínimos mensais. A taxa de analfabetismo nesse Tipo é de 11% e apenas 10% com mais de 18 anos de idade possuem 11 ou mais anos de estudo. É importante ressaltar que 11 anos de estudo se referem ao ensino básico. A freqüência escolar daqueles que possuem de 18 a 25 anos representa 24,1% dos casos. Esse percentual fica ainda mais reduzido quando se faz referência àqueles que possuem de 18 a 25 anos de idade, frequentam a escola e estão na série adequada, o que representa 7,5% dos casos. Quanto à escolaridade, fica evidente que quanto mais baixa é a posição na estrutura socioespacial maior é a taxa de analfabetismo e menor o número de pessoas que possuem 11 anos ou mais de estudo.

Os dados apresentados para os diferentes tipos demonstram claramente que em todos os sentidos as pessoas que moram em áreas situadas nos tipos inferiores estão em condições muito mais precárias quando analisada a condição de escolaridade. Isso pode ser mais uma vez observado quando analisamos as informações referentes às condições dos domicílios particulares permanentes da capital. No Tipo Popular a situação é bastante grave, visto que apenas 37,19% dos domicílios possuem abastecimento de água adequada e somente 13,6% escoamento sanitário. Com relação às condições de moradia tem-se que 24,8% dos moradores dessas áreas residem em domicílios que possuem até três cômodos e outros 13,1% não possuem banheiros.

Os dados apresentados confirmam as diferenças entre os tipos sociespaciais, na medida em que evidencia as diferenças entre os extremos. Fica claro que as diferenças

sociais se tornam mais evidentes quando se compara o Tipo Superior com os Tipos Operário e Popular. Entre os tipos medianos as semelhanças tendem a ser maiores.

Na cidade de Goiânia como um todo foram aplicados 2000 questionários, sendo que em cada um dos tipos acima mencionados foram aplicados 400 questionários. A amostragem levou em conta a população total de cada tipo socioespacial e ainda, a distribuição populacional de cada AED segundo sexo e idade[18]. Foram pesquisados homens e mulheres com idade acima de 19 anos de idade.

A aplicação realizou-se entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2007 e exigiu grande esforço, especialmente nos bairros residenciais de classe alta e média onde a vida social é fortemente privatizada e interiorizada. A suspeita sempre marcou nossas conversas com os pesquisados, falar com os moradores desses bairros implicou quase sempre passar por câmeras, interfones, portões eletrônicos, grades. Nos bairros populares, muitas vezes, o maior obstáculo foi o medo de represália demonstrado pelos entrevistados ao falar dos episódios de violência e da presença do tráfico de drogas nesses espaços.

O questionário previamente elaborado e testado compõe-se de dezessete questões fechadas e uma aberta. A primeira parte consta de questões sócio-demográficas, tais como, idade, sexo, escolaridade, ocupação, seguidas de questões sobre o bairro e a vizinhança. A segunda parte aborda questões referentes à vitimização, as transformações das residências ou condomínios em função do medo da violência (aqui se busca explorar a presença dos aparatos de segurança nos bairros pesquisados), a representação do medo e da insegurança. Por fim, aparecem as questões referentes à lei e ordem, bem como, mídia e violência. A aplicação do questionário foi feita nos domicílios[19], onde o entrevistador propunha as questões e as marcava de acordo com a resposta do entrevistado. O questionário consta no anexo 2.

Os dados obtidos com a aplicação do questionário foram tabulados e processados com a utilização do programa de análise estatística SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). A análise consta essencialmente de cruzamentos de

[18] Os grupos pesquisados foram estratificados por sexo e idade.
[19] A cada domicílio pesquisado na mesma quadra, dois eram saltados.

dados, cujo intuito é comparar as percepções dos entrevistados residentes nas diferentes áreas da cidade.

2.3. Pesquisa Qualitativa

A abordagem qualitativa teve como foco a realização de entrevistas semi-estruturadas com moradores dos espaços de alta renda da capital goianiense. O que teve por intuito captar a subjetividade dos entrevistados sobre o problema em estudo. Buscou-se, assim, perceber os valores, comportamentos e práticas por meio do discurso dos agentes sociais. A escolha desse grupo apoiou-se no fato de que são nesses espaços elitizados onde se evidencia mais fortemente a intensificação das medidas de proteção, a retração em relação à vivência do espaço público, a privatização de espaços, as mudanças nas formas de habitar a cidade, haja vista a posição privilegiada que os membros da elite desfrutam na estrutura social. Para esse grupo as ameaças da violência e criminalidade podem ser amenizadas ou evitadas tendo em vista o acesso a equipamentos de proteção, segurança privada, moradias em espaços exclusivos e fortificados.

Fato é que a paisagem nesses espaços causa impacto. São numerosos os aparatos de segurança utilizados nas residências e condomínios. Câmeras, cercas elétricas, alarmes, sensores, interfones, garras metálicas, correntes, guaritas com vidros blindados, guardas armados, muros intransponíveis, são usados com estratégias de proteção e emprestam um aspecto “militarizado” a cidade. Nas diversas andanças por esses lugares fomos surpreendidos muitas vezes por guaritas e portões impedindo o acesso a logradouros públicos, praças vigiadas por guardas particulares, muros cercando “pseudocondomínios” implantados no meio da cidade, muralhas delimitando espaços exclusivos para a elite.

Ao todo foram realizadas 16 entrevistas entre moradores de condomínios fechados, moradores de bairros residenciais nobres e moradores de ruas fechadas também nos bairros nobres da capital goianiense. Parte destas entrevistas aconteceram mediadas por contatos de conhecidos. À medida que íamos entrevistando, pedíamos que fossem indicados novos entrevistados, o que permitiu,

inclusive, o acesso a condomínios exclusivos, o que não teria sido possível sem os contatos prévios.

A entrevista constou de um roteiro previamente elaborado (anexo3). Nesse sentido, as questões eram propostas e exploradas a partir das respostas obtidas. O guia da entrevista buscou explorar a trajetória de moradia dos indivíduos na cidade, a vivência do local de moradia, a questão da segurança, narrativas de violência, histórias de mudanças em função do medo da violência, de hábitos e comportamentos, sociabilidades, representações do medo, e ainda, percepções da justiça e segurança pública. A análise do conteúdo das entrevistas permitiu elencar e agrupar temas centrais a fim de explorar os discursos elaborados.

Nesta etapa da pesquisa também foram realizadas observações nesses espaços, bem como, foram produzidas fotografias. Essas fotografias ilustram várias discussões e tiveram o intuito de apreender a paisagem transformada da cidade.

CAPÍTULO 3

MEDO, ENCLAUSURAMENTO E REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA

3.1. Insegurança

Vivendo com medo nas cidades

"- Hoje em dia você não pode dizer que tá seguro em lugar nenhum. É muito complicado. Eu não me sinto nada seguro. A gente vive com medo, apreensivo, amedrotado. Eu tenho muito medo. A cidade de um modo geral está muito perigosa, não pode facilitar não. A gente tranca tudo, não anda na rua tarde da noite, mas tá complicado. A gente se sente incapaz de lidar e resolver isso. Todo dia você ouve falar de assalto, roubo, homicídio, tanta coisa, viu!?" (morador do Marista, 38 anos)

A criminalidade e violência urbanas vêm se constituindo uma das maiores preocupações da sociedade brasileira contemporânea, assumindo lugar de destaque nos debates públicos e conversas cotidianas. Neste contexto, um medo generalizado e exacerbado marca a vivência dos mais distintos grupos sociais nas grandes cidades, redefinindo as práticas e o modo de vida dos cidadãos. As experiências diretas de violência, ou aquelas vividas por vizinhos, parentes, amigos, ou mesmo as de que se ouve falar sem que se tenha qualquer relação com as pessoas envolvidas, são contadas e recontadas. Qualquer pessoa conhece um caso, relata um fato, um acontecimento. São muitas as narrativas, discursos, falas sobre a criminalidade e o medo de se viver nas cidades. Essas "histórias do crime" alimentam o medo dos cidadãos e expõem a sua incapacidade de se defender diante aos ataques dos "marginais" que proliferam no urbano. O medo não escolhe suas vítimas, embora, seja matizado e acione comportamentos diferenciados em função da classe, sexo, idade e local de residência dos indivíduos. A sensação de insegurança e sentimento de medo foram relatados pela maioria dos entrevistados em diversos espaços da cidade, sejam nos bairros de elite, de classe média, ou ainda, nos bairros populares.

Entre os entrevistados residentes nos bairros de classe alta, classe média alta, classe média e bairros populares (tipos operário e popular), 65,8%, 71,9%, 66,8%, 68,4%, e 79,1% respectivamente, relataram se sentirem um pouco ou muito inseguros andando sozinhos em seus bairros durante a noite.

Tabela 1: Como você se sente andando sozinho no seu bairro à noite?

Tipologia dos Bairros	*Muito seguro*	*Razoavelmente seguro*	*Um pouco inseguro*	*Muito Inseguro*	*Total*
Superior	9.5%	24.7%	29.6%	36.2%	100%
Médio Superior	7.2%	20.9%	25.1%	46.8%	100%
Médio	8.8%	24.4%	30.3%	36.5%	100%
Operário	12.5%	19.1%	25.4%	43.0%	100%
Popular	7.8%	13.1%	25.8%	53.3%	100%

A maioria dos entrevistados também concordou com a afirmativa que dizia que ninguém está seguro em lugar algum. Esta fala é recorrente também no discurso dos entrevistados. Há um quase consenso sobre a relatividade da segurança e proteção na sociedade atual. Segundo muitos entrevistados, mesmo a adoção de uma série de medidas preventivas nas suas residências e condutas cotidianas, não são garantias de segurança.

Tabela 2: Ninguém está seguro em lugar algum?

Tipologia dos Bairros	*Concordo*	*Discordo*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	79.8%	20.2%	0.0%	100%
Médio Superior	80.5%	19.5%	0.0%	100%
Médio	83.7%	16.3%	0.0%	100%
Operário	86.8%	13.2%	0.0%	100%
Popular	83.8%	15.5%	0.7%	100%

Espaços Incivis

" - O bairro aqui não tá muito bom não. A praça aqui foi tomada por uns grupos de jovens, virou um ponto de drogas, e amanhece aqui tudo tomado de cacos de garrafa, uma sujeira danada, uma barulheira. Eles estragam os jardins, pixam os muros. O muro da minha casa já foi pixado várias vezes. A gente pinta eles pixam de novo. Agora coloquei umas câmeras pra ver se intimida um pouco. Mas, eles não tão nem aí. Não pode prender, né!? A maioria das pessoas aqui não frequenta a praça, fica com medo, né!? Eu mesmo não vou mais. [...] Hoje em dia não se tem mais respeito, acabou o respeito e a civilidade." (Morador do Bueno, 68 anos)

Segundo Roché (1994) uma parte significativa da insegurança revelada em meios urbanos pode ser associada a uma relativa saturação de incivilidades e pequenos crimes. As incivilidades, ou seja, os atos de vandalismo, degradação, e o rompimento das regras de boa educação, contribuem para gerar sentimentos de receio e angústia. Os atos incivis, tal como descreve o autor, caracterizam-se por comportamentos desafiadores, não lucrativos, pouco organizados e muito visíveis. Esses tipos de comportamento, raramente considerados graves e condenáveis do ponto de vista legal, são públicos. Assim, expressam tensões sobre a ocupação do espaço e sobre as relações entre os indivíduos. A desordem figura, assim, como um aspecto que altera a percepção do espaço e contribui para a disseminação do sentimento de insegurança e percepção do risco à medida que representa uma ruptura nas regras morais de convívio. As incivilidades constituem um dos vetores que Roché utiliza para estudar o fenômeno da insegurança, o qual define de preocupação com a ordem, aqui se inclui a ordem verbal, comportamental, individual ou coletiva. Contudo, não é a desordem que se revela insuportável e sim a sua repetição cumulativa. Como não são reprimidos, pois não estão associados à noção de desvio, esses atos cotidianos tornam-se recorrentes. Eles emprestam uma visão de abandono e "falta de lei" aos espaços urbanos.

Os atos de vandalismo (pixações, danificação de equipamentos públicos, etc), o uso de drogas em logradouros públicos, brigas, discussões, a sujeira e o barulho nas ruas foram apontados por parcelas significativas dos moradores de diferentes áreas da cidade como sendo ocorrências frequentes em seus bairros. Contudo, os espaços populares da cidade são aqueles que apresentam maiores incidências desses atos.

Tabela 3: Ocorrência de pessoas usando drogas em lugares públicos

Tipologia dos Bairros	***Nunca acontece***	***Acontece Raramente***	***Acontece Frequentemente***	***Não sabe/ Não responde***	***Total***
Superior	40.0%	21.0%	38.8%	0.2%	100%
Médio Superior	24.8%	14.6%	60.4%	0.2%	100%
Médio	24.4%	16.3%	58.9%	0.4%	100%
Operário	15.1%	6.8%	77.9%	0.2%	100%
Popular	18.3%	13.0%	68.3%	0.4%	100%

No caso do uso de drogas nas ruas do bairro a porcentagem de moradores que afirmou ser um acontecimento frequente é substancialmente maior em bairros populares (77,9% e 68,3%) quando comparados aos bairros da elite goianiense (38,8%). Já com relação aos atos de vandalismo como depredações e destruição de equipamentos de uso coletivo dos bairros e também de patrimônio particular, as porcentagens ficam mais próximas. Embora, os bairros populares também apresentem um percentual um pouco maior (44,8% e 43,5%).

Tabela 4: Ocorrência de pessoas que destroem ou danificam muros, janelas, postes, orelhões

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	37.0%	27.5%	35.5%	0.0%	100%
Médio Superior	31.1%	23.5%	45.4%	0.0%	100%
Médio	48.3%	21.2%	30.3%	0.2%	100%
Operário	31.9%	23.3%	44.8%	0.0%	100%
Popular	33.3%	23.2%	43.5%	0.0%	100%

O mesmo pode ser observado para as questões sobre a ocorrência de excesso de barulho e sujeira nas ruas. Esses atos são enfocados por um percentual significativo dos moradores das diferentes áreas pesquisadas na cidade de Goiânia.

Tabela 5: Ocorrência de excesso de barulho nas ruas do bairro

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	45.3%	19.8%	34.8%	0.1%	100%
Médio Superior	48.2%	20.2%	31.4%	0.2%	100%
Médio	43.8%	19.3%	36.9%	0.0%	100%
Operário	41.1%	21.4%	37.5%	0.0%	100%
Popular	33.7%	21.0%	45.3%	0.0%	100%

Tabela 6: Ocorrência de sujeira nas ruas do bairro

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	27.0%	23.5%	49.3%	0.2%	100%
Médio Superior	28.9%	22.1%	49.0%	0.0%	100%
Médio	33.3%	18.4%	48.3%	0.0%	100%
Operário	27.2%	18.5%	54.3%	0.0%	100%
Popular	24.0%	21.0%	55.0%	0.0%	100%

Percepção da Violência

Embora a maioria dos atos criminosos seja percebida pelos pesquisados como inexistentes ou de rara ocorrência em seus bairros, existem algumas variações importantes em função do local de residência dos pesquisados. A ocorrência de crimes contra a pessoa apresenta percentuais mais elevados nos bairros populares em relação aos bairros da elite e da classe média goianiense. O mesmo se evidencia nas perguntas que fazem referência ao tráfico de drogas. Enquanto 28,5% dos moradores dos bairros de classe alta de Goiânia afirmaram que o tráfico de drogas é frequente em seus bairros, nos bairros populares este percentual representa 78,8% e 71,5% dos casos. O que representa uma variação de cerca de 50,3%.

Tabela 7: Ocorrência de tráfico de drogas no bairro

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	54.5%	16.0%	28.5%	1.0%	100%
Médio Superior	31.9%	14.6%	53.5%	0.0%	100%
Médio	29.6%	19.0%	51.0%	0.4%	100%
Operário	12.2%	8.3%	78.8%	0.7%	100%
Popular	14.3%	13.8%	71.5%	0.4%	100%

A presença do tráfico de drogas preferencialmente nos espaços populares é um dos fatores que mais contribui para o aumento da violência letal nesses lugares. Os entrevistados quase sempre relacionaram os assassinatos frequentes em seus bairros ao tráfico de drogas.

Em relação a ocorrência de assassinatos e agressão física nos bairros o mesmo pode ser observado. Nos espaços da elite apenas 3,5% dos entrevistados afirmaram que os assassinatos são acontecimentos frequentes em seus bairros. Este percentual sobe para 27,0% e 37,0% na pesquisa realizada nos bairros pobres da capital. No que diz respeito a agressão física enquanto 5,3% dos entrevistados dos bairros de alta renda identificaram esse ato como frequente, nos bairros populares esse percentual varia entre 27,3% e 27,5% dos casos.

Tabela 8: Ocorrência de assassinatos no bairro

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	80.0%	16.5%	3.5%	0.0%	100%
Médio Superior	62.0%	28.3%	9.7%	0.0%	100%
Médio	55.4%	30.8%	13.8%	0.0%	100%
Operário	34.1%	38.7%	27.0%	0.2%	100%
Popular	31.5%	31.5%	37.0%	0.0%	100%

Tabela 9: Ocorrência, no bairro, de agressões contra pessoas causando lesões corporais

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	77.5%	17.2%	5.3%	0.0%	100%
Médio Superior	67.6%	20.1%	12.3%	0.0%	100%
Médio	68.2%	20.2%	11.6%	0.0%	100%
Operário	47.9%	24.8%	27.3%	0.0%	100%
Popular	49.0%	23.5%	27.5%	0.0%	100%

Segundo Kahn (2005) o fenômeno da concentração espacial da violência pode ser observado em diversas cidades, mas é facilmente visível em cidades com elevado nível de desigualdade, onde há uma nítida separação entre ricos e pobres. Neste contexto, a violência tende a se concentrar nas áreas periféricas ao passo que as áreas centrais são mais tranquilas. De acordo com o autor, diversos fatores contribuem para "explicar" a racionalidade dessa distribuição: crescimento populacional, diferenças nas taxas de emprego, grande número de famílias constituídas por um só dos pais, evasão escolar, analfabetismo, distribuição de equipamentos públicos (escolas, creches, parques, hospitais, etc.), presença do tráfico de drogas, distribuição dos efetivos policiais, etc. Contudo, adverte o autor que "embora a explicação da distribuição seja complexa, existe um fator, todavia, que isoladamente contribui com elevada parcela para explicar a distribuição observada dos homicídios, e esse fator é o nível socioeconômico do bairro." (p.58).

Por outro lado, afirma Kahn, são os moradores das áreas mais abastadas os mais propensos a serem vítimas de roubos e furtos. Esses delitos são especialmente elevados entre as pessoas de estrato social mais alto. Não obstante, a pesquisa revelou que quando se trata de roubo em residências, roubo de veículos e furtos, os percentuais de entrevistados das classes altas que reconhecem esses atos como frequentes aumentam significativamente quando comparados aos percentuais de crime contra a pessoa (os dados podem ser observados nas tabelas abaixo). Contudo, os crimes contra o patrimônio também alcançaram percentuais significativos nos bairros populares. Em quase todos os casos, à exceção do roubo de veículos, os percentuais de ocorrências em bairros pobres é maior (ainda que as diferenças sejam extremamente menores às que faziam referência a crimes contra a pessoa) em relação as ocorrências nos bairros de classe média e alta da cidade. Alguns fatores explicativos que podem ser apontados são: o pesado investimento dos membros das classes abastadas na promoção da segurança de seu patrimônio, o que inclui segurança privada, tecnologia de proteção, etc., o que dificultaria os roubos nesses bairros, e ainda, o efetivo policial que se concentra nesses espaços com o intuito de defender as propriedades das elites. Esses aspectos demonstram a maior vulnerabilidade das classes populares, especialmente no que diz respeito a violência letal.

Tabela 10: Ocorrência de furtos no bairro

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	34.7%	31.0%	34.3%	0.0%	100%
Médio Superior	30.8%	33.3%	35.4%	0.5%	100%
Médio	30.3%	36.5%	33.0%	0.2%	100%
Operário	28.5%	34.3%	37.2%	0.0%	100%
Popular	21.5%	31.5%	46.8%	0.2%	100%

Tabela 11: Ocorrência de roubo em residência no bairro

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	43.0%	36.0%	21.0%	0.0%	100%
Médio Superior	29.6%	38.4%	32.0%	0.0%	100%
Médio	30.3%	37.4%	32.0%	0.3%	100%
Operário	22.5%	37.2%	39.9%	0.2%	100%
Popular	18.7%	32.3%	49.0%	0.0%	100%

Tabela 12: Ocorrência de roubo de carro ou moto no bairro

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	30.8%	30.7%	38.5%	0.0%	100%
Médio Superior	37.6%	22.8%	39.6%	0.0%	100%
Médio	36.5%	31.8%	31.5%	0.2%	100%
Operário	41.4%	28.0%	30.2%	0.4%	100%
Popular	47.3%	27.4%	25.3%	0.0%	100%

A pesquisa ainda revelou que a maioria dos entrevistados acredita que a violência na cidade aumentou no ano de 2007 em relação ao ano anterior (2006). Os indivíduos enfatizam o crescimento dos crimes violentos, especialmente os homicídios. Contudo, os dados obtidos junto a polícia Civil revelam que o número de homicídios na capital no ano

de 2007 em relação ao ano de 2006 apresentou uma ligeira redução. Em 2006 esses crimes totalizaram 321 ocorrências, já em 2007 foram registrados 315 casos na capital goianiense. Entretanto, no ano de 2008 houve um aumento significativo dos casos totalizando 442 ocorrências, o que representa um aumento de 40,31% em relação ao ano anterior. As autoridades policiais asseguram que cerca de 80% dos casos tem envolvimento com o tráfico de drogas. O aumento do tráfico em Goiânia também está relacionado ao aumento de outras modalidades criminosas como furtos, roubos e latrocínios.

Tabela 13: Opinião sobre a violência em Goiânia em relação ao último ano

Tipologia dos Bairros	*Aumentou*	*Permaneceu como estava*	*Diminuiu*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	66.3%	22.7%	10.0%	1.0%	100%
Médio Superior	65.2%	22.6%	11.7%	0.5%	100%
Médio	66.6%	21.0%	12.4%	0.0%	100%
Operário	66.1%	21.7%	11.7%	0.5%	100%
Popular	67.9%	19.3%	11.5%	1.3%	100%

O significativo número de pessoas que dizem sentir receio do crime e um elevado sentimento de insegurança relacionado com esse mesmo receio, parece evoluir junto com o aumento dos crimes registrados pelas autoridades policiais. Ao que tudo indica é impossível negligenciar as relações existentes entre esses dois fenômenos. Contudo, o medo do crime não é proporcional ao nível de criminalidade. Muitas vezes o medo e o sentimento de insegurança se sobrepõem aos níveis de criminalidade, principalmente quando fazemos referência aos crimes violentos.

Você tem medo de que?

Em todos os lugares pesquisados o medo de ser vítima de roubo na residência foi apontado como o maior temor dos entrevistados, correspondendo a 21,5% das respostas

dos membros da elite, 24,4% da classe média alta, 28,1% da classe média e 30,9% e 31,8% dos moradores de bairros populares. O estupro foi apontado por todos os grupos como o segundo maior medo de vitimização, representando 15,5% (membros da elite), 16,3% (classe média alta), 28,1% (classe média) e 18,4% e 19,9% (bairros populares). Os moradores dos bairros de elite identificaram na sequência o medo de roubo de veículo como o terceiro maior temor (14,4%), ao passo que os demais entrevistados afirmaram termerem ser vítimas de homicídio (14,8% dos membros da classe média alta, 11,4% da classe média e 14,5% e 16,4% dos bairros populares).

Tabela 14: Medo de ser vítima

Tipologia dos Bairros	*roubo na sua residência*	*Estupro*	*Homicídio*	*roubo de veículo*	*Roubo de outro objeto pessoal*	*Agressão física*	*Roubo de celular*	*Sequestro*	*Não teme nada*	*Não Sabe/Não responde*	*Total*
Superior	21.5%	15.5%	8.8%	14.8%	10.8%	7.8%	8.5%	8.5%	3.5%	0.3%	100%
Médio Superior	24.4%	16.3%	14.8%	9.4%	10.4%	9.6%	5.9%	4.9%	3.8%	0.5%	100%
Médio	28.1%	19.5%	11.4%	11.1%	10.1%	6.7%	6.2%	3.7%	3.2%	0.0%	100%
Operário	30.9%	18.4%	14.5%	6.6%	10.5%	7.8%	2.9%	2.5%	5.4%	0.5%	100%
Popular	31.8%	19.9%	16.4%	5.1%	8.1%	5.6%	5.1%	4.8%	3.0%	0.2%	100%

Assim, embora uma ampla parcela dos pesquisados tenha afirmado que esses atos sejam de rara ou nenhum ocorrência em seus bairros (salvo as diferenças apontadas por local de residência), o medo de ser vítima fica evidente. No caso do estupro, considerado um dos maiores temores dos entrevistados nos diversos espaços da cidade, a maioria dos entrevistados afirma que casos dessa natureza nunca ocorrem em seus bairros (conforme apresentado abaixo). Esses aspectos parecem convergir com a análise que Roché (1994) faz acerca do sentimento de insegurança. Para o autor, o sentimento de insegurança além de se relacionar com o que define “preocupação com a ordem”, as incivilidades, já discutidas aqui, também estaria relacionado a um outro vetor, o medo. Trata-se na verdade de um medo difuso, que existe independente da proximidade dos perigos, uma

sensação de angústia sem objeto definido. De modo que, muitas vezes, as pessoas tendem a temer, não os riscos mais frequentes, e sim, aquilo que consideram ser os maiores perigos.

Tabela 15: Ocorrência de estupro ou tentativa de violência sexual no bairro

Tipologia dos Bairros	*Nunca acontece*	*Acontece Raramente*	*Acontece Frequentemente*	*Não sabe/ Não responde*	*Total*
Superior	80.8%	14.8%	4.0%	0.4%	100%
Médio Superior	77.9%	15.6%	6.3%	0.2%	100%
Médio	73.2%	21.6%	5.2%	0.0%	100%
Operário	59.6%	32.7%	7.5%	0.2%	100%
Popular	68.3%	24.5%	7.0%	0.2%	100%

O medo de circular nas ruas do bairro e o medo de ser vítima de algum ato criminoso não parecem se relacionar a um contexto de vitimização direta, anterior e recente. Entre os pesquisados residentes nos bairros de classe alta, classe média alta, classe média e bairros populares (tipos operário e popular), 24,2%, 23,8%, 19,0%, 10,7% e 15,8% respectivamente, disseram terem sido vítimas diretas de algum ato criminoso no ano anterior à pesquisa (2006). Dentre os que foram vítimas os atos relatados se referem principalmente a roubo de celulares, roubo de outros objetos pessoais, furtos, falso sequestro, roubo de carros, roubo em residência, sendo raros os relatos de agressão física, tentativa de homicídio e estupro. Os membros da elite apresentam percentuais de vitimização um pouco mais elevados.

Tabela 16: Você foi vítima de algum ato criminoso no último ano?

Tipologia dos Bairros	*Sim*	*Não*	*Total*
Superior	24.2%	75.8%	100%
Médio Superior	23.8%	76.2%	100%
Médio	19.0%	81.0%	100%
Operário	10.7%	89.3%	100%
Popular	15.8%	84.2%	100%

Contudo, esses percentuais tendem a se tornar bem mais expressivos quando analisamos a vitimização entre familiares, vizinhos e amigos próximos dos pesquisados. O percentual de entrevistados que teve algum parente vítima de algum ato criminoso no ano anterior à pesquisa é cerca de 10% maior em relação aqueles que foram vítimas diretas. Essa diferença sobe para 20% quando analisamos aqueles que tiveram amigos próximos ou vizinhos que foram vítimas. A vitimização entre vizinhos e amigos varia entre 39% e 50% dos casos.

Tabela 17: Alguém da sua família foi vítima de algum ato criminoso no último ano?

Tipologia dos Bairros	*Sim*	*Não*	*Total*
Superior	34.6%	65.4%	100%
Médio Superior	35.9%	64.1%	100%
Médio	30.7%	69.3%	100%
Operário	29.7%	70.3%	100%
Popular	32.6%	67.4%	100%

Tabela 18: Algum amigo próximo ou vizinho foi vítima de algum ato criminoso no último ano?

Tipologia dos Bairros	*Sim*	*Não*	*Total*
Superior	49.9%	50.1%	100%
Médio Superior	42.1%	57.9%	100%
Médio	39.7%	60.3%	100%
Operário	39.0%	61.0%	100%
Popular	40.2%	59.8%	100%

A proximidade das experiências de vitimização parece guardar uma relação estreita com o expressivo sentimento de insegurança revelado pelos pesquisados. Se por um lado, a grande maioria não foi vítima direta de nenhum ato criminoso, por outro, os episódios que envolveram pessoas próximas contribuem para alimentar a insegurança, sendo que cada um dos pesquisados sempre tem um caso para contar de modo a justificar a sua

insegurança. Esse fato é também bastante expressivo e recorrente nas entrevistas abertas que realizamos. A maioria dos entrevistados que adotou severas medidas de segurança como forma de amenizar o medo e a insegurança, não teve nenhuma experiência direta de crime que tenha motivado a decisão de fortificar a casa, mudar-se para um condomínio fechado, etc. No entanto, sempre relatam casos que envolveram vizinhos, parentes, conhecidos.

É interessante observar ainda, conforme já pontuamos anteriormente, que a maioria dos casos de vitimização envolve crimes contra a propriedade. No entanto, entre os maiores temores dos pesquisados encontram-se o estupro e o homicídio. Essa observação parece corroborar o entendimento de que o sentimento de insegurança além de encontrar respaldo nos fatos concretos da vida urbana é também uma construção social, onde os indivíduos tendem a temer os maiores perigos e não os riscos mais frequentes.

3.2. A estética da segurança
Transformando a paisagem e vivência do urbano

O medo e o sentimento de insegurança parecem justificar uma série de transformações na arquitetura das cidades, bem como, engendrar a adoção de uma série de comportamentos e hábitos defensivos/agressivos por parte dos indivíduos. Por todo o tecido urbano disseminam-se barras, grades, muros intransponíveis, correntes, guaritas, guardas armados. Um medo generalizado, toma conta das cidades (ainda que diferenciado tendo em vista a classe, sexo, local de moradia, idade), modificando hábitos de lazer e deslocamento, formas de moradia e estruturando padrões de discurso sobre a violência urbana. De acordo com Souza (2008) “a problemática da in (segurança) pública, tendo por pano de fundo o medo generalizado, que se vai convertendo em um formidável fator de (re) estruturação do espaço e da vida urbana” (p.33).

Nos bairros de classe média e alta da capital goianiense são poucas as casas e condomínios de apartamento que não dispõem de uma série de dispositivos de segurança. A maioria das novas construções e empreendimentos já inclui esses aparatos em seus projetos. Assim, os moradores, prioritariamente dos bairros nobres, vão produzindo um novo padrão de arquitetura e, consequentemente, de cidade. Como estratégia de proteção patrimonial são variadas as combinações arquitetônicas que produzem e reforçam o caráter agressivo, hostil, “militarizado” e “carcerário” desses espaços.

Aos poucos a paisagem vai sendo contornada por muros, grades, lanças metálicas, estacas pontiagudas cravadas nos muros e ainda, por inúmeros tipos de equipamentos eletrônicos de vigilância - as câmeras, os sensores, as cercas eletrificadas - acrescentando mensagens de agressividade, rejeição e de proteção, mesmo que esta não signifique a certeza de segurança. A comunicação entre os moradores e o mundo externo fica cada vez mais restrista e passa pela mediação de interfones e avisos de que as pessoas do lado de fora estão sendo observadas,

vigiadas, monitoradas, o que restringe ainda mais os contatos face-a-face e a qualidade das interações.

A maioria das narrativas justifica a adoção dos mecanismos de segurança e as mudanças na arquitetura das residências como uma medida indispensável para garantir minimamente a proteção de si próprio e dos familiares. Muitas vezes, as mudanças foram iniciadas após alguma experiência direta de assaltos e roubos, outras vezes, são resultado de eventos envolvendo vizinhos, parentes, algum conhecido do bairro, ou mesmo, do fato de se ouvir falar. Não obstante, a pesquisa realizada com moradores desses espaços de alta renda revelou que 51,5% fizeram algum tipo de modificação em suas residências ou condomínios visando maior segurança. Quando analisamos somente os que fizeram alterações e considerando que os entrevistados podiam marcar todas as alterações feitas, temos o seguinte:

Tabela 19: Medidas de Segurança

Instalou alarmes	44,7%
Instalou cerca elétrica	48,1%
Instalou câmeras	23,8%
Aumentou/Construiu muros	53,4%
Colocou grades	56,8%
Colocou garras, pregos, vidros nos muros	22,8%
Contratou firma de vigilância privada	22,3%
Mantém cães de guarda	20,9%
Instalou interfone	49,5%
Instalou olho mágico	20,9%
Contratou vigia de quarteirão	24,3%
Contratou um guarda	12,6%

As transformações nas casas ligadas à segurança não deixam de ser observadas nos bairros de classe média e também em bairros populares da cidade. Naturalmente, que são enormes as variações entre os bairros onde se concentram prioritariamente os ricos e a classe média e os bairros pobres. Nesses espaços, as principais mudanças consistem em cercar as casas com muros que antes eram inexistentes, colocar grades em janelas e portas e manter as casas sob vigilância de

cães de guarda. Nesses setores, 35,0% dos moradores tomaram algumas dessas medidas. Contudo, as opiniões dos pesquisados pertencentes a diferentes estratos sociais tendem a se aproximar quando a questão diz respeito à proteção da casa e à privatização da segurança. Assim, 56,8% dos moradores de classe alta, 55,4% daqueles que residem em bairros de classe média e 43,8% dos moradores de bairros populares concordaram com a afirmação que dizia que "a utilização de cercas elétricas, alarmes e câmeras nos bairros são as melhores opções para se viver com segurança". Quanto à afirmação que dizia que "contratar vigilância privada é uma das melhores maneiras de garantir a segurança dos cidadãos", 41,5% dos entrevistados dos bairros da elite, 39,8% dos bairros de classe média e 47,0% dos moradores dos bairros populares, disseram concordar com a mesma.

Se por um lado, os moradores dos espaços de alta renda acreditam que a fortificação de suas residências lhes garante uma vida mais segura e ajuda a minimizar o medo e insegurança, por outro lado, muitas dessas modificações tendem a ser sentidas como uma forma de aprisionamento, de perda da qualidade de vida, e de restrição à mobilidade e vivência do próprio bairro. Na maioria das vezes, esse sentimento é expresso por pessoas mais velhas, antigos moradores dos bairros, que transmitem em suas narrativas uma certa nostalgia em relação a um tempo de antes, onde a vida era mais tranquila e a convivência mais harmoniosa.

"Agora tem grades de penitenciária"

"- Os meus vizinhos antigos todos mudaram, agora são todos vizinhos novos. Eu nem conheço meu vizinho aqui da direita. E só bom dia, boa tarde, para o vizinho da esquerda. Hoje em dia já não se tem mais aquele convívio harmonioso com a vizinhança. Você não conhece mais os seus vizinhos. Ninguém se interessa mais por esse convívio. Mudou o vizinho ai, eu nunca vi, eu nunca vi essas pessoas, então... Sabe, não há interesse de nenhum dos lados. Eu me recolhi na minha casa, eles se recolheram na sua e a gente nem se vê. Esses muros muito altos, que você tem que se proteger, isso também inibe a amizade entre a vizinhança.

[...]

- Eu ainda continuo gostando muito de morar aqui no bairro. Gosto muito da minha casa, até quero mostrar minha casa pra você e você vai ver que eu tenho razão de gostar. Porque ela é muito agradável, uma casa ampla, muito gostosa da gente viver aqui dentro, né!? E aqui eu dei minhas aulas, fui professora de piano do bairro e depois fiz concurso pra

universidade. Então, aqui é o meu lugar e eu gosto muito daqui. Eu moro aqui há tantos anos, né!?

[...]

- Não me sinto muito segura morando aqui no bairro. Como em todo lugar aqui de Goiânia, e quiçá do Brasil, quiça do mundo, assim, ninguém se sente seguro em lugar nenhum. Nem mesmo quem mora em apartamento pode se considerar seguro porque as pessoas estão desenvolvendo técnicas de roubo cada vez mais sofisticadas, né!? E investem nos bens dos outros, assim, sem cerimônia muito grande. Eu... a minha residência já entrou gente três vezes nesse período que eu estou aqui. Uma vez há muito tempo, acho que uma criança entrou pelo vidro do lado. E depois duas vezes arrombaram a janela do quarto ao lado e entraram. Mas, nesse tempo todo foram essas duas vezes. E por sorte os ladrões são muito covardes e só entram quando eu não estou em casa. Então, é bom demais porque você não sofre violência. Você só perde os bens e, depois você adquire. Aqui tá tudo no seguro. E ai você adquire outra vez e pronto. Segurei toda a casa. [...] Eu tive que fazer uma série de mudanças na minha casa. Isso aqui eu fiz [mostra as grades colocadas sobre o espaço reservado ao jardim que antes era aberto]. Mudei a janela do quarto lá. Agora tem grade de penitenciária. É, grade de penitenciária. Umas grades grossas assim, porque por lá que entro as duas vezes que os ladrões entraram aqui, entraram foi por lá. Subi o muro. Subi o muro duas vezes. Me recusei a por cerca elétrica porque ia ter que cortar minhas plantas que eu adoro.

[...]

- Hoje a gente que tem que se prevenir. Você que tem que se cercar, você que tem que ficar atrás da grade. A segurança pública não dá nenhuma garantia de vida tranquila pra gente. A gente que tem que se proteger. [...] O isolamento é a principal consequência. Você não se dá com o seu vizinho, você não sai à noite sozinha, você já fica preocupada porque a sua rua não está bem iluminada, porque você já viu um carinha mal encarado ali na esquina. Então, você está sempre desconfiada. (Professora aposentada da UFG, 78 anos, moradora do setor Sul)

A metáfora da prisão utilizada para descrever as transformações empreendidas nas residências ao longo do tempo em função do medo expressa o sentimento de aprisionamento acompanhado de uma perda da qualidade de vida e da possibilidade de se desfrutar os prazeres de residir em casas amplas situadas nas ruas da cidade. Ao mesmo tempo em que as casas são transformadas em espaços de segurança máxima, o convívio com a vizinhança, os diálogos, os encontros nas portas das casas, são restringidos ou mesmo anulados. Para os moradores antigos de bairros de classe média tradicionais da capital as mudanças nas suas residências são narradas sempre acompanhadas de um sentimento de perda em relação a uma vivência anterior do bairro e de suas casas.

Na narrativa, o gostar e pertencer ao lugar mistura-se ao sentimento de insegurança em relação às ruas do bairro e a cidade de um modo geral, que se tornou perigosa e pouco convidativa ao longo dos quase cinquenta anos em que a

entrevistada reside na capital. O espaço público é um espaço para ação e não mais para a interação. O histórico de roubos e a degradação desses antigos espaços de sociabilidade configuram um quadro de medo e incerteza que destoam da experiência citadina vivenciada há um tempo atrás, um tempo de intensa sociabilidade e liberdade. Neste cenário, em que velhos hábitos devem ser abandonados, gestos tolhidos e a segurança reforçada, a preocupação é uma presença constante. Muitos relatos enfocam não só a angustiante sensação de se viver em "prisões", mas também uma constante ansiedade e tensão diante aos temores e ameaças que rondam a vida cotidiana das pessoas, seja nos percursos diários pelas ruas da cidade, seja no próprio bairro, ou ainda, no ambiente privado das residências.

"A gente perde a qualidade de vida"

"-É uma preocupação imensa, as pessoas que num tem essa preocupação são as pessoas que são assaltadas, violentadas. [...] Eu num paro nos lugares, eu passo. Ficar parado por aí é ser convidado a ser assaltado. A gente num sai à noite mais. Eu vou ao cinema durante o dia no shopping. Depois das 19 horas não se deve brincar. A cidade como um todo está muito perigosa.

[...]

- É difícil de mensurar a distância disso. Antigamente nós andávamos a pé pra tudo quanto é lado. Não tinha nada. Hoje vai fazer isso. De carro já é perigoso. A distância é quilométrica. Quando a gente mudou pra cá, era diferente, não tinha muro alto, cerca elétrica, isso não é muito longe não. Tem muros aí impenetráveis, mas não adianta o cara faz um buraco no muro e pronto. Você tem que por dispositivo pra disparar, pra chamar no celular. Parece saudosismo, né!? Mas, era diferente mesmo, a distância é grande. Hoje eu mudaria de Goiânia pra viver num lugar assim tranquilo.

[...]

"- Aqui já tivemos alguns problemas como assalto a casa. Já faz muitos anos, nós tivemos três arrombamentos aqui.[..] Ao longo do tempo... eu ergui muro umas duas vezes, ergue acha que num tá bom, depois ergue mais, depois vem cerca elétrica, portão eletrônico, dispositivo, seguro, é tudo segurado, tudo isso em função de problema segurança. E a gente também não deixa a casa sozinha. Quando viajamos os dois, fica uma pessoa pra vigiar a casa, sempre foi assim. Nunca deixamos a casa só. [...] Hoje existe uma insegurança geral, você tem que andar muito atento. Eu tenho umas táticas. Você pra sobreviver tem que estar atento. Eu estou fazendo fisioterapia com problemas nas costas eu acho que isso é resultado das tensões da vida. A gente perde a qualidade de vida." (Economista, 67 anos, morador do setor Bueno há mais de trinta anos)

A narrativa uma vez mais enfoca a distância entre um tempo de antes e agora. Poder andar tranquilamente pelas ruas, morar em casas mais abertas, frequentar praças e parques públicos, fazem parte de antigos costumes que tiveram que ser abandonados, modificados, pelos antigos moradores da cidade. A insegurança generalizada que marca o cenário atual é associada a uma acentuada deterioração da qualidade de vida. O estresse, o nervosismo e alguns problemas relacionados com a saúde dos entrevistados são tidos como consequências das preocupações constantes com a violência e do medo crescente.

Souza (2008) denomina de *Fobópole* uma cidade em que grande parte dos habitantes padece de estresse, ansiedade e outras síndromes fóbico-ansiosas por causa da violência, do sentimento de insegurança e medo. Segundo ao autor é justamente nas cidades fortificadas, cercadas, fragmentadas, "militarizadas" onde o medo generalizado tende a prosperar, crescer, aumentar. São essas cidades as *Fobópoles* por excelência.

Todavia, a violência e o medo generalizado parecem não só fomentar o isolamento espacial e social e a deterioração da qualidade de vida dos cidadãos que afirmam viver constantemente tensos, ansiosos e preocupados. Ele alimenta ainda, um forte desejo de reação por parte dos cidadãos frente às ameaças e temores cotidianos. Algumas experiências diretas de crime e o conhecimento da repetição desses eventos a partir de relatos de amigos, vizinhos e conhecidos reforçam o sentimento de impotência e revolta, bem como o desejo de vingança.

"Se eu nunca tive vontade de matar alguém, hoje eu tenho."

"- Não sinto segurança nenhuma morando no meu bairro, nenhuma segurança. Eu que tenho que promover a minha segurança. Eu tive um assalto há vinte e poucos anos atrás e isso foi uma marca muito grande. Eu fiz terapia durante muito tempo. Mudou o seguinte... Antes eu curtia a minha casa. Depois do assalto que foi extremamente traumático... Eu tive perdas materiais e psicológicas. Eu ia ter mais uma perda que era a perda da casa. Eu fiquei um ano e tanto pensando em mudar e depois eu tomei consciência que eu teria que promover a minha segurança porque nem em um apartamento eu estaria seguro. Inclusive, era uma época que aconteciam assaltos a edifícios que eram mais traumáticos que assaltos em residências. Então, eu fiz uma revisão nos fechamentos da minha casa, eu coloquei uma porta dividindo a parte íntima da parte social, trancas, grades nas janelas, coloquei umas grades meio sumidas,

tentando não agredir tanto a arquitetura da casa, alarmes, fiz um sistema, arrumei outros cachorros. [...] Instalei uma série de sistemas de segurança, mas eles vão caducando e vão surgindo sistemas melhores, ai eu fui mudando. Coloquei sensores em todas as janelas. Eu tinha um muro feito de toras de Aroeira que eu achava lindo, todo mundo achava lindo, mas ele tinha vãos que as pessoas sabiam mais ou menos o que tava acontecendo lá dentro. Eu tive que botar placas de aço. Eu tive que substituir o sistema de alarmes, coloquei sensores óticos mais modernos, tem cerca elétrica, mil lâmpadas acessas, portão eletrônico. Todas as noites eu ligo todos os sensores.

[...]

- Eu sempre fui ligado a um pensamento humanístico de as pessoas são boas. Um pensamento paz e amor que foi a minha geração, etc. Eu nunca tive vontade de machucar alguém. Agora eu tenho. Se eu nunca tive vontade ou razão de matar alguém, hoje eu tenho. Eu não voltei a uma situação dessas, mas eu vou reagir. Eu tenho vontade de ter essa reação. Não existia condomínio fechado na época, se existisse eu tinha mudado. [...] Fiquei muito alerta, eu num passo num lugar, eu num frequento, eu não vou, tudo que me dê dúvida, eu reconheço inclusive pessoas, eu passo isso para os meus filhos, num deixar ninguém chegar a mais de três metros de você, não se mostrar uma pessoa despreocupada, mostrar que você está olhando mesmo que sutilmente, que saberia reconhecer e ter ações contra isso. Isso restou da minha experiência." (Empresário, 55 anos, Morador do setor Marista há 27 anos)

A experiência de crime é aqui relatada como uma marca traumática na vida do entrevistado, desencadeando mudanças significativas não só no que se refere à estética residencial, mas também à vivência cotidiana e às visões de mundo da vítima. As mudanças são descritas em termo de perdas: perdas materiais, perdas psicológicas (traumas), perda de valores e ideais.

O aprisionamento e o cercamento são acompanhados de um forte desejo de reagir frente às ameaças, de retaliação, por parte da vítima, que afirma ter perdido muitos dos seus valores humanistas e reduzido as possibilidades de contato e aproximação no espaço público. O discurso é marcado pelo sentimento de vingança. Este sentimento parece abalar a estrutura moral dos indivíduos que clamam impulsivamente por mais e mais violência no intuito de por fim a insegurança e a desordem que atingem suas vidas na cidade. A vingança e a revolta terminam por incentivar a repressão dura e violenta. Neste contexto, é comum que os indivíduos ajam por conta própria. Assim, quando a justiça por vias legais não é eficaz parte-se para outras formas de reparação moral.

É notório, portanto, que a violência e a insegurança contribuem não somente para o auto-enclausuramento e transformação drástica da paisagem urbana, elas difundem contextos de incomunicabilidade social, retração, dissociação,

estigmatização, desejo de mais e mais punição, alimentam o ódio e as soluções privadas em detrimento de ações coletivas.

A obsessão securitária e a segurança como questão pessoal

A segurança como questão pessoal é uma idéia comum aos vários depoimentos apresentados. A crença de que cada um é responsável por promover a sua segurança evidencia o descrédito das pessoas com relação às ações dos responsáveis pela segurança pública, ao mesmo tempo em que "legitima" as práticas individuais cujo intuito é mitigar a insegurança crescente, mesmo quando elas ferem preceitos legais e garantias constitucionais. A segurança é agora uma questão pessoal, privativa, que toca a cada indivíduo. As narrativas tendem a enfocar a ineficiência do Estado em conter a violência e em proteger o cidadão.

"- A cidade cresceu, inchou muito, como não tem pessoal suficiente pra estar presente em todos esses bairros... o Estado num dá conta, não se faz presente. Aqui a gente paga pelo segurança particular. Têm as cooperativas que cobrem Goiânia inteira. O Estado num dá conta e vem o para-Estado. É um escape para as pessoas. Contratam essas pessoas pra vigiar a rua, o bairro. Você substitui a função do Estado. O Brasil se não houver investimento em segurança, educação, o Brasil se transformará nas FARCs da Colômbia. Você vai criando facções. O Estado totalmente impotente. Não estão preparados e nem tem vontade não. O cidadão que se lixe!" (Economista, 67 anos, morador do setor Bueno há mais de trinta anos)

Diante desse quadro a segurança privada funciona com uma forma de escape para o indivíduo que se vê ameaçado e amedontrado. As ações agora devem partir dos indivíduos, a segurança da casa, a segurança pessoal, são funções que o Estado deixou de desempenhar. Isto fica expresso nas frases "Eu que tenho que promover a minha segurança", "É cada um por si", "Eu vou reagir", recorrente nas narrativas dos entrevistados.

Autores como Zygmunt Bauman (1998,1999b, 2003), Loïc Wacquant (2001b) e David Garland (2001) têm discutido questões como essas, buscando explicações para as recentes mudanças no que diz respeito à criminalidade e a suas formas de controle na sociedade atual.

Segundo Garland (2001) nos últimos trinta anos temos vivenciado um momento de real obsessão por segurança, o que estaria conduzindo as políticas criminais para um rigorismo exacerbado em relação às penas e maior intolerância com o criminoso. Neste contexto, a pena de morte e o controle situacional ganharam crescente apoio em detrimento à idéia de reabilitação e reforma, a segurança tornou-se questão pessoal e privatizada e o descrédito nas instituições responsáveis pelo controle do crime alimenta ações fragmentadas e individualizadas. Para o autor, essas tendências se encontram em real oposição às idéias que vigoravam desde os anos de 1950 até meados da década de 1970, período definido por Garland de *Penal Weflfarism*. No campo da criminalidade e dos modos de enfrentá-la e combatê-la, o período em questão, definiu-se pelas crenças de que as intervenções sociais e as reformas eram respostas plausíveis à criminalidade; de que a pena de morte não era solução viável; de que a sociedade era em certa medida responsável pela criminalidade emergente e deveria, assim, assumir a responsabilidade pela reinserção dos indivíduos à sociedade e de que o Estado era o único capaz de controlar o crime.

Garland relaciona essas mudanças às amplas transformações históricas, econômicas e sociais que marcaram os últimos trinta anos e que teriam conduzindo a uma sociedade globalizada, marcada pela insegurança crescente e pelas dificuldades de controle social em face das próprias limitações da máquina estatal. Essa época é denominada pelo autor de modernidade tardia. De acordo com Garland apud Souza (2003), na modernidade tardia:

> Os atores privados da sociedade civil desenvolveram suas próprias adaptações ao novo caráter insidioso do crime, suas próprias precauções rotineiras e de controle social, e são essas adaptações (e não as altas taxas de crimes) que são responsáveis pela relevância política e cultural do crime em anos recentes. Essas rotinas práticas do cotidiano fornecem a base social para muitas das novas políticas criminais e definem a formação cultural – o complexo criminal – que cresceu em torno do crime no final do século XX. Elas também contribuem para o declínio das taxas de crimes durante os anos 1990 e para a viabilidade de políticas como o policiamento comunitário que dependem do apoio do público e do cultivo de hábitos generalizados de prevenção e controle. (p.4)

Um pouco mais centrados na ação do Estado, autores como Loïc Wacquant (2001b) e Zygmunt Bauman (1998, 1999b, 2003) também identificam e discutem essa ruptura no tratamento do crime e da violência. Ainda que suas análises se desenvolvam por caminhos bastante distintos, ambos parecem reconhecer que esta mudança reflete um sentimento presente, de forma mais ou menos difusa, em todo tecido social. Todos esses trabalhos compartilham, no entanto, uma visão crítica no que tange aos riscos implicados na obsessão securitária.

Os dois autores interpretam essas mudanças como resultado de uma nova política de Estado, resultado do desmantelamento do Estado de bem-estar social, para governar os setores inassimiláveis da população no contexto da globalização. Neste contexto, a prisão passa a ser o lugar privilegiado do confinamento e controle desta população. Ao lado das inflamadas reivindicações por mais e mais punição, exacerbam-se os cuidados com a segurança e proteção, que devem agora ser procuradas individualmente e a qualquer custo. Segundo Bauman (2003):

> Entre as totalidades imaginárias a que as pessoas acreditavam pertencer e aonde acreditavam poder procurar (e eventualmente encontrar) abrigo, um vazio boceja no lugar outrora ocupado pela “sociedade”. Esse termo já representou o Estado, armado com meios de coerção e também com meios poderosos para corrigir pelo menos as injustiças sociais mais ultrajantes. Esse Estado está sumido de nossa vista. Esperar que o Estado, se chamado ou pressionado adequadamente, fará algo palpável para mitigar a insegurança da existência não é muito mais realista do que esperar o fim da seca por meio da dança da chuva. Parece cada vez mais claro que o confronto de uma existência segura precisa ser procurado por outros meios. A segurança como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada indivíduo. A “defesa do lugar”, vista como uma condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um “assunto comunitário”. (p.102)

No espaço “vazio” deixado pelo Estado a obsessão securitária ganha proporções extremamente preocupantes. O enclausuramento, a não relação entre atores sociais, o ódio e a vingança, o clamor por repressão, aparecem como

consequências principais. O medo e a violência parecem contribuir não somente para a disseminação dos muros que cercam as cidades, eles alteram profundamente a vida social e o modo como os indivíduos se relacionam e vivenciam o urbano, seus valores morais, preceitos e crenças.

Não fale com estranhos!

Todas essas narrativas descrevem um contexto de mudanças em face do medo da violência. Na esteira de todo esse temor e insegurança a vida urbana e a conduta dos indivíduos vão sendo profundamente modificadas. Viver nas cidades requer uma série de cuidados, estratégias, esquemas de segurança. O medo do crime e o sentimento de insegurança revelado atuam não somente transformando fisicamente os espaços, mas também como determinantes socializadores cada vez mais presentes na vida urbana cotidiana. As mudanças nos hábitos, nos modos de vida, e nas formas de se apropriar dos espaços urbanos, são apresentadas como precauções necessárias a serem tomadas pelos cidadãos com o intuito de minimizar riscos, uma espécie de agenda de segurança visando orientar a conduta pública e privada dos indivíduos.

"- Eu ando com carro com ar condicionado, vidros fechados e portas trancadas, não ando à noite, não frequento lugares distantes, suspeitos." (Arquiteta, 39 anos, moradora de condomínio fechado)

"- Eu nunca saio de bolsa, nunca saio de bolsa ou carteira, nunca, nunca. Se eu precisar sair de bolsa ou carteira, eu acondiciono em um saco plástico para que não chame atenção. Nunca levar dinheiro é a melhor coisa. Sempre antes de chegar em casa, dou uma volta no quarteirão, ilumino bem a rua e só depois eu entro rapidamente. Abro o portão eletrônico e entro rápido, não paro." (Professora aposentada da UFG, 78 anos, moradora do setor Sul)

"- Eu e minha família temos precauções rotineiras: vidro do carro fechado e portas travadas, evitar parar em lugar escuro, lugar desabitado, evitar pontos de grande concentração de pessoas, evitar deixar bolsa dentro do carro, evitar sair com coisas que chamem a atenção: jóias, laptops, relógios caros, máquina fotográfica, todos esses apetrechos que chamam a atenção. A gente toma essas precauções mais assim, isso não é suficiente, existem outras questões que a gente tem que considerar, né!? Mas, assim, é o mínimo que todo cidadão deve fazer." (Desembargador, 45 anos, morador de um condomínio fechado).

Muitas dessas orientações partem dos orgãos responsáveis pela segurança pública. O site da polícia civil do estado de Goiás[20] traz uma série de instruções de condutas preventivas a serem seguidas pelos cidadãos. É interessante observar o modo como essas orientações expressam a transferência da responsabilidade da segurança para os cidadãos. São eles que devem proteger suas casas, andar atentos, redobrar os cuidados, evitar contextos, lugares e ações que ponham em risco à sua segurança.

Segurança no lar

1- Dificulte a vida dos ladrões. Instale grades nas janelas, alarme, cercas elétricas, circuitos internos de TV, olho mágico, trancas nas portas e nos alçapões de teto e habitue-se a usar esses recursos, principalmente à noite quando a casa estiver vazia.
2- Ao viajar, peça a alguém de confiança para que não deixe juntar correspondência na porta. Peça a um vizinho que acione a polícia, caso observe movimento suspeito na casa, durante sua ausência.
3- Os moradores de edifícios devem exigir discrição dos empregados do condomínio, principalmente para que não comentem com ninguém, quais famílias estejam viajando, quais apartamentos estejam vazios ou quais os hábitos e horários dos moradores do edifício.
4- Não adianta deixar lâmpadas permanentemente acesas para simular que a casa está ocupada, é melhor pedir a um vizinho que as acenda só durante a noite ou instalar células fotossensíveis automáticas, ou "timer".
5- Não abra a porta para pessoas que se apresentem para oferecer serviços não solicitados (encanadores, eletricistas, etc...).é útil o uso do interfone.
6- As crianças devem ser orientadas para não abrir a porta para estranhos e nem trazê-los para casa sem autorização.
7- Empregadas domésticas, só com referências anteriores. Saiba o endereço da empregada ou de seus parentes.
8- Pressentindo pessoas suspeitas em elevadores, não entre. Entrando suspeito no elevador, salte em qualquer andar mesmo que não seja o seu.
9- Quando for sair ou chegar em casa, fique atento para suspeitos nas proximidades. À noite coloque os faróis do veículo em luz alta para facilitar a busca por pessoas suspeitas. Desconfiando, dê a volta no quarteirão e chame a Polícia Militar.
10- Suspeitando de que algum ladrão entrou em sua casa quando você estava ausente, não entre: Chame o policial militar do seu bairro, pois sempre é possível que os ladrões ainda estejam lá dentro.
11- Tenha anotado em local seguro o número de série de seus bens (TV, Vídeo, Som, Armas, Relógios, etc...). Em caso de furto, transmita esses dados ao policial militar. Isso aumenta as chances de serem recuperados.

[20] http://www.policiacivil.goias.gov.br/pcomunitaria_edicao.php

Algumas dicas simples, porém úteis

1. Evite deixar seu carro estacionado na rua, principalmente durante a madrugada. Desligue o carro, retire a chave do contato e tranque o veículo ao estacionar, mesmo que por poucos minutos.
2. Procure estacionar em ruas iluminadas e próximo a locais vigiados dia e noite.
3. Não deixe embrulhos, roupas, pacotes e valises à vista, dentro do carro. Isso atrai os ladrões.
4. Use toca-fitas de gaveta (é comum estourarem o quebra vento e o painel do carro só para levarem o "tape").
5. Evite namorar dentro do carro, principalmente à noite e em lugares desertos.
6. Não dê "caronas" para estranhos.
7. Não pare para discutir "fechadas" ou "batidinhas". É comum que ladrões provoquem isso, só para assaltar.
8. Ao passar por debaixo de viadutos e pontes, fique atento. Objetos podem ser arremessados por marginais contra o pára-brisa de seu veiculo no intuito de forçar sua parada mais adiante para roubá-lo.
9. Procure transitar com vidros fechados, sempre que possível, e com as portas travadas.
10. Ao parar nos semáforos, fique atento ao retrovisor de seu carro e mantenha o veículo engatado em 1ª marcha e distante do carro da frente o suficiente para arrancar, em caso de emergência. Esses cuidados são importantes para evitar, principalmente, furtos praticados por "garupas" de motos, que agem e fogem rapidamente, no trânsito.
11. Cuidado com falsos mecânicos, sempre solícitos, que aparecem "milagrosamente" para ajudá-lo em locais ermos, tão logo seu carro entre em pane. Sinalize seu carro e peça apoio para a primeira RP que cruzar por você.

A avidez por segurança faz com que as práticas sociais sejam reestruturadas: evitar sair à noite, andar com vidros e portas dos carros fechados, contratar guardas particulares é cada vez mais comum conforme nos revelam os entrevistados. Evidencia-se, portanto, que as transformações do espaço urbano em face da insegurança generalizada não deixam de produzir mudanças, no que se refere ao conteúdo das interações e da convivência social. Vários trabalhos têm chamado a atenção para os efeitos perversos da violência e do medo, ao disseminarem valores, normas e práticas que impedem a sociabilidade coletiva.

Acreditamos que a prevenção excessiva não só deteriora a qualidade de vida dos indivíduos, como também cria um círculo vicioso. Por sentirem medo as pessoas se fecham em suas residências, se isolando do mundo de fora. Isso favorece a retração dos indivíduos para espaços privatizados e cada vez mais fortificados. Desse modo, os espaços públicos se tornam cada vez mais vazios e favoráveis ao crescimento da criminalidade e deliquência. As pessoas perdem, então, seu espaço de

socialização, tendo como consequência um afrouxamento das relações interpessoais em função do isolamento auto-imposto pelos próprios indivíduos. A perda de espaços de comunicação e debate e o isolamento só tendem a favorecer o aumento do medo e da insegurança. Passaremos a discutir esses aspectos a seguir.

3.3. Vivendo atrás dos muros

Quando o espaço público não é mais desejável

"- Num dá pra viver em Goiânia em uma casa, sem muro alto, sem cerca, em uma casa que tem uma mureta, isso coloca em risco a segurança. Há necessidade de todas essas precauções. Eu moro em um condomínio fechado. [...] Eu acho muito bom morar lá. To me sentindo muito bem, apesar da distância. Eu to me sentindo assim com mais segurança, certo!? Mais segurança pra mim, para os meus filhos. Depois que a gente entra lá, a gente tem uma certa comodidade de poder deixar as janelas abertas, carros sem trancar, brinquedos na porta... Poder também viajar sem se preocupar. Então, todas essas comodidades vieram depois que a gente mudou pra lá." (Desembargador, 45 anos, morador de um condomínio fechado).

Se por um lado o enlausuramento em casas isoladas nos bairros da capital é expresso pelos moradores mais antigos desses bairros como uma perda em relação a um tempo anterior onde era possível vivenciar os espaços públicos e a companhia dos vizinhos e amigos de uma forma salutar e agradável. Por outro lado, viver atrás de muros, em espaços exclusivos e vigiados não é visto como algo problemático para a maioria dos membros da elite goianiense. É antes, sinômino de qualidade de vida, de

segurança, de proteção contra os perigos existentes do lado de fora. Os condomínios exclusivos, apresentados como verdadeiras “ilhas” de segurança e proteção representam um ideal de moradia e bem-estar.

Para Bauman (2003) “os guetos voluntários” da elite pretendem servir à causa da liberdade e não negá-la, como é o caso dos “guetos reais”. A maioria das narrativas enfoca a vivência aberta e a liberdade experimentada dentro desses espaços. Nas narrativas menciona-se, principalmente, a busca de um espaço de liberdade e segurança para a criação saudável e harmoniosa dos filhos, livre das ameaças e constrangimentos existentes do lado de fora dos muros eletrificados.

Vivenciar espaços como praças, jardins públicos, ou mesmo residir em casas ou prédios de apartamentos desprovidos de aparatos de segurança parece algo cada vez menos atraente e desejável. No atual contexto de medo e ansiedade, os espaços públicos comuns têm sido abandonados em favor de espaços privatizados e protegidos com acesso controlado e restrito, sejam espaços de moradia, lazer, compras e serviços. Os condomínios horizontais tendem a proliferar e se colocam como a primeira opção para a elite que procura expressar não só o medo e a necessidade de se proteger, mas também mobilidade social, distinção e gosto.

Moura (2006) em uma pesquisa realizada com moradores de condomínios fechados de Goiânia constatou que embora a questão da segurança seja ressaltada como causa principal da existência de condomínios fechados e da opção por esse estilo de morar, o desejo de morar em casas amplas, abertas e livres de presenças indesejáveis sobrepõe a necessidade de segurança por si só, uma vez que a maioria das pessoas entrevistadas pela autora não haviam tido experiências com assaltos em suas residências. Para Moura: “viver entre muros pode ser mais um reflexo da vontade de aparecer do que de se esconder”. (p.9)

No caso das entrevistas que realizamos apenas um dos sete entrevistados que residiam em condomínios fechados havido sofrido uma tentativa de roubo em sua residência. Nenhum deles foi vítima direta de violência, embora, sempre mencionem ocorrências nos antigos bairros em que moravam envolvendo vizinhos e conhecidos. A medida é justificada por muitos como uma necessidade de prevenção diante aos fatos de que tomaram conhecimento, uma espécie de medo difuso que vai se disseminando

nas narrativas e histórias das experiências de crime. Assim, se a opção por espaços privatizados e fortificados fala de um estilo de vida das elites, gosto e distinção, todavia ela não obscurece a sua mensagem principal de medo. Acreditamos que o desejo de diferenciação social antes que sobrepor-se a necessidade de segurança como afirma Moura, é complementar a esta, uma vez que as narrativas demonstram que estar livre dos perigos é estar entre os seus pares. À medida que o outro, o diferente, é sinônimo de ameaça, o afastamento e enclausuramento nesses espaços aparecem como uma opção, senão a melhor, a única possível na visão dos entrevistados.

"- É muito tranquilo morar em um condomínio. Eu sou uma defensora do condomínio fechado. O professor do meu filho falou mal dos condomínios e ele ficou um pouco mal. Eu falei, filho eu também me senti meio assim... Mas... O muro não é uma coisa muito legal, mas é uma coisa necessária, né!? Hoje é, né!? No momento é o que nos podemos fazer para nos proteger".(Empresária, 56 anos, moradora de condomínio fechado)

De modo que, se por um lado, o enclausuramento das elites reafirma o desejo dessas pessoas de separação, afastamento e diferenciação, por outro lado expressa a suspeita e a insegurança dos moradores das grandes cidades. A nova arquitetura urbana busca de forma explícita manter afastados os estranhos, os indesejáveis. Ela expressa na verdade o desejo de pouco ou nenhum contato com os "diferentes sociais" e o entendimento de que estar seguro é estar longe dessas pessoas. Assim, a aparente promessa de proteção usada para vender mecanismos de segurança da elite e moradias em espaços exclusivos e fortificados, traz sempre consigo a promessa de distinção social que em nada se diferencia de outras formas de auto-exclusão social. Ainda segundo Moura (2006):

> A identificação e classificação de todos que entram no condomínio passa a ser tão ou mais importante que os próprios muros para manter a "segurança" dos "moradores". Essa segurança não é somente a segurança física que estaria ameaçada frente à grande violência existente nas cidades atuais mas sim a "segurança" da manutenção do próprio *status* "diferenciado" adquirido na compra de um imóvel em um condomínio horizontal. [...] Se, para alguns, morar num condomínio é um sinal de ascensão social, para outros o condomínio é um refúgio em um mundo onde não é mais possível identificar quem é quem. O maior perigo, então, passa a ser a indistinção. (p.12)

É Bourdieu (1999) quem aponta para o fato de que as lutas pela apropriação do espaço consistem exatamente na capacidade dos detentores de capital em manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis, ao passo que, qualquer tentativa de proximidade física é tida como abominável. Os estranhos, aqueles que devem ser evitados e temidos, são justamente, aqueles que não partilham do mesmo "estilo de vida" das elites. Os condomínios "exclusivos" parecem ser a expressão maior deste ideal de distanciamento e segurança. O principal objetivo desses "guetos voluntários" é impedir a entrada dos ameaçadores estranhos. Estar seguro é estar entre os seus iguais.

Caldeira (2000) afirma que os condomínios fechados fazem parte de uma categoria mais ampla de empreendimentos urbanos os quais a autora denomina enclaves fortificados. Os enclaves fortificados incluem também conjuntos de escritórios, *shoppings centers*, clubes, parques temáticos e têm como características básicas o fato de serem propriedades privadas para o uso coletivo e ainda, o fato de enfatizarem o valor do que é privativo, restrito e seletivo, em oposição ao que é público e aberto. Além disso, estes espaços são fisicamente demarcados e voltados para o interior e não em direção à rua. São também espaços controlados por sistemas de segurança sofisticados e independentes do seu entorno, ou seja, podem ser situados praticamente em qualquer lugar, inclusive em áreas rurais ou periferias.

"- Eu moro em um condomínio fechado. Apesar de ser nos arredores de um setor perigoso, considerado periferia. Assim, por ser condomínio fechado num importa tanto o setor que você tá morando, porque você tem toda uma segurança dentro do condomínio. [...] Ah, eu gosto de morar lá. Você tem total liberdade de você dormir com a porta aberta, de você chegar na sua casa o horário que você quiser, você pode chegar de madrugada que você vai ter segurança ali na portaria. Num é aquele medo de você chegar numa casa em qualquer setor e ter medo de ser assaltado quando você tiver entrando na sua casa, alguma coisa assim. É bem seguro mesmo. A gente lá em casa deixa a porta aberta, fica tudo aberto tranquilamente. Tudo tem lá dentro também. As vezes eu acho que você num precisa nem sair de lá, sabe!? Porque você pode ligar pro supermercado, eles entregam as compras, água eles entregam, então, se você num quiser sair de lá, você num precisa, lá tem área de lazer, tem uma academia, boite, então, é bem tranquilo." (Universitária, 22 anos, moradora de condomínio fechado)

A narrativa acima enfoca novamente a sensação de liberdade, harmonia, proteção e segurança vivenciada pelos moradores desses espaços, bem como as

vantagens de poder desfrutar de todos os serviços e comodidades em um ambiente privativo, sem ter a necessidade de se aventurar nas ruas do lado de fora, onde os encontros são imprevisíveis e marcados pelas ameaças e perigos. Em nenhum dos casos, os moradores demostram algum sentimento de perda em relação a um tipo mais aberto de residência ou de uma vivência pública mais intensa. Ao contrário o que fica evidente é uma tendência à rejeição das áreas públicas da cidade, situadas fora dos muros que protegem e distinguem esses grupos. Viver no isolamento é considerado o melhor. A opção por esse estilo de morar justificada nas entrevistadas expressa muitas vezes a "negação da cidade", ou seja, a possibilidade de viver sem precisar da cidade. Para Sposito (2003) tudo isso revela uma opção de paradoxalmente, pertencer e não pertencer à cidade.

> As práticas socioespaciais ensejadas, por essa forma de habitat, não apenas indicam a decisão de auto-segregação socioespacial de parte da sociedade, mas também que o modo como essa área e seus moradores se relacionam com o restante da cidade está apoiada no desejo de alto grau de articulação espacial (conectividade e fluidez espacial) e baixo grau de integração territorial (baixa interação social e poucos laços de compartilhamento territorial).

No discurso dos moradores desses espaços a cidade aparece como um apêndice de seus enclaves, já que não é vista e vivida como uma totalidade, mas antes, como portadora dos bens e serviços indispensáveis de que necessitam os moradores. Assim é que, esses empreendimentos buscam cada vez mais oferecer uma gama de comodidades possíveis de modo a garantir certa autonomia dos moradores em relação à cidade e evitar a proximidade com o diferente, ainda que estejam muito distantes da completa auto-suficiência. Em alguns deles, especialmente os de grande porte, é possível encontrar escolas, prédios comerciais, *shoppings centers,* locais de lazer, tudo isso visando evitar a saída de seus moradores para áreas não exclusivas e, portanto, inseguras. A valorização desses espaços parece ocorrer justamente pela indiferença ao entorno e a dinâmica da cidade. Esse fato fica evidente na fala da entrevistada que afirma que por se tratar de um condomínio fechado não importa tanto

o lugar onde este se situa, já que este dispõe no interior de seus muros de toda segurança e infra-estrutura necessária.

Para Fry e Duarte (2006) a auto-segregação que até pouco tempo era privilégio das classes altas, vem abrangendo e tornando-se objeto de desejo das classes médias. Contudo, ao mesmo tempo em que buscam distanciamento e despreocupação com a cidade, os habitantes desses enclaves prezam pelo usufruto dos benefícios urbanos como empregos, negócios, equipamentos privados de saúde e educação, centros de comércio e serviço. Para os autores, a consolidação desses espaços que colocam à parte a vida urbana ao mesmo tempo em que utiliza serviços e equipamentos urbanos, ainda que de modo seletivo, demonstram o usufruto sem compromisso das cidades. O meio urbano continua, no entanto, sendo utilizado pelos moradores desses enclaves através do que os autores chamam de pontos de ancoragem. Desse modo, muitas vezes instalados fora dos limites da cidade esses condomínios exclusivos mantêm uma dependência em relação a esta, usufruindo-a seletivamente, na mesma medida em que negam aquilo que é uma de suas características principais, ou seja, a multiplicidade e a diversidade de formas de vida urbanas.

"A gente fica isolado, fica praticamente isolado, é como se fosse uma ilha, pelo fato do condomínio ser bem afastado, né!? A maior parte das nossas atividades é no condomínio. A gente sai aqui mais por questão de necessidade mesmo, para fazer alguma compra de supermercado, quando venho pro meu trabalho, quando vou deixar as minhas filhas no colégio, quando vou visitar algum parente, né!? Então, seria mais assim... mais por questões de necessidade mesmo. O nosso lazer quase todo ele praticado dentro do condomínio, as nossas atividades também. De vez em quando a gente sai pra algum clube, vem pro Jaó, vamos para um outro clube, vem pro cinema, pro shopping, mas assim já vem com um roteiro definido, pré-estabelecido. Tem um centro comercial que fica bem próximo do condomínio para atender essa clientela. Então, a gente recorre a este centro comercial também." (Desembargador, 45 anos, morador de um condomínio fechado).

Uma vez mais a narrativa ressalta o descompromisso dos habitantes dos condomínios exclusivos em relação ao urbano e a vida citadina. A metáfora da ilha utilizada pelo entrevistado para descrever o condomínio em que reside, expressa essa visão de distanciamento e o contraste entre pertencer e não pertencer à cidade. O espaço urbano, o espaço fora dos muros, tem a única função de atender as necessidades que não podem ser supridas dentro do enclave. A vivência do público, os

encontros com o diferente são praticamente anulados, tendo em vista que as atividades realizadas além das muralhas se dão também em espaços homogêneos como *shoppings*, clubes privados, centros comerciais destinados à elite. Essas ilhas de segurança e tranquilidade constroem, assim, novas formas de organização social e espacial que resguardam seus habitantes da própria cidade. Elas representam à retirada desses grupos da vida social e política da urbe.

Segundo observou Soares Júnior (2005) em pesquisa sobre condomínios fechados em Goiânia, a capital demonstra uma opção crescente pela segregação e pela estética dos muros, sendo que os condomínios, situados em sua maioria nas periferias da cidade, evidenciam uma reprodução social perversa. Os muros estabelecem, por sua vez, rupturas drásticas na paisagem urbana, conformando dois mundos distintos: o público e o privado. Na visão do autor, os condomínios fechados representam "um contraponto à cidade, seu ritmo intenso e seus problemas, reforçando mentalmente a idéia da existência de dois mundos" (p.181). Eles representam, na verdade, a valorização do que é privado e restrito em relação ao que é público e aberto.

Para Bauman (1999b) são graves as consequências desse processo de demissão do homem público associado ao crescente confinamento das elites em espaços "purificados", onde a garantia de segurança tende a se pautar na ausência de pessoas com pensamentos, atitudes e aparência diferentes. Para o autor:

> [...] A uniformidade alimenta a conformidade e a outra face da conformidade é a intolerância. Numa localidade homogênea é extremamente difícil adquirir as qualidades de caráter e habilidades necessárias para lidar com a diferença humana e situações de incerteza; e na ausência dessas habilidades e qualidades é facílimo temer o *outro*, simplesmente por ser *outro* – talvez bizarro e diferente, mas primeiro e sobretudo não familiar, não imediatamente compreensível, não inteiramente sondado, imprevisível. (p.55)

Tem-se por fim, que o evitamento e a separação tornaram-se as principais estratégias de sobrevivência nos grandes centros. Os muros que antes cercavam as cidades e protegiam os citadinos da ameaça exterior de invasores, agora as recortam.

A principal preocupação passa a ser com a segurança individual, garantida pelas muralhas fortificadas dentro da própria cidade. Contudo, a promessa de alívio e proteção parece fadada ao fracasso, já que nessas "comunidades uniformes" o medo antes que mitigado, tende a auto-propulsão. O enclausuramento só reforça a imagem de um mundo perigoso e ameaçador além das grades, cercas e guaritas, ao passo que destrói as possibilidades de sociabilidade extramuros.

A ilusão da vida comunitária

> *"- O ruim de vir morar em condomínio é que tem muita gente que se acha, né!? Muita gente metida. E ai, vira aquela competição, né!? Quem tem a melhor casa, a maior, a mais bonita, o melhor carro. Tem gente que nem bom dia dá."* (Arquiteta, 39 anos, moradora de condomínio fechado)

O referencial "comunitário" comumente utilizado nas campanhas publicitárias de condomínios no Brasil se apresenta bastante contraditório quando analisamos as narrativas. As promessas de liberdade, segurança, tranquilidade, boa convivência e o resgate de uma vida marcada por forte sociabilidade e interação entre vizinhos, se mostram frustradas quando olhamos um pouco mais de perto a realidade desses espaços. Mais que se juntar aos seus "iguais" para se protegerem, os indivíduos e as famílias desejam, no fundo, pouco contato até mesmo com os seus vizinhos. Embora, evidenciem sempre a harmonia e a convivência saudável, muitas entrevistas revelam que o contato se restringe aos cumprimentos e que não há uma vivência e relações estreitas de fato. As narrativas enfocam algumas vezes o desejo de não se relacionar ou evitar muita proximidade. Alguns revelam que nos condomínios há uma constante rivalidade em termos da posse de capital econômico e *status*.

À medida que este "estilo de vida" vem deixando de ser privilégio das elites e é absorvido também pelas camadas menos abastadas (classes médias, grupos emergentes), dentro desses espaços fechados por muros concretos, outros muros, desta vez invisíveis, são erguidos internamente, apontando para um contínuo processo de diferenciação, distinção, e poder. Assim, há aqueles que preferem "não se misturar". Para Bourdieu (1996) "existir em um espaço, ser um ponto, um indivíduo em um

espaço, é diferir, ser diferente;... Ser distintivo, ser significativo, é a mesma coisa." (p.23)

"- Tem 5 anos que nós moramos aqui. A convivência é pouca com os vizinhos.
[...]
Nós moravamos em um apartamento e nós sempre optamos por casas amplas. Nós viemos de uma tradição de ter espaço. Nós saímos de um sobrado no Bueno, na rua, por questão de assalto, volta e meia tentavam entrar na casa, um guarda de rua nosso foi morto por assaltante. A gente optou de ir para um condomínio de apartamentos e construímos. E era até amplo e desse partimos para outro, e não estavamos satisfeitos. Porque a gente tinha o convívio no elevador e a gente achava tudo aquilo muito complicado, por mais que fosse sempre um apartamento por andar, a gente achava complicado, chegar, ficar esperando elevador, ter alguém no elevador, a gente gostava mais da privacidade, eu e meu marido.
[...]
- Nós passávamos os finais de semana na chácara e nessa época começou a surgir os condomínios fechados e nós já sabíamos que nós iríamos para um. Nós optamos a vir para os Jardins. Foi tudo muito preparado. Não ter vizinhos foi uma escolha, ter vizinhos só na lateral foi uma escolha. Foi tudo muito pensado e planejado. A gente não teve em momento algum arrependimento. Nós curtimos muito a casa. A gente gosta muito. Os filhos também curtem muito, curtem a casa. Eles se parecem muito com a gente, não tem amizade dentro do condomínio, fazem squash, tennis, aqui dentro... Não gostam de conviver muito, não gostam... porque o tempo também é curto... O nosso meio é assim, mais fechadinho. Mas, meus filhos vão pra Shopping, fazem as mesmas coisas...
[...]
- Dentro de um condomínio a gente sabe que têm jovens de todo jeito. Tem aqueles que têm um rumo na vida, têm aqueles que não tem rumo. Tem jovem que ficam andando ai na rua, duas, três horas da manhã. Meus filhos quando vieram pra cá tiveram o convite para ver filme na casa de um, não sei o que, jogar tennis, da turminha do tennis... Eu falei: nada disso filho, você tem tudo aqui. Num precisa sair, tem telão, sauna, piscina, não precisa sair. E eu num quero também que tragam. Eu num conheço a origem. É preciso conviver com alguém que você já tenha confiança. Para os meus filhos já foi fácil, eles vieram de apartamento, um ambiente restrito, ocupando o tempo com os estudos, atividades, línguas... Não significa que a gente tá cem por cento seguro e a gente tem isso na consciência. Até quando a gente vai conseguir viver assim eu não sei, mas por enquanto os condomínios conseguem dar essa sensação de segurança." (Empresária, 56 anos, moradora de condomínio fechado)

A narrativa exemplifica um caso extremo de ausência de sociabilidade intramuros. O desejo de nenhum contato com os demais moradores, principalmente no que se refere à vivência dos filhos, aponta para contextos de diferenciação social presente também nesses espaços fechados. Não conviver é o melhor quando não se sabe a "origem" dos demais moradores, já que mesmo em um condomínio exclusivo residem pessoas de todos os "tipos". A suposta homogeneidade desses lugares não garante na visão da entrevistada que se estabeleça a confiança entre vizinhos. A preocupação principal é com os filhos adolescentes. A entrevistada ressaltou muitas

vezes durante nossa conversa, o comportamento desviante e desafiador de muitos jovens dentro do condomínio, o que justificaria a opção por “não se misturar”. Todo o lazer da família é interiorizado na residência, sendo que as áreas de uso comum do condomínio são pouco utilizadas.

A opção por esse estilo de morar é descrita como algo extremamente planejado, onde até mesmo a ausência de vizinhos foi uma escolha. A segurança, a possibilidade de possuir uma casa mais ampla e, sobretudo, não precisar conviver com estranhos, estimularam a mudança para o condomínio, já que nos apartamentos, mesmo os mais espaçosos, havia a convivência no elevador ou em outras áreas comuns. Na verdade, tal como nos adverte Bauman (2006) o horror à mistura expressa o desejo obsessivo por classificar, distanciar, separar, uma verdadeira paranóia mixofóbica que se reproduz mesmo dentro dos muros que prometiam uma vida comunitária e harmoniosa entre “iguais”. Para o autor:

> Os estranhos tornaram-se, por conseguinte, representantes de uma experiência a evitar, e as coisas chegam ao ponto de vermos muita gente, que decidiu transmitir o seu “instinto de evitar” às gerações futuras, enviar os filhos para escolas segregadas, que os imunizem frente ao horror deste mundo, ao terrível choque com crianças que vêm de famílias do tipo errado. (p.83)

A evitação social não aparece nesse caso somente em relação aos de fora dos muros, ela é recriada dentro deles, preferencialmente no que diz respeito à conduta dos filhos. Não ter amizades, não frequentar as casas de outros jovens, e não deixar que frequentem a sua, são “sugestões” passadas pela entrevistada aos filhos, sob justificativa de evitar pessoas erradas, desconhecidas, das quais não se sabe sobre a origem. Na verdade, muito pouco tempo e espaço são deixados para qualquer possibilidade de “interação duvidosa”. Esportes, cursos, e atividades de lazer são transferidos preferencialmente para o espaço privado, “puro” e seguro da residência. “Um meio mais fechadinho” e, portanto, distinto e seleto.

Embora, se trate de um caso extremo de não sociabilidade nos condomínios exclusivos, em muitos outros momentos a tranquilidade da convivência entre vizinhos, repetidamente relatada nos depoimentos de moradores, está justamente associada à

ausência dessa convivência e consequentemente a ausência de conflitos e desentendimentos.

"- A convivência é super tranquila. Hoje em dia a gente nem vê vizinho mais, né!? As vezes, nem sabe mais quem é seu vizinho. Então, não tem problema." (41 anos, moradora de condomínio fechado)

Antes, que uma mera atitude de reserva dos indivíduos (Simmel,1979) frente aos inúmeros contatos externos que a vida urbana moderna propicia, impossibilitando respostas interiores a todos os estímulos impostos, o que temos na verdade são contextos de dissociação, onde muitas vezes até mesmo o conflito, enquanto forma de sociação, desapareceu. A "negação do *outro*", não relação entre atores, indiferença parecem ser as marcas dos tempos atuais, agravados sobremaneira pelo medo e insegurança crescentes nas cidades e pelos processos de rígida separação física e social, onde muros visíveis e invisíveis demarcam fronteiras e dificultam ou mesmo esfacelam as oportunidades de interação e estreitamento das relações entre indivíduos e grupos.

Um olhar um pouco mais atento parece evidenciar que os condomínios exclusivos têm muito pouco ou quase nada dos ideais comunitários que as campanhas publicitárias prometem. O tão sonhado retorno à comunidade é, no entanto, uma promessa frustrada. Comunhão entre vizinhos, vivência harmoniosa, livre e despreocupada, forte sociabilidade, nem sempre são encontrados dentro desses espaços. Em alguns momentos o que se torna evidente é a indiferença ou mesmo o conflito exacerbado, agressões, desrespeito e violência.

Violência Intramuros?

"- Tem. Alguma coisinha tem. De jovem que entra na varanda. Mais daí descobre, os pais tomam uma atitude, resolve por aqui mesmo. Não é nada grave, nada condenável, infantilidade mesmo." (Moradora de condomínio fechado, 57 anos)

Embora nas entrevistas realizadas com moradores de condomínios fechados haja sempre uma exaltação da qualidade de vida, sossego, tranquilidade e segurança,

não deixam de ser mencionados casos de violência dentro dos muros. As ações envolvem na maioria das vezes jovens moradores do lugar e são interpretadas com algo banal, irrelevante, típico da idade onde há uma busca por novas sensações e vivências, ou mesmo atos de infantilidade. As narrativas enfocam que os atos cometidos que envolvem desde furtos, uso de drogas, violência doméstica e ameaças de morte são resolvidos internamente sem a necessidade de interferências externas. Assim, se de um lado, os moradores conseguem evitar muitos dos problemas da cidade, por outro lado, eles parecem enfrentar recorrentemente conflitos internos.

Silva (2003), estudando o fenômeno dos condomínios fechados, a partir de um caso específico na cidade de Goiânia, o Privê Atlântico, evidenciou a vivência conflitiva e mesmo certo descontentamento dos moradores. Segundo a autora, apesar dos discursos de tranquilidade, segurança e boa convivência, a vida nesses espaços nem sempre se dá de forma tão harmoniosa, uma vez que "nos condomínios horizontais fechados, onde os moradores preferem manter a polícia longe de seus muros, pagando por uma segurança particular, reforça-se a idéia de que o espaço do condomínio é uma mera extensão de seus quintais." (p.126)

Nesses espaços privatizados, concordar acerca de regras comuns aparece como uma das principais dificuldades, já que cada um se sente no direito de agir como bem entender. Segundo nos informou uma das entrevistadas, os seguranças do condomínio não são respeitados, principalmente pelos jovens, que os tratam como meros empregados, sem nenhum poder de ação. Embora, procurem sempre analisar os fatos como casos isolados e sem importância, os recorrentes episódios de invasões à residência levaram alguns moradores desses espaços privatizados e fortemente protegidos, a instalarem câmeras em suas residências. Em um dos condomínios pesquisados, rondas periódicas da polícia militar foram acordadas em uma reunião entre os condôminos. Muitos desses fatos tendem a ser omitidos pelos moradores, seja pela banalização dos acontecimentos, seja pela preocupação com a imagem do condomínio. Contudo, algumas contradições são evidentes nos discursos.

- Eu acho fantástico morar aqui. Não tenho nenhuma reclamação com relação a convivência, ao projeto que eu escolhi. Eu acho que é um padrão de vida muito bom, muito tranquilo. A gente tem que se acostumar é com o silêncio. Eu me sinto totalmente seguro. Não

imagino nenhum tipo de agressão interna. Nada disso me preocupa porque eu acho que isso não ocorre, não ocorreria, não têm motivo de ocorrer. [...] Eu nunca presenciei nada. Eu já ouvi relato de desacordo entre vizinhos envolvendo crianças. Pessoas que reclamam por alguém ter advertido o filho e tal. E ai, vai muito da personalidade de cada um. Dois adultos que tiverem tendência a violência, pouco respeito nas relações, isso pode acontecer, né!? Seja onde for, aqui dentro ou em qualquer lugar.

[...]

- Houve casos de invasão de residência aqui. Ficou descoberto que foi por moradores, por vizinhos e tal, ficou tudo resolvido aqui mesmo. Viu que foram jovens. Assim, jovens em busca de alguma emoção diferente, né!? E ficou tudo certo. (Empresário e funcionário público federal, 54 anos, morador de condomínio fechado)

Apesar de ressaltar a tranquilidade e segurança vivenciadas no condomínio e dizer nunca ter presenciado nenhum incidente, na sequência da narrativa o entrevistado relata alguns episódios. As invasões descritas não são percebidas como um ato criminoso ou condenável. Do mesmo modo que outros entrevistados, as ocorrências são interpretadas como algo banal, "brincadeiras" típicas da idade. Assim, como em outros casos relatados, os episódios que envolvem invasão de propriedade privada, furtos e depredação de bens e imóveis, são resolvidos internamente. Trata-se de uma questão de disciplina, não de lei.

Outras narrativas atestam uma vez mais a necessidade de passar uma imagem de segurança e satisfação na vivência intramuros. Contudo, as contradições entre estar seguro e não estar seguro são notórias.

"- Eu moro num condomínio fechado. Mudei pra lá por causa de segurança mesmo. Eu morava no Bela Vista[21] e tinha muito assalto. Na época eu tinha um carro importado e não andava nele, eu andava em um carro mais simples. Sabe, você ter um carro bom e num poder usar. A gente ficava com medo. Eu ligava na portaria para o porteiro esperar lá pra gente entrar. Muita gente teve o carro tomado na hora que tava entrando em casa. Dai, eu resolvi mudar para o condomínio por questão de segurança mesmo. Lá é muito seguro, nunca ninguém entrou. É uma qualidade de vida! Mas, eu mudei pra lá só por causa de segurança mesmo.

[...]

- Entraram na minha casa esses dias. E foi feio, roubaram meu notebook e foi filho de morador, roubaram outras coisas. Foi molecada, e um entregou o outro e ai acabaram achando as minhas coisas. A gente num tá seguro não. É muito complicado." (Empresário, 42 anos, morador de condomínio fechado)

[21] O setor Bela vista é um bairro de classe média alta da cidade.

O discurso apresenta dois momentos distintos e antagônicos. No primeiro deles, é enfatizada a segurança e qualidade de vida encontrada do lado de dentro dos muros, bem como retratada a trajetória de moradia do entrevistado e explicitado o motivo da opção pelos condomínios horizontais. A trajetória espacial descrita no depoimento é aquela seguida por quase todos os entrevistados. A maioria, proveniente de bairros tradicionais da cidade, morou em um primeiro momento em casas, mudando-se em seguida para condomínios verticais e posteriormente para os condomínios fechados. A opção por esse estilo de moradia é apresentada como uma fuga dos perigos e ameaças da cidade, e a possibilidade de se viver com mais liberdade e tranquilidade, deixando as ameaças e ansiedades do lado de fora dos muros. No segundo momento, a certeza da segurança dá lugar ao relato do episódio da invasão da casa e do roubo cometido por jovens também residentes no local. Aqui, novamente, o caso é abrandando e tratado como "coisa de molecada", sendo resolvido e acordado entre as partes envolvidas, sem qualquer influência externa.

Apenas em um dos episódios narrados é descrita a interferência da polícia, demonstrando o despreparo dos seguranças privados em lidar com situações de violência e ameaça física. Mesmo relatando casos sérios de brigas e agressões, o porte de armas de moradores e a impotência da segurança diante desses acontecimentos, a narrativa não deixa de reproduzir o "discurso padrão" de segurança e tranquilidade.

"- Lá é muito seguro. Eu *acho ótimo. A gente dorme com a porta aberta. É super tranquilo.*

[...]

- Têm muitas brigas entre marido e mulher. Teve um caso que o marido queria matar a mulher. Esses tempos durante um jogo de futebol no campo do condomínio teve uma briga, discussão de jogo mesmo. Daí, um morador foi em casa e buscou uma arma para atirar no outro. O guarda do condomínio tentou contê-lo, mas não conseguiu e teve que chamar a polícia. Sabe, as pessoas têm armas em casa, então, é uma segurança relativa."(Estudante, 20 anos, moradora de condomínio fechado)

Assim, de perto, as "ilhas de proteção" não parecem tão seguras quanto os anúncios publicitários se esforçam para demonstrar. Vistos como uma opção ao medo, ansiedade e demais problemas das cidades, esses espaços reproduzem dentro de suas muralhas fortificadas, delitos, crimes, incivilidades. A liberdade desfrutada nesses

espaços parece ser interpretada como ausência de regras, responsabilidade e respeito em relação aos direitos de terceiros. A gravidade disso tudo, repousa no fato de que a ausência desses princípios fundamentais não propicia as bases para uma vida pública, as bases para se viver em sociedade. Segundo relatou Caldeira (2000), "dentro dos condomínios, o desrespeito à lei é quase uma regra. As pessoas sentem-se mais livres para desobedecer à lei porque estão em espaços privados dos quais a polícia é mantida distante." (p.279).

Na verdade, a vida dentro desses universos privados contribui sobremaneira para enfraquecer as noções de responsabilidade pública, interesse público, respeito pelos direitos de outras pessoas. Neste cenário, onde os espaços públicos são cercados e o interesse coletivo minado, cresce a possibilidade de julgamentos privados e ações arbitrárias. Todos esses episódios expressam à rejeição à ordem pública e o esfacelamento de valores civis.

"A gente tá seguro porque tá numa área restrita"

"- É muito bom morar aqui. Você tem segurança, você tem uma qualidade de vida bem melhor que lá fora, muita coisa boa. Pra mim é assim, eu tenho uma menina de 5 e uma de 9 anos, vai fazer 6 e 10. Então, se eu saio e demoro a voltar e a empregada vai embora, eu num preocupo, porque eu sei que cinco horas os operários vão embora e fica mesmo morador e visitante. Então, até que se prove o contrário eu confio muito. Apesar de ter tido um probleminha aqui, teve um assalto, mas foi resolvido, num chegamos a ficar assim com medo não. Esse assalto pelo que a gente ficou sabendo por alto foi um filho de morador, mais um tio e mais alguém conhecido e o próprio pai do menino ajudou a descobrir. No geral o pessoal aqui tem a intenção de ser pacífico, ser organizado, de ser seguro." (Economista, 38 anos, moradora de condomínio fechado)

A sensação de segurança que a entrevistada desfruta dentro dos muros do condomínio advêm do fato de que se trata de um espaço restrito, homogêneo, onde não há mistura social. A tranquilidade de poder chegar um pouco mais tarde e deixar as filhas sozinhas reside na certeza de que depois de certo horário não haverá mais a presença de empregados e operários no condomínio. Apesar dos episódios de violência envolverem pessoas do lugar, a preocupação da entrevistada está voltada para a presença de pessoas alheias aos muros e pertencentes a um outro contexto

social, no caso os empregados. Na sequência da conversa a mesma afirma que uma circular recente informou que a polícia passará a entrar no condomínio em função de problemas com drogas envolvendo jovens do lugar. Contudo, a moradora estava preocupada com outro assunto de que tratava a mesma circular. Segundo ela, há uma feira que acontece dentro do condomínio e que por lei qualquer pessoa [pessoas de fora do condomínio, dos arredores] poderia frequentar a feira por se tratar de algo público. Esse fato era motivo de grande preocupação para a moradora: "*É um condomínio fechado justamente para que não entre qualquer um. Mas, esse povo nem deve saber desse direito de frequentar a feira, né!?"*

A identificação do crime, do perigo e da ameaça com os "desclassificados", ou dito de outra forma, a criminalização da pobreza, aparece como uma tendência comum nos discursos da elite. Segundo esta visão, os criminosos advêm em sua maioria absoluta das camadas populares e despossuídas. Assim, as garantias de segurança dos enclaves fortificados residem no fato de que esses grupos são deixados do lado de fora dos muros eletrificados e estão sob a mira dos seguranças armados que guardam esses espaços da elite. A "pureza" do local é mantida graças à ausência do *outro*, do diferente e, portanto, ameaçador.

É Bauman (2001) mais uma vez quem nos adverte que: "à medida que o impulso à uniformidade se intensifica, o mesmo acontece com o horror ao perigo representado pelos estranhos no portão" (p.124). Longe de acalmar os anseios e temores dos enclausurados, a opção por esses espaços homogeneizados tende a alimentar a desconfiança e insegurança.

Neste sentido, fortes estratégias de controle do espaço são empregadas com o intuito de manter os abomináveis estranhos afastados. Essas estratégias geram aquilo que Bourdieu (1999) definiu como *efeito clube.* Por *efeito clube* o autor entende uma situação socioespacial caracterizada pela concentração em um mesmo território de agentes que detém a posse de um capital positivo, em oposição à concentração daqueles portadores de capital negativo expresso na forma de estigma. O contato entre tais pessoas é tido como algo intolerável e "poluidor".

Todavia, entendemos que esses espaços expressam um contexto de forte segregação, ao mesmo tempo em que negam um dos princípios fundamentais da vida

pública, a diversidade, a pluralidade, o direito à diferença. São espaços estéreis, anêmicos, que minam "velhos princípios democráticos" que regem a vida pública. A homogeneidade interpretada como sinônimo de segurança e proteção tem como consequência direta e nefasta a redução da capacidade de tolerar a diferença, acentuando as possibilidades de reações preconceituosas e violentas, aumentando a sensação de medo e ansiedade, e tornando a vida mais difícil de ser vivida. A "simplificação" da vida dentro desses espaços faz com que os indivíduos desaprendam a lidar com a alteridade, alimentando reações de rejeição e intolerância.

O medo nas ruas

As ruas e os logradouros públicos se transformam cada vez mais, em lugares de passagem, por onde os cidadãos se deslocam sem permanecer. A imagem das ruas é negativa e inspiradora de medo, o comércio nelas decai, a circulação de pessoas diminui e o contato social é transferido para espaços privados e homogêneos. As ruas são espaços que geram uma forte demanda por proteção para o deslocamento. As duas narrativas abaixo demostram a preocupação e as estratégias nos inevitáveis trajetos pelas ruas da capital.

"- Eu num saio muito. Eu vou no shopping que tem segurança interna, estacionamento interno. Fora isso eu to aqui, ou na chácara, e quando eu saio vou pra lugares reservados, então, eu num dou bobeira. Você tem que evitar lugar público, lugar cheio, você num pode dar mole pro azar.

[...]

- Quando eu saio de casa sozinha, e volto tipo assim, nove, dez horas da noite, como eu morro de medo, eu carrego um boné dentro do carro e prendo o cabelo pra pensar que é homem que tá dirigindo. E quando eu to no trânsito eu paro do lado esquerdo, do lado da guia, porque num vai caber um motoqueiro entre eu e o meio-fio, porque se ele parar na minha frente e pedir ajuda eu passo por cima. Eu num dou ajuda porque eu fico morrendo de medo de ser um assalto. Eu morro de medo.." (Economista, 38 anos, moradora de condomínio fechado)

"- Eu tenho, vamos dizer, uma agenda de segurança na minha cabeça. Eu deixei de vivenciar a cidade, espaço público, praças, festas, eu deixei de chegar de madrugada, eu tenho hora de voltar, eu vou olhando a rua nos 360 graus, uma das técnicas que eu tenho é mostrar que eu estou alerta. Eu tenho um revólver. Eu ponho as chaves entre os dedos, a pessoa que

tá me olhando ela vê um soco inglês é mais que um murro. Infelizmente eu num convívio com as pessoas. Eu acho que o reforçamento da segurança minimiza. Alerta." (Arquiteto Urbanista, 54 anos, morador do Setor Marista)

Assim, como os entrevistados acima os moradores de diversas áreas da cidade acreditam que as ruas e demais locais públicos não são espaços seguros e que devem ser evitados, assim como bairros afastados e distantes dos seus locais de moradia. Na percepção dos mesmos o contato com estranhos também deve ser restringido com o intuito de se viver com mais segurança.

Tabela 20: Evitar lugares públicos e o contato com estranhos é uma das melhores maneiras para se viver com segurança?

Tipologia dos Bairros	*Concordo*	*Discordo*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	56.8%	42.8%	0.4%	100%
Médio Superior	57.7%	42.3%	0.0%	100%
Médio	70.2%	29.8%	0.0%	100%
Operário	67.7%	31.8%	0.5%	100%
Popular	66.5%	32.3%	1.2%	100%

Tabela 21: Evitar lugares afastados do seu bairro é uma forma de se sentir seguro?

Tipologia dos Bairros	*Concordo*	*Discordo*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	55.0%	44.5%	0.5%	100%
Médio Superior	50.9%	49.1%	0.0%	100%
Médio	57.4%	42.6%	0.0%	100%
Operário	59.5%	39.8%	0.7%	100%
Popular	51.3%	48.0%	0.7%	100%

Cada vez mais representado como o espaço do medo e da violência, o espaço público vem sendo objeto de um grave processo de recuo nos últimos tempos. Esse recuo se refere não somente à extensão física, mas também à função desses espaços como veículos de comunicação social. Gomes (2005) afirma que a insegurança e o medo que a acompanha são fortes componentes dentro desse contexto que ele

entende como um processo de demissão do homem público e de desinvestimento do espaço de sua capacidade de arena de diálogo e debate.

Com a retração da comunidade amedrontada para espaços privados e cada dia mais fortificados, os espaços públicos vão ficando vazios e por sua vez, abandonados a toda sorte de delinquências e atos de vandalismo. As ruas, praças e parques públicos são tidos como espaços pouco convidativos e perdem a sua função socializadora de outrora. Segundo Souza (2008) os fenômenos de controle e monitoramento exacerbado constituem os elementos centrais no processo de agravamento do "declínio" dos espaços públicos. Esses fenômenos expressam, na verdade, a dissolução dos valores de acessibilidade, liberdade de circulação e igualdade, que inspiraram o tipo moderno de espaço público urbano e a sua substituição por um novo tipo de público que tem a separação e o controle da circulação como valores estruturantes. O autor utiliza a metáfora da "anemia" para descrever esse contexto de abandono e decadência desses espaços.

A fragmentação do espaço público e o seu esvaziamento representam sérios desafios no que tange a consolidação da democracia e cidadania. A tendência a abandonar os lugares públicos e à reclusão em espaços restritos e privatizados constitui o principal obstáculo ao convívio com a diferença, uma vez que restringe ou mesmo elimina a capacidade dos indivíduos de dialogar e de negociar. Neste contexto, o medo só tende a aumentar, alimentado pelo abandono dos espaços comuns de convivência, pela paixão securitária e pelo desejo de separar obsessivo. Para Bauman (2006) o que as pessoas adeptas do isolamento e enclausuramento parecem não entender, é que o medo e a insegurança somente tenderão a se acalmar quando as diferenças forem preservadas e respeitadas e cada um puder se deslocar livremente pelas ruas das cidades.

A rua é pública?

Esse "estilo de vida" caracterizado pelo enclausuramento tem sido absorvido também por camadas sociais bem menos abastadas. Goiânia é hoje uma cidade

marcada por muros. Essa cultura não se restringe, todavia, às construções do tipo condomínio fechado já discutidas. Observa-se na capital a formação de pequenos enclaves disseminados em todo o seu território, o que aponta para uma opção do goianiense pelo isolamento. Muitas vezes, são construções pequenas de sobrados, bem próximos uns aos outros, cercados por muros, uma espécie de "pseudocondomínios", outras vezes, quadras e ruas inteiras são interditadas em função da vontade dos moradores.

Em alguns bairros de classe média e alta da cidade de Goiânia os moradores privatizaram ruas públicas, fechando seu acesso com portões, correntes e guaritas. A medida é aprovada tanto pelos moradores das ruas já fechadas quanto por moradores de ruas e bairros vizinhos que acreditam que o fechamento das ruas significa segurança e proteção à medida que inibe a circulação de pessoas estranhas nestes espaços e limitam o contato das pessoas que residem nestas ruas com os transeuntes. Além do cercamento e vigilância das ruas dos bairros de classe média e alta da cidade, existem exemplos de "praças privatizadas" nesses setores que contam com vigias particulares contratados pelos moradores. As narrativas ilustram a satisfação dos moradores com o cercamento dos espaços.

Rua fechada com portão no Setor Bueno
Rua privatizada há 15 anos

“ - Aqui tinha muito assalto, como é uma viela, então, de noite era complicado. O pessoal vinha usar drogas, roubavam os carros que ficavam na rua, todo dia tinha pelo menos um pequeno furto. E ai, chegaram a decisão de fechar. Foi em função de assalto e depois nunca mais teve problema. Foi uma maravilha. Um monte gente vêm perguntar pra saber como que funciona, como que faz essas coisas. [...] Morar aqui é uma maravilha. Ficou perto de tudo e ainda tenho segurança. Você tem tudo. Aqui é... Eu brinco que sou a única pessoa que moro num condomínio residencial horizontal no Bueno. Eu me sinto muito segura. Hoje num existe nada que te dê cem por cento de segurança, mas pelo menos a gente dificulta a vida dos bandidos. Mais cem por cento seguro num tem nada, mas depois que colocou o portão a gente num teve mais medo. Só entra gente conhecida de alguém. Você se identifica e a pessoa abre pra você. Outro tipo de gente num entra. Até revista quando a gente recebe a pessoa interfona”. (Agente de turismo, 41 anos, moradora de rua fechada no setor Bueno)

“- Tem uns 15 anos que nós fechamos aqui. Virou um condomínio. Ai, ficou tranquilo, os carros dormem na rua e tal. Tinha roubo de carro, toca fita, uso de drogas, era meio complicado, e assim que fechou, ficou bem mais seguro. Depois não teve mais problema não. Muitas pessoas de outros setores nos procuraram, muita gente mesmo, querendo fazer o mesmo nas suas ruas.” (Empresário, 43 anos, morador de uma rua fechada no setor Bueno)

Exemplo de outra rua fechada com portão também no setor Bueno
A rua foi privatizada há cinco anos

"- Aqui é excelente. Quando a gente viaja a gente num preocupa. Um vizinho colabora com o outro. Qualquer pessoa estranha que entra no ambiente é motivo de averiguação. São dez casas, é uma família. O portão tem cinco anos. Tem o pessoal do Setor Sul, eles vem aqui pra saber como é feito, né!? Aqui é uma tranquilidade. A gente tá sempre olhando... vendo se tem alguém estranho no portão.[...] No meu modo de pensar, todas as vielas de Goiânia deveriam poder fechar e fazer condomínios. Porque não fechar? Porque a nossa não servir de exemplo? Um problema a menos pra polícia, pra prefeitura... Qual o interesse de alguém que num mora lá entrar!? Eu sou totalmente a favor. O exemplo tá aqui nessas duas vielas do setor Bueno. Isso tudo é nossa segurança. Sou totalmente a favor. Causa inveja aos nossos vizinhos. Eu sou um defensor disso. Eu não me sinto seguro na rua. Fora daqui. Fora do portão."(Bancário, 54 anos, morador de uma rua fechada no Bueno)

A justificativa para o cercamento das ruas e reforçamento das medidas de segurança tem como fundamento a ausência e ineficácia do poder público em resolver ou amenizar o problema da insegurança que aflige os cidadãos. Os entrevistados acreditam que os governantes devem apoiar ou se abster de interferir nestas questões, uma vez que não resolvem o problema da segurança e da violência. Tal entendimento vai de encontro as idéias defendidas por Gomes (2005) que afirma que o poder público é na maioria das vezes apontado como o responsável pelo processo de "emudecimento" dos espaços públicos, uma vez que é ele o principal gestor desses espaços. Assim, conclui que "a ineficiência da administração permite que os espaços públicos sejam permanentemente invadidos, controlados por outros agentes sociais ou que se transformem em áreas de aparência abandonada." (p. 262)

"- Têm vielas que só entra o morador. Eu acho que é válido. Já que o poder público não consegue controlar isso, ou prevenir ou proteger, eu sou a favor. Pensou-se em por uma guarita no começo da viela onde eu morava, mas teria que ter uma licença e essa licença não foi dada. No setor Marista tem umas vielas que são fechadas, tipo condomínio. Já que eles não resolvem, porque não fechar!?" (Empresária, 62 anos, moradora do Bueno com uma casa em construção em um condomínio fechado)

"- De certa forma fechar as ruas resolve sim. Inibe. Se tem uma guarita impede sim. Infelizmente nós estamos pagando pela nossa segurança, não é o Estado. Deveria ser, mas não é."(Assistente social e empresária, 57 anos, moradora de condomínio fechado)

Assim, sempre que a questão é segurança e medo da violência as medidas adotadas pelos moradores dos bairros nobres da capital, são justificadas e apoiadas tendo como fundamento a ausência do Estado em cumprir o seu papel maior que é a

defesa da vida e da propriedade dos indivíduos. Diante desta impotência, toda e qualquer medida, mesmo que venha a esbarrar ou descumprir outros direitos também garantidos por lei, é aprovada e tida como válida. Isto parece justificar uma série de atitudes como a obstrução do direito de ir e vir de todos os cidadãos, a garantia de desfrutar espaços públicos e também o "direito" de retaliação e de se fazer justiça com as próprias mãos.

Segundo Souza (2008) esses "pseudocondomínios" ao interditar o acesso a logradouros públicos agridem uma série de direitos constitucionais de praticamente qualquer "democracia" representativa da atualidade:

> O direito de ir e vir, o direito de intimidade (ninguém, a não ser um policial, e mesmo assim com razões fundamentadas, pode exigir que um particular se identifique para ter acesso a um logradouro público ou por ele transitar, nem se pode exigir que seja informado o destino, o propósito de ali estar etc.); o direito de reunião. Não é fato novo a distância entre certos direitos formais dos cidadãos das "democracias" contemporâneas e a realidade efetiva da possibilidade maior ou menor da fruição desses direitos por parte dos indivíduos e grupos. Apesar dessa distância, porém, vários desses direitos, sobretudo os políticos e civis, não são puramente formais, embora sejam desigualmente aplicados e respeitados. [...] Os "pseudocondomínios" vêm, todavia, agravar sobremaneira o problema da referida distância, e isso em um patamar no qual normas legais e até constitucionais são flagrantemente desrespeitadas. (p.77)

Considera-se, portanto, que os fenômenos de controle e monitoramento exacerbados constituem um dos aspectos mais relevantes no agravamento do "declínio" do espaço público. A proliferação de ruas interditadas, condomínios fechados, espaços fortificados, "militarizados", contribuem sobremaneira para o enfraquecimento da vida pública no cotidiano, seja pelas interdições e restrições de acesso, seja pelo temor de frequentar determinados lugares em certos horários. Os espaços vão sendo, por causa do medo, abandonados, ou cercados, vigiados, controlados, o que se contrapõe a um vida pública livre e espontânea. Moses Pechman (2002) afirma que vivemos um momento caracterizado como "síndrome da cidade vigiada" ou "monitorada".

Câmeras instaladas em uma rua da cidade, próxima há uma praça.

A auto-segregação é na verdade uma solução escapista. Se de um lado, os condomínios exclusivos ou os “pseudocondomínios” prometem resolver os problemas de segurança dos indivíduos de classe média e alta, de outra parte deixam intactas as causas da violência e da insegurança cotidiana. Antes, contribuem para o esfacelamento da sociabilidade, civilidade, qualidade de vida. Esses espaços pressupõem um descompromisso para com a cidade como um todo.

Bauman (2006) argumenta que os condomínios “exclusivos” e ainda outras invenções da arquitetura e do urbanismo modernos moldam os espaços à imagem do medo. São espaços vetados, espaços fugidios, espaços espinhosos ou espaços do medo. No geral, são lugares cuja função é segregar, filtrar, separar, excluir os indesejáveis, os inconvenientes. São locais isolados, sem vias de acesso, ou onde há uma gama de aparatos de vigilância. Nesses espaços ninguém pode passar sem ser notado, eles expressam uma forma de comportamento típica das metrópoles na atualidade: a “mixofobia”, ou seja, “uma reação previsível e generalizada perante a inconcebível, arrepiante e aflitiva variedade de tipos humanos e de costumes que coexistem nas ruas das cidades contemporâneas” (p.40). De acordo com o autor, a

mixofobia expressa uma tendência que impele a buscar refúgios de semelhança e igualdade em meio a diversidade e diferença.

Ao discutir essa temática Bauman dialoga com Richard Sennet, segundo o qual a homogeneidade do meio faz com os indivíduos “desaprendam” formas de convívio e conciliação com os estranhos, aumentando o medo que eles sentem. Advêm daí, o horror diante dos encontros no espaço público e o impulso segregacionista que contribui sobremaneira com os comportamentos “mixofóbicos”.

A segregação dos bairros residenciais e dos espaços abertos ao público acaba por ser a causa principal da mixofobia de que trata Bauman. Enquanto soluções estas medidas acabam por criar ou superdimensionar os problemas que prometem resolver. Para o autor, “a paranóia mixofóbica é um círculo vicioso que age como profecia portadora do gérmen da sua própria realização” (p.46). A separação, o distanciamento, tornam a convivência com estranhos cada vez mais difícil, ou seja, a homogeneidade social dos espaços dificulta e reduz a capacidade de tolerar a diferença e torna eminente o conflito entre os habitantes da cidade.

3.4. Representações do Medo e da Violência

O sentimento de insegurança relaciona-se, conforme nos advertem alguns autores já apresentados neste trabalho[22] , a um forte desejo por segurança, o que vai implicar tanto na adoção (por parte dos estratos privilegiados da sociedade) de severas medidas de segurança quanto em uma necessidade de classificar e identificar os supostos responsáveis pela crescente angústia e sensação de ameaça eminentes. Os aparatos de segurança, as cercas, os muros, os portões, à medida que contribuem com a formação de espaços hostis e pouco facilitadores da comunicação, tendem a fortalecer a desconfiança e a suspeita entre as pessoas. Segundo Caldeira (2000), "[...] a arquitetura e o planejamento defensivos promovem o conflito em vez de evitá-lo, ao tornarem explícitas as desigualdades sociais e a falta de referências comuns." (p.340).

Em um contexto de separação e desconhecimento do *outro*, produtos da transformação do espaço urbano, bem como, de necessidade de materializar as ameaças e perigos, os preconceitos, as visões reducionistas e simplistas tendem a proliferar. A "Cidade de Muros" [23] contribui, assim, para a disseminação de estigmas sociais e territoriais.

As transformações em curso no espaço urbano, os cercamentos, monitoramentos, a vigilância por parte do Estado e do capital privado podem, contudo, terminar não só por tornar estéril o espaço público, ao retirar-lhes a diversidade, mas também por fermentar o medo e a estigmatização do *outro*.

O medo da criminalidade somado aos processos de separação e afastamento social, contribui assim, para a produção de imagens estereotipadas de um "agente produtor" da violência e para a exclusão dos grupos mais próximos dessas imagens, assim como para a produção e reprodução de estigmas que recaem fortemente sobre os espaços de habitação popular, identificados como causa e origem da desordem social que assola as grandes cidades brasileiras. Em geral esses territórios são

[22] Roché (1993), Bauman (2003), (2008), Caldeira (2000).
[23] Termo usado por Caldeira (2000) para definir a cidade transformada pelos aparatos de segurança e recortada por muros.

percebidos de forma homogênea como espaços de ilegalidade e anomia. Embora a violência tenha grande expressão nesses espaços e os moradores dessas áreas pobres e com escassos recursos sejam os mais expostos a morte violenta, eles têm sido apontados de forma generalizada como os responsáveis pelo aumento da criminalidade, com ênfase especial para os jovens e adolescentes ali residentes. A distância, o afastamento, o cercamento de espaços, são aspectos relevantes no que tange ao reforçamento das percepções e visões preconceituosas imputadas aos residentes de áreas pobres de um modo geral. Misse (2003) argumenta que:

> A distância social é um poderoso emulador de representações baseadas na desconfiança preventiva e um dos principais acionadores da acusação social. Quando a maior parte dos estereótipos que servem á construção dos tipos sociais derivam da generalização de atributos predominantemente negativos, eles tendem a produzir ou reforçar a distância social. (p.138)

Espaços perigosos, Territórios estigmatizados

"- Aqui em volta é um bairro de periferia porque quem mora são realmente trabalhadores, e você vê assim, é... a maioria das casas são invadidas, é invasão. Então... Eu não acho que seja perigoso pelas pessoas, eu acho que pela região ali, pela situação financeira é um pouco complicado. Eu não acho que aqui em volta é seguro. Quando eu mudei pra cá ainda não tinha construído o Centro Cultural Oscar Niemeyer[24], então, era bem deserto. Quando eu chegava de madrugada e tinha que passar dentro do bairro, eu via que era muito perigoso.

[...]

- Eu considero bairro de periferia um pouco perigoso. Assim, eu não acho as pessoas que moram lá, não sei, eu não acho tão perigosas assim. Eu não tenho medo dessas pessoas, mas eu acho que às vezes a situação financeira delas, assim, meio que elas devem criar um repúdio pela a gente que mora no condomínio, né!? Porque é um contraste muito grande. As pessoas que eu conheço do condomínio, eles têm um pouco de preconceito, um preconceito mesmo por serem pessoas com uma situação financeira inferior, por serem pessoas de cor normalmente, pessoas negras. Que é até uma tendência que a gente vê na nossa sociedade, que as pessoas de cor negra têm uma situação financeira inferior. Então, no meu condomínio, a maioria das pessoas tem um certo preconceito sim. O medo de não deixar o filho pegar um

[24] O Centro Cultural Oscar Niemeyer é um amplo conjunto voltado à arte inaugurado em março de 2006. Encontra-se situado na zona sudoeste de Goiânia, depois dos limites da BR-153 (que liga a cidade ao Sul do país). Nesta região também estão localizados diversos condomínios fechados, entre eles um dos maiores da cidade, o Alphaville Flamboyant.

ônibus com medo de ser assaltado, assim, não pega ônibus não que você vai ser assaltado. Ninguém tem amizade fora do condomínio. Porque lá perto de onde eu moro também tem um ponto de drogas, então, é perigoso.

[...]

- Um lugar perigoso pra mim, é onde as pessoas ficam assim olhando, sabe!? Quando tá muito deserto. Lá onde eu moro quase não passa carro, fica muita gente fica assim olhando. Por nós sermos diferentes as pessoas ficam olhando, porque como é um setor de periferia, eu acho que por nós termos uma condição financeira diferente chama a atenção das pessoas. Eu acho que causa uma certa revolta do pessoal do bairro. Quando o condomínio foi construído o dono da boca de fumo descarregou uma arma em uma árvore em frente ao condomínio. Eu acho que foi uma atitude de repúdio deles com a chegada do condomínio e a presença das pessoas de um nível superior no bairro que é de periferia. [...] Eu tenho medo, por exemplo, da Vila Lobó[25]. Que é um buraco. Um lugar sem infra-estrutura e que as pessoas ficam olhando muito. As vezes de carro eu entro em uma rua errada e cai lá. Daí eu sinto muito medo."
(Estudante, 20 anos, moradora de condomínio fechado)

Na maioria das narrativas os espaços considerados perigosos e violentos são os espaços marginais, periféricos, bairros pobres, e seus moradores tidos como criminosos em potencial. De modo que o crime e os criminosos estão associados a determinados espaços que supostamente lhes dão origem. Esses aspectos podem ser mais uma vez observados através da análise das respostas dos moradores de bairros de classe média e alta quando solicitados a definir um lugar perigoso[26]. 39,0 % dos entrevistados afirmam que um lugar perigoso é definido pelas condições de infra-estrutura (presença de matagais, falta de iluminação, lugares ermos e distantes). O que na maioria das vezes é identificado como característica de periferias e bairros afastados. E pode ser expresso nas seguintes frases:

"O lugar perigoso é a favela [refere-se a periferia] porque tem trombadinha, o lugar é muito feio. O povo é muito pobre."

"Esses setores mais afastados. Madre Germana é barra pesada. Ali é barra pesada. Jardim Curitiba, esses bairros mais afastados."

"O Jardim Tiradentes, lá eles matam um hoje e amarram dois pra matar amanhã. Pra mim lá é um lugar perigoso."

---

[25] Trata-se de uma ocupação nas proximidades do Jardim Goiás (bairro de classe média alta). O local possui condições de moradia e infra-estrutura precárias.

[26] Aqui fazemos referência aos dados obtidos com a aplicação do Survey.Trata-se de uma questão aberta (conforme pode ser observado no anexo 2). A questão foi posteriormente fechada em categorias para ser trabalha no SPSS, a saber: 1) Condições do local; 2) Presença de tráfico, usuários de drogas; 3) Presença de elementos suspeitos; 4) Falta de policiamento; 5) Locais onde há a ocorrência de crimes e atos violentos; 6) Locais de lazer; 7) Pobreza; 8) Outros, 9) Não sabe/não responde.

"A violência tá em todos os lugares... Têm áreas que são mais propensas. Essas áreas mais desassistidas, as periferias, onde tem menos estrutura. Acredito que essas são áreas mais perigosas."

"Lugar perigoso? Lugar clássico: escuro, num bairro de periferia, onde as pessoas não têm ocupação. O cara sem ocupação, sem fazer nada, depois que ele pensa onde eu vou fazer a tatuagem, onde vou botar o piercing, ele pensa quem eu vou assaltar. Depois que eu pintei o cabelo aqui, ali... ou seja, num tem ocupação e num tem civilidade, acabou a matéria civilidade."

É interessante observar que os entrevistados quase sempre mencionam os nomes dos bairros que consideram perigosos, sendo todos eles bairros pobres. A imagem construída sobre o lugar perigoso talvez possa ser resumida na idéia apresentada por um dos entrevistados acerca de um *lugar clássico,* ou seja, um bairro de periferia, sem infra-estrutura, onde a falta de ocupação, a anomia e a ausência de civilidade predominam. A imagem do criminoso residente nesses espaços está associada ao homem, tatuado, com *piercings* e cabelos coloridos. Este retrato é associado principalmente ao jovem pobre das periferias, principal alvo das acusações criminais. A imagem caricatural e preconceituosa é definida como uma imagem comum, *clássica*, algo que está disseminado no imaginário coletivo, algo que todo mundo sabe, ou acredita saber.

Assim, entre os pesquisados, 17,0% responderam que o que define um lugar perigoso é a presença de elementos suspeitos, perigosos, estranhos. O elemento suspeito, o estranho, quase sempre está relacionado à figura do morador de periferia, "o marginal", "o mala", o mendigo, pessoas não idôneas, segundo as falas dos entrevistados. Outros 14,8% definem um lugar perigoso como aquele onde há ocorrência de crimes e atos violentos (aqui as referências mais uma vez são os bairros periféricos da cidade de Goiânia e também de Aparecida de Goiânia).

O fato de morar em um lugar desprivilegiado faz com que o indivíduo esteja submetido a um processo de *sujeição criminal* (Misse 2003), no qual determinados grupos são classificados e reconhecidos antecipadamente como prováveis sujeitos do crime, ou seja, são vistos como dotados de uma propensão para cometer atos criminosos. A sujeição criminal tende a ser ampliada e extendida a todos os que possuam atributos afins ao tipo social acusado.

Segundo o autor, na modernidade, a acusação se desvincula da transgressão para se dirigir a subjetividade do transgressor, a sua fraqueza de caráter, incivilidade, carência moral, aumentando o poder do acusador. Isso implica dizer que os indivíduos são incriminados e não as transgressões. De acordo com este entendimento não existe crime, mas criminalização de certas condutas socialmente reprovadas e de certas pessoas. Ao se considerar que o espaço social é desigual e hierárquico, a criminalização de certos comportamentos advém da legitimação de uma ordem social desigual que imputa caráter criminal de forma seletiva aos comportamentos típicos do grupo social dominado. Misse propõe chamar de produção da sujeição criminal esse processo de construção social do agente de práticas criminais como um sujeito criminoso. Para Misse (2003)

> Dados certos padrões de construção social da sujeição criminal, verifica-se uma constante conexão, na representação social, entre certas variáveis sociais e atributos de indivíduos incriminados por certos tipos de crimes. (...) Situação sócio-econômica, cor, nacionalidade ou naturalidade, faixa etária, gênero, indicadores de filiação a uma família, a uma religião, escolaridade, regularidade de emprego e muitas outras dimensões (modo de se vestir, maneira de andar, modo de falar, expressões sociais de auto-controle) que servem socialmente para estratificar, diferenciar e construir estereótipos de identidades sociais não mobilizadas e orientadas para definir uma situação de ameaça e perigo ou para sinalizar traços significantes, num indivíduo, de sua possível carga de suspeição. Não são apenas estereótipos discriminantes, mas efeitos regulares de relações sociais onde já se acumularam expectativas consistentes com resultados representados como “quase certos”. (p.137/138)

No caso da narrativa acima a desconfiança e o temor dos moradores do condomínio em relação aos moradores do lado de fora do muro, não advêm de nenhuma vivência concreta, ameaça, ou violência sofrida no local, mas antes, repousa na potencialidade criminosa dessas pessoas em função da sua condição financeira inferior, no fato de serem pessoas negras (o que implica na visão dos moradores em uma situação econômica desprivilegiada) e no provável repúdio que estes sentem pelos seletos moradores do condomínio em função do seu alto poder aquisitivo.

A entrevistada acredita que a diferença tão gritante entre os dois espaços (condomínio de luxo/bairro pobre) acaba por gerar um sentimento de "revolta" por parte dos moradores desprovidos das mesmas condições e privilégios dos quais os seus iguais dispõem. De modo que, o que ela faz na verdade é tentar "pensar pelo *outro*" a partir de sua visão de mundo, de sua lógica da escolha racional. A interpretação da entrevistada parte do entendimento de que não é necessariamente a pobreza que conduz ao crime, mas pode ser a "revolta". Segundo Misse (2006) a violência nos grandes centros parece agir como um fantasma ou espectro, escondendo-se atrás de uma série de fatos variados. Contudo, para o autor, "todos os fantasmas que têm as marcas da pobreza e as mãos criminosas parecem possuir um traço em comum: a revolta" (p.13).

O fato de serem moradores de um setor de periferia coloca os indivíduos ali residentes sob suspeita e desconfiança. Por mais que a narrativa evidencie que na maioria se trata de trabalhadores, em geral eles são vistos e tratados de maneira homogênea, não havendo reconhecimento de suas diferenciações, resultando em um conjunto de imagens pautadas por estereótipos negativos e por forte estigmatização, especialmente no que se refere à violência.

É recorrente nas grandes cidades a produção e reprodução de bairros periféricos como lugares perigosos e violentos. A principal consequência é a formação de um estigma fundamentado na percepção dos moradores da cidade em relação aos territórios perigosos. De modo geral, o *estigma territorial* funciona como uma marca que estabelece modos de distinção socioespacial dos moradores das cidades. De acordo com Wacquant (2001a) os estigmas territoriais produzem uma série de efeitos negativos nas comunidades estigmatizadas que não devem ser subestimados.

> Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, "assinaladas" pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas

> comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva (p. 33).

Embora, os três aspectos apresentados por Wacquant possam ser observados nos bairros populares pesquisados, o terceiro ponto nos chama bastante a atenção no que tange a essa discussão. Observou-se que a maioria dos moradores dos bairros pobres quando solicitados a definir um lugar perigoso se esforçaram para distanciar a si mesmos e outras pessoas residentes nesses espaços da imagem do criminoso, bem como, para distanciar o lugar perigoso do lugar de sua moradia. Expressões como, “a rua de cima”, “o bairro aqui do lado”, “lá pra cima”, “lá pra baixo”, “a vizinhança aqui do lado”, “na periferia”, foram constantemente utilizadas para afastar qualquer possibilidade de associação destes indivíduos com a criminalidade e violência imputados ao lugar. O fato de residirem em espaços de “má fama” e de estarem próximos ao estereótipo do marginal, do criminoso, requer, desse modo, um discurso de separação e distanciamento, o que expressa na verdade o temor de serem confundidos. Esse temor gera uma espécie de incriminação mútua por parte dos moradores de um mesmo bairro, ou de uma mesma região.

Para Bauman (2003) estes espaços estigmatizados não contribuem para a formação de sentimentos comunitários. Ao contrário eles favorecem a desintegração social, a atomização e a anomia. Para obter alguma dignidade moral diante aos olhos da sociedade, os moradores desses espaços reproduzem o discurso dominante de denúncia e incriminação de seus iguais, como se pudessem se valorizar diminuindo seus vizinhos. Eles também se envolvem em estratégias de distinção e exclusão social que contribuem para o enfraquecimento da coesão social nesses espaços.

Assim, observa-se que em muitos casos, o desejo de se desvencilhar do sentimento de indignidade pessoal força os indivíduos a encontrarem soluções em detrimento do grupo. Segundo Bourdieu (1999) “o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca o degradam simbolicamente,

porquanto estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão." (p.166).

Todavia, o anseio por separar não se relaciona somente ao desejo de exibir uma posição melhor e de recuperar a dignidade pessoal. Ser confundido com um criminoso pode ter sérias consequências que os moradores desses lugares conhecem bem, entre elas a ação excessiva da polícia que tende a agir pautada nos mesmos estereótipos, vinculando de forma generalista os pobres com a prática de atos criminosos e ilegais. É de conhecimento geral, o uso abusivo, irresponsável e desmedido da força policial nos bairros pobres das diversas cidades brasileiras, sendo frequente durante a aplicação dos questionários nesses locais narrativas sobre abordagens desrespeitosas e humilhantes principalmente envolvendo jovens, bem como, casos de execuções envolvendo policiais.

Tabela 22: O que define um lugar perigoso? Quais as suas características?

Tipologia dos Bairros	*Condições do local*	*Presença do Tráfico, usuários de drogas*	*Presença de elementos suspeitos*	*Falta de policiamento*	*Onde há ocorrência de crimes*	*Locais de lazer*	*Pobreza*	*Outros*	*Não Sabe/Não responde*	*Total*
Superior	39.0%	9.8%	17.0%	6.5%	14.8%	2.0%	3.3%	5.6%	2.0%	100%
Médio Superior	26.5%	17.8%	15.8%	8.3%	11.2%	4.4%	4.1%	8.3%	3.6%	100%
Médio	21.9%	22.7%	15.0%	6.4%	14.3%	4.7%	4.2%	6.4%	4.4%	100%
Operário	17.5%	26.8%	16.5%	7.3%	15.6%	6.6%	0.7%	5.8%	3.2%	100%
Popular	24.3%	20.4%	15.5%	7.0%	15.5%	4.9%	2.7%	6.5%	3.2%	100%

As respostas dos entrevistados residentes em bairros periféricos enfocam praticamente os mesmos aspectos encontrados nas respostas dos moradores dos bairros nobres da cidade. Contudo, a questão do tráfico de drogas é um fator que ganha maior relevância na definição de um lugar perigoso, ao lado da infra-estrutura do lugar, da presença de elementos considerados suspeitos e estranhos e da ocorrência

de crimes. O tráfico, os elementos estranhos, a criminalidade e os lugares como más condições de circulação são, conforme já dito, distanciados dos espaços imediatamente próximos ao local de moradia do entrevistado. As classes médias também apontam a presença do tráfico de drogas e de usuários com um dos aspectos de definição de um lugar perigoso. Entretanto, as narrativas se aproximam das narrativas da elite, associando essas características aos bairros pobres da cidade.

"O pobre tem muito filho, a classe média vai ter cada vez menos"

"- Aqui em volta é perigoso! Já aconteceu mortes do lado de lá do muro. Têm mortes! Mas, eu não acho que é ali. O Bueno era muito perigoso. Eu acho perigoso assim... A madrugada é perigosa, lugares mais ermos. A noite é perigosa. Eu passo isso para os meus filhos. É um risco. Lá no Bueno mesmo... Quando a minha vizinha foi assaltada, ela disse: porque os bandidos saem da periferia pra vir roubar aqui. Eu achei muito engraçado, porque eu não sei se era pobre. Eles tinham boa aparência, não era assim pobre, a aparência dos moços não era ruim. Porque eu presenciei esse assalto e vários outros. Aqui, tem um assassinato ou outro, que lá também tem no sinaleiro. Mas, não é só lá, ou aqui. A violência é generalizada, ela faz parte de um processo socioeconômico degradante. Nunca vai se igualar, não adianta. O pobre tem muito filho, a classe média vai ter cada vez menos. Não tem escola pra todos, não há emprego para todos, não há nivelamento. E o governo não tá preocupado com isso. Os jovens se desencaminham, morrem cedo e não se faz nada. A violência tá em todo lugar. É rotineiro. A gente convive com ela e não se importa tanto, ou parece não se importar. Aqui fora tem uma boite que volta e meia tem morte. E o povo fica fazendo propaganda do lugar, noite tal.... Então, é a banalização. A violência faz parte da vida da gente, infelizmente. Ela não tá em lugar nenhum, ela tá em todo lugar. Saiu de casa a gente tá correndo risco. A gente sai e volta pra casa apreensivo. Se a gente pára no sinaleiro a gente tem medo, você não sabe quem tá parando atrás de você. A gente não pode parar. A gente procura andar com um carro mais simples, andar o mais simples possível, mas não impede a gente de ser vítima de violência. A violência é generalizada, é bobagem... Morar aqui [no condomínio fechado] só alivia as tensões." (Empresária, 52 anos, moradora de condomínio fechado)

Embora a entrevistada sugira que a violência é generalizada e que, portanto, não está localizada em lugares específicos no espaço urbano e que as práticas criminosas não evolvem somente pessoas de uma condição social desfavorável, uma vez que diz que os assaltantes da vizinha não poderiam ser pessoas pobres, as ambiguidades na narrativa e o conflito com os estereótipos são expressos de maneira evidente. Aqui uma vez mais a pobreza é o fator explicativo para a violência. As dificuldades econômicas, o elevado número de filhos em oposição às escassas oportunidades educacionais e de emprego, são apontadas como causas da violência.

Pensando a associação pobreza e criminalidade

Seja por seus atributos morais ou sociais, existe grande consenso de que a população de baixa renda tem maior probabilidade de cometer crimes. De fato a marcante desigualdade que permeia a sociedade brasileira serve de cenário para a violência e criminalidade cotidianas. Além disso, os dados apontam que o crime violento distribui-se desigualmente e tem como vítimas preferenciais os pobres. Entretanto, se a desigualdade é uma variável explicativa importante, não é pelo fato de a pobreza estar associada diretamente à criminalidade. Neste sentido, uma série de questões devem ser tratadas. Com o objetivo de questionar a relação causal entre crime e pobreza Misse (2006) procura mostrar a complexidade da questão criminal, que segundo ele, não pode ser reduzida pura e simplesmente a uma única e determinante causa. Neste sentido, o autor enfatiza que embora o crime permeie todas as classes sociais, "existem práticas criminais efetivamente associadas às condições de vida, sociabilidade e habitação de segmentos marginalizados nas grandes metrópoles brasileiras, que a representação social privilegia como objeto principal do medo e da violência atualmente existente." (p.34).

Os crimes selecionados, ressalta o autor, são aqueles que provocam maior comoção social, ou seja, os chamados *crimes violentos*, aqueles cujos agentes utilizam a coação física imediata, tendo em vista, que geralmente não dispõem de outros meios.

Misse adverte, portanto, que o fato de o sistema penitenciário brasileiro ter sua população constituída majoritariamente por pobres, não significa que a maioria dos criminosos seja de pobres, mas não também não significa que a relação pobreza-criminalidade seja apenas um estereótipo social. Segundo o autor, isso pode significar entre outras coisas, que a maioria dos incriminados sejam selecionados entre as classes desfavorecidas. É notório que a atuação da polícia é fortemente marcada pelo estereótipo que estes possuem do criminoso, geralmente associado aos indivíduos das classes populares que se tornam alvos privilegiados de repressão. À medida que o estigma de criminoso potencial recai sobre o marginalizado uma série de mecanismos existentes tende a fazer com que as expectativas se auto-realizem.

"Tem que ter uma ação dura"

"- Qualquer lugar hoje em dia tá perigoso. É claro, que têm nichos mais violentos, em Aparecida de Goiânia, na periferia, onde tem esse comércio de drogas.

[...]

- A princípio todo mundo tem um voto de confiança. É claro que você... pelos estereótipos, a pessoa vestida assim ou assim, ou a coisa que você vislumbra que num tem muita higiene e tal, você já pensa que é uma pessoa de rua, pronta pra atacar, é claro que você já vai com mais cautela, né!? Se alguma coisa acontecer eu estou prevenida, mas não que necessariamente aquela pessoa vá ser um mau elemento, mas você tem que ir com cautela."

[...]

- Eu acho que primeiro se cortar o mal pela raiz... Eu acho que essas rondas com a polícia militar, a Rotam, eu acho que intimida um pouco. Aqui por exemplo, tinha muita meninada passando. Agora já não tem. Se tiver mais esse tipo de assistência ao adolescente para que ele possa desenvolver uma profissão, uma habilidade, etc., né!?. Eu acho que é a partir dai. Eu acho que primeiramente, agora, nesse momento, seria esse policiamento ostensivo. Aqui tem policiamento [se refere ao setor Marista], eu não sei se na periferia. Também porque é nesse setor aqui que vai vir os assaltos, os imóveis aqui são mais visados e as pessoas também, mas a ronda deveria se estender a periferia porque é de lá que vai sair. Ai o jovem num vai sair de lá, porque se for sair, se alguém em atitude suspeita for sair, aborda, leva pra averiguação. Tem que ter uma ação dura porque ai corta o circulo vicioso." (62 anos, moradora do Bueno, proprietária de uma escola de línguas no Marista)

Uma idéia bastante recorrente nas entrevistas realizadas com os membros da elite consiste na percepção de que a periferia seria a responsável por "fornecer" os assaltantes, marginais, delinquentes, que agiriam nos seus bairros, em função da visibilidade social que os imóveis e pessoas desses lugares têm. Em geral, os atos de vandalismos, roubos, latrocínios, são imputados a esses indivíduos. Essa percepção resulta muitas vezes em demandas acentuadas por uma presença e atuação maior e mais rígida da polícia nesses espaços, com o intuito de impedir que as pessoas residentes em bairros populares, principalmente os jovens, transitem pelas demais áreas da cidade e, assim, pratiquem crimes e outros atos de vandalismo e violência.

Mesmo tentando desconstruir a imagem do "elemento suspeito", do "mau elemento" como alguém que advém das camadas inferiorizadas da sociedade, as contradições e estereótipos podem ser percebidos novamente na narrativa. Embora, a entrevistada mencione medidas educativas, promoção de qualificação profissional e emprego como forma de minimizar a violência, o discurso acaba por enfatizar a necessidade de ações vigorosas por parte da polícia nos espaços populares.

A atuação violenta e criminosa da polícia nesses espaços pode ser interpretada como uma demanda dos setores privilegiados da sociedade. Nesse contexto, o próprio Estado se organiza com base na violação dos princípios básicos e garantias fundamentais que regem a Lei da Constituição Federal e a polícia age como força repressiva que visa à manutenção da ordem da classe dominante. Ana Lúcia Nunes e Maira Dourado (2007)[27] do Centro de Mídia Independente (CMI) de Goiânia, afirmam que de acordo com informações da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, de 2005 até 2007, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% não tinham passagem pela polícia. Segundo elas, dados levantados pelo jornal Diário da manhã (06/01/2006) apontam que os assassinatos resultantes da ação policial, sejam execuções ou "confrontos", correspondem a 12% do total de homicídios ocorridos no estado no ano de 2005, cerca de 30 assassinatos por mês. Lembrando que isto corresponde somente aos dados oficiais.

Nunes e Dourado relatam ainda, que são evidentes as diferenças nas abordagens da polícia, principalmente a militar, em regiões nobres e periféricas da cidade, sendo que o tratamento dado aos moradores dos bairros pobres é o mesmo dado aos criminosos. Em Goiânia, ganha destaque a atuação da Rotam ou 9ª Companhia Independente da PM (mencionada pela entrevistada acima). A corporação é tida como uma das mais violentas. O número de mortes após abordagens da Rotam é significativamente maior do que em qualquer outra unidade, sendo maiores também as denúncias de abuso de autoridade, agressão física e tortura.

A ação excessiva da unidade levou o Ministério Público do Estado a investigar a atuação de alguns integrantes da polícia. O MPE constatou que de 2000 a 2006, 14 pessoas foram vítimas de "desaparecimento", após abordagem da Rotam. As investigações resultaram na retirada dessa polícia da rua durante a noite. A medida foi bastante questionada pelos setores mais radicais da sociedade que acreditavam que a decisão deixava a população a mercê das ações dos bandidos.

---

[27] O artigo se intitula Rotam: feita para matar.
cmi-goiania em lists.indymedia.org
http://lists.indymedia.org/mailman/listinfo/cmi-goiania

Muitas narrativas ao discutir o problema da criminalidade e violência urbana acabam não só por relacioná-las a pobreza, como também por enfatizar a necessidade de uma lei mais rigorosa. A lei no Brasil de um modo geral é tida como “paternalista” e “ineficaz”, deixando criminosos impunes e incentivando a escalada da marginalidade. Coloca-se, portanto, nos discursos, a necessidade de revisão e modificação dos códigos jurídicos como forma de conter a escalada da violência e criminalidade.

“- A rua aqui não está muito boa não. Com o parque Vaca Brava aqui próximo, nos finais de semana foi tomado pelos tais de... Eu num sei o nome... Um povo que só veste de preto. Rapazes e moças que vêm da periferia para uso de maconha aqui no bosque. O problema é a aplicação da lei no Brasil. As pessoas aqui descem a rua e voltam porque chegam ali no parque pra fazer sua caminhada e tá cheio desse povo vestido de preto. Esses moços, tem um nome, né!? Eles são das periferias. Antes a lei permitia prender os usuários, agora só prende traficante, pode fumar a vontade. Deram umas batidas aqui e disseram que eram de bairros distantes, Meia Ponte, sei lá onde. Os vizinhos reclamaram, correram com eles. Agora eles voltaram e não pode abordar mais. A lei é só pra isso. Só pra proteger bandido.” (68 anos, morador das proximidades do Parque Vaca Brava)

Loïc Wacquant em *As Prisões da Miséria*, ao examinar a orientação de repressão ao crime cunhou o termo "Estado penal". Segundo o autor, o crescimento do Estado penal é acompanhado da retirada do Estado de bem-estar social. Trata-se, na verdade, de uma forma de velar os efeitos de uma política econômico-social que marginaliza uma parcela significativa da população. O Estado Penal baseia-se no princípio de que a própria violência a ser combatida é parte essencial da formulação da estratégia para combatê-la.

Ao tratar essas questões, o autor, busca desnaturalizar o discurso que relaciona de forma direta e generalizada, a violência urbana, a delinquência e as incivilidades, às áreas pobres e degradadas das cidades, responsáveis por “gerar” os males que assolam a vida citadina. Segundo esse discurso a origem da violência localiza-se no protecionismo das políticas sociais e na tolerância com a prática criminal, principalmente no que diz respeito aos pequenos delitos.

Essa perspectiva parece ser recorrente no discurso dos entrevistados que tendem a criminalizar a pobreza e reivindicar uma aplicação mais severa e rigorosa das leis, bem como, uma ação mais ostensiva da polícia como forma de repressão ao crime e violência crescentes. O medo alimenta o desejo por punição, quanto mais medo e

ansiedade mais insaciável se faz o desejo de ver os “criminosos punidos” e “a justiça cumprindo seu papel”.

Por fim, acreditamos que as representações sobre a ineficiência do sistema de justiça penal em julgar e punir exemplarmente os criminosos contribui significativamente para a procura por estratégias de auto-proteção e por organizações não governamentais de segurança, baseadas na crença de que os indivíduos só podem contar com eles mesmos para assegurar a sua proteção em face dos perigos e ameaças que rondam a vida cotidiana das cidades. Essas representações contribuem ainda com a escalada dos níveis de receio do crime e sentimento de insegurança. Passaremos a discutir essas questões a seguir.

3.5. Ineficácia da Justiça e Endurecimento Penal

"Você não sabe se tem mais medo da polícia ou do bandido"

É interessante observar que ao mesmo tempo em que a ação violenta dos policiais é exigida como forma de conter o crime e violência (conforme verificamos em diversas narrativas) muitas vezes a mesma é também questionada. Na maioria das narrativas dos membros da elite a polícia é tida como ineficaz no plano de manutenção da ordem e combate a criminalidade. Sua imagem é associada à violência, corrupção, e ao favorecimento do desenvolvimento do crime. De modo que a má imagem da polícia está associada tanto a sua arbitrariedade como também a ineficácia demonstrada na resolução dos casos. Nesse contexto em que não é possível saber mais quem é o bandido e quem não é, as ações da polícia demonstram muitas vezes ser ela própria quem pratica a violência e comete crimes, em lugar de combatê-los.

As injustiças e arbitrariedades têm consequências severas para as instituições da ordem. Como a maioria dos abusos cometidos por policiais e outros representantes da lei ficam impunes, não somente a polícia é objeto de medo e desconfiança, como também o poder judiciário é tido como arbitrário e não confiável, perdendo a sua legitimidade.

Se de um lado o medo que os membros das classes populares têm da polícia advêm de experiências diretas de violência policial, ou do conhecimento de casos envolvendo pessoas próximas de seu convívio que sofreram agressão ou foram presos injustamente, sem o respeito a qualquer direito civil, por outro lado, os membros da classe média e alta confirmam suas concepções a partir da experiência indireta, pelas cenas reais que presenciam nas ruas da cidade e também pelas notícias divulgadas na imprensa; os discursos são bem claros quanto a este aspecto:

"- Deveríamos poder ter um policiamento mais confiável, né!? Porque a gente vê no jornal PM envolvido com droga, com isso, com aquilo, e eu acho que é isso que gera realmente a nossa insegurança. Se a gente tivesse uma polícia séria, um programa de combate a violência, as drogas, dai as pessoas envolvidas seriam identificadas e presas. A impunidade vai gerando um conflito interior na gente. A gente vê que a coisa é bem solta, largada. Se tivéssemos instituições confiáveis, um sistema de justiça eficaz, se tivesse retidão de caráter por parte da polícia por certo nós viveremos num país melhor." (Assistente social e empresária, 57 anos, moradora de condomínio fechado)

"- Até na polícia é complicado. O cidadão hoje não sabe se tem mais medo do bandido do que da polícia. Tem muita coisa que a polícia é envolvida e tem muita coisa que ela se isenta de ir resolver. Sem uma lei mais rígida não tem jeito, ninguém tem medo da lei. A impunidade é muito grande. O cara mata e tá em liberdade. Pra quem já tá nessa vida [da prática criminosa], isso é um incentivo. A impunidade ajuda e muito a criminalidade. Tá um festival." (Agente de turismo, 41 anos, moradora de rua fechada no setor Bueno)

"- A gente num sabe quem é bandido.... se o bandido é o bandido, ou é a PM. A gente tem esse medo. Não pode generalizar, mas tá difícil de identificar. A polícia é muito distante da população. A PM tinha que se aproximar da população. A gente vê eles passando em carros, de óculos escuros e arma de fora. É a imagem que você tem da PM. Aquelas abordagens, cenas de violência, prendendo alguém. É a imagem que você tem, você não tem uma outra imagem. Falta transparência. Eles soltam um PM que mata uma criança. A gente não entende. Se tivesse integração, a população ajudaria a polícia. Não existe a menor integração. A polícia começa a se isolar. A gente paga caro por segurança e não a tem." (Empresária, 52 anos, moradora de condomínio fechado)

O descrédito nos órgãos de segurança pública é compartilhado por indivíduos pertencentes a diferentes estratos sociais, sendo que a maioria das pessoas não acredita que as ações desses órgãos sejam eficazes no que tange ao combate da violência e criminalidade urbanas. Contudo, os membros da elite goianiense parecem ser os mais insatisfeitos, 65,0% destes classificam como ineficaz a atuação da segurança pública. Apesar de todas as críticas direcionadas a conduta e competência policial, a grande maioria dos entrevistados (entre 90% e 95%) acredita que maior policiamento pode reduzir o crime nos seus bairros, conforme indicam os dados abaixo:

Tabela 23: Você acredita que a segurança pública tem sido eficaz no controle da violência?

Tipologia dos Bairros	*Concordo*	*Discordo*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	34.5%	65.0%	0.5%	100%
Médio Superior	40.6%	59.4%	0.0%	100%
Médio	48.0%	51.7%	0.3%	100%
Operário	49.5%	50.2%	0.3%	100%
Popular	46.3%	53.3%	0.4%	100%

Tabela 24: Maior policiamento pode reduzir o crime no seu bairro?

Tipologia dos Bairros	*Concordo*	*Discordo*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	94.3%	5.7%	0.0%	100%
Médio Superior	91.0%	9.0%	0.0%	100%
Médio	95.1%	4.9%	0.0%	100%
Operário	95.6%	4.4%	0.0%	100%
Popular	95.3%	3.7%	1.0%	100%

Os discursos tendem a associar a ineficácia e o comprometimento moral e legal da polícia a aspectos estruturais que comprometeriam a boa atuação dos membros dessas corporações. Em geral, considera-se que ela está despreparada para a função. Os maus salários, as más condições materiais para o desempenho da função (carros sucateados, falta de armamento adequado, etc.), a falta de critério na seleção, e o pouco treinamento dos policiais são apontados como os principais problemas.

"- Hoje em dia você não sabe se você tem mais medo do bandido ou do policial. Então, não acredito na polícia. Sabe porque!? eu acho que o policial ganha mal demais, por isso, ele é facilmente corrompível. Qualquer cinquenta reais você suborna um policial hoje. Porque ele ganha mal, se ele ganhasse bem não teria porque ele arriscar um salário bom por um suborno momentâneo ali." (Economista, 38 anos, moradora de condomínio fechado)

"- São estruturas viciadas, são corporativistas [Fala sobre a polícia]. Eles criam meios de não penalizar o mal. Ganham mal, são mal selecionados, treinados. Eu acho absolutamente ineficiente. Eu tenho certeza que a grande maioria da criminalidade, dos problemas que afetam a segurança, os agentes que deveriam estar combatendo estão dentro se beneficiando daquela situação." . (Empresário e funcionário público federal, 54 anos, morador de condomínio fechado)

"- Falta uma polícia preventiva. A polícia age somente quando já tá ocorrendo aquela situação. A polícia aqui é associada à violência. A gente associa a polícia à violência. Isso tem que mudar. Ela tem que ser vista com outros olhos. A nossa polícia num tem estrutura, falta estrutura necessária para ela desempenhar seu trabalho. A estrutura da polícia é muito pouca pra uma cidade do tamanho de Goiânia. Os carros são sucateados, ela não tem aparato, a baixa remuneração, a educação dos policiais. É uma questão estrutural. Deveria ser exigido um aperfeiçoamento, um certo grau de escolaridade, formação. As pessoas são, então, forçadas a tomar as medidas necessárias, já que o Estado num vem até elas. Elas tem que tomar as medidas pra melhorar." (Desembargador, 45 anos, morador de um condomínio fechado).

"- No Brasil comparando com outras culturas estrangeiras, só se toma uma providência depois que algo aconteceu. Deveria haver um projeto preventivo. Por exemplo, ver onde tá a violência e intensificar a ação. Mas, tem outros interesses, né!? Porque eles sabem onde tá a droga, onde tá a violência." (62 anos, moradora do Bueno, proprietária de uma escola de línguas no Marista)

O medo da polícia somado à deslegitimação do poder judiciário, impõem severos obstáculos ao controle da violência e comprometem sobremaneira a democracia, uma vez que os indivíduos tendem a buscar meios privados e muitas vezes ilegais de lidar com o crime e as ameaças. Disso resulta um círculo vicioso que só poderia ter como resultado o aumento da violência[28].

"Tem muita lei que beneficia malandro"

O aumento da violência, o medo, a impunidade, parecem orientar as práticas direcionadas ao controle do crime e ao sistema penal. Exige-se a repressão, o uso da força, medidas mais severas, endurecimento legal, prisão perpétua. O medo da criminalidade urbana passa a justificar a reivindicação de aumento da rigidez e

[28] RABELO e SOUZA (2008) utilizam a idéia de "punição pelos avessos" para discutir o sentimento de impunidade e o seu reverso, a punição extralegal na cidade de Goiânia.

severidade. Surgem assim, demandas crescentes por punição violenta, execuções, “limpeza dos espaços urbanos”.

Teresa Caldeira (2000) buscando compreender as formas de controle do crime no Brasil, afirma que a persistência do uso da violência por policiais depois do processo de redemocratização foi possível, em certa medida, pelo apoio popular, ou seja, haveria por parte da população de todas as classes uma preferência por métodos privados, violentos e ilegais para conter a criminalidade. Para a autora, a persistência de tais métodos estaria relacionada a um padrão cultural difundido que se relaciona com a deslegitimação do sistema judiciário entre a população e que vincula autoridade e ordem com o uso da violência. Assim, argumenta a autora, as excepcionalidades legais, as diferenciações de tratamento, os privilégios, as contradições, a impunidade e a legitimação de arbitrariedades e abusos são inerentes às instituições responsáveis pela manutenção da ordem, ou seja, a violência é a norma institucional da polícia.

> Os parâmetros legais do trabalho policial mudaram frequentemente, tornando instáveis os limites entre o legal e o ilegal, e criando condições para o prosseguimento de uma rotina de abusos que pode ser descrita como o *modus operandi* da polícia. Em toda essa história o elemento sistematicamente ausente é a vontade política das autoridades estatais e dos cidadãos de controlar o comportamento abusivo da polícia. (p.143)

“- Tem que mudar a lei. Essa lei nossa deixa muito a desejar. A pessoa assalta e mata uma pessoa, trabalhador, pai de família e nada. Ou tem uma pena de morte, ou prisão perpétua que seja, ou num sei, viu!? Porque tem gente que num tem jeito. É violento de natureza. Tem que ser mais rígido igual em outros países mesmo. O cara vai tira a vida de um pai de família e logo é solto. O cara sai hoje e amanhã tá roubando de novo. Tem casos, no Rio de Janeiro, por exemplo, eu tava conversando com uns seguranças, que num tá tendo recurso mesmo, os caras matam mesmo. Roubou pega o cara e mata mesmo. Porque num adianta nada. A polícia faz a parte dela e dai uns dias o cara tá na rua de novo.” (Empresário, 43 anos, morador de uma rua fechada no setor Bueno)

“- Aqui em casa a empregada me roubou. Me deu vontade de torcer o pescoço dela. Eu mandei embora e não falei nada. Porque eu tenho que provar, demissão por justa causa é muito complicado. Então, tem muita lei que beneficia o malandro. Então, eu sou a favor da pena de morte e redução da maioridade penal, mas teria que mudar muita coisa aqui em lei, em educação. Senão, só o ladrão de galinha vai morrer.” (Economista, 38 anos, moradora de condomínio fechado)

"- Cada um faz pra si. As pessoas estão começando a fazer justiça com as próprias mãos. O dia que assaltaram a casa do meu filho, os vizinhos ficaram revoltados. Os vizinhos vieram com pau nas mãos e queriam matar o assaltante, dois fugiram. Meu filho disse: Mãe, eu nunca vi tanta violência!" (Aposentada, 55 anos, moradora de um condomínio fechado)

As narrativas ilustram o modo como o aumento da criminalidade, o sentimento de insegurança, somado ao descrédito das instituições responsáveis pelo controle e ordem (o Poder Judiciário, a Polícia) vêm conduzindo a população cada vez mais a iniciativas de cunho individualista e a saídas fragmentadas em detrimento de ações coletivas. Neste cenário, crescem as demandas por maior repressão, a naturalização da ação violenta da polícia, o sentimento de vingança, o desejo da pena de morte, da redução da maioridade penal, em contraposição ao Estado de Direito e a uma série de garantias constitucionais conquistadas. De acordo com Peralva (2000):

> A ineficiência das instituições responsáveis pela ordem pública não só abriu oportunidade para o desenvolvimento do crime, mas favoreceu também a privatização da segurança. Esta assumiu duas formas principais: a de forças profissionais privadas, que agem frequentemente a margem da lei, e fenômenos de justiça ilegal no seio na própria sociedade civil. (p.91)

Muitas das narrativas demonstram um cansaço por parte dos cidadãos em esperar ações dos órgãos competentes e como consequência o apoio a soluções no âmbito privado que incluem até mesmo o extermínio. Esses discursos encontram-se pautados na desumanização do criminoso, na sua "natureza" violenta, em contraposição, ao caráter, dignidade, retidão, do "cidadão de bem", do "pai de família", que se encontra exposto a todo tipo de ação criminosa, sem que nenhuma providência seja tomada. Opõem-se nesses discursos norma e desvio, trabalhadores, "pessoas de bem" e criminosos.

A idéia de que a lei protegeria os criminosos também é recorrente nas narrativas. Aqui é frequente a crítica aos direitos humanos que na visão dos entrevistados "protegeria os bandidos". No entendimento dos mesmos, "bandido deveria ser tratado como bandido", ou seja, como alguém sem direitos legais, um não-cidadão. Neste sentido, qualquer ação ilegítima, ilegal, arbitrária, por parte da polícia ou

de qualquer indivíduo em relação aqueles que praticam crimes é tida como natural e aprovável. Muitos discursos exigem o uso extremo da força física para combater o crime, para conter os grupos sociais "perigosos", invadir áreas consideradas espaços produtores de marginais e criminosos, com ou sem respeito aos direitos civis.

A exigência de maior rigor legal como forma de reduzir a criminalidade é uma demanda compartilhada por membros de diferentes grupos sociais. Entretanto, quando se trata da pena de morte as opiniões tendem a divergir. As elites e camadas médias tendem a discordar da medida, ao passo que esta encontra maior aprovação entre os grupos populares.

Tabela 25: Penas mais rigorosas reduziriam o crime no Brasil?

Tipologia dos Bairros	*Concordo*	*Discordo*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	75.5%	24.0%	0.5%	100%
Médio Superior	74.0%	25.8%	0.2%	100%
Médio	81.3%	18.5%	0.2%	100%
Operário	77.1%	22.2%	0.7%	100%
Popular	79.3%	20.0%	0.7%	100%

Tabela 26: A pena de morte seria uma medida eficaz na redução do crime no Brasil?[29]

Tipologia dos Bairros	*Concordo*	*Discordo*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	33.0%	66.8%	0.2%	100%
Médio Superior	41.6%	57.9%	0.5%	100%
Médio	42.0%	57.5%	0.5%	100%
Operário	48.0%	51.3%	0.7%	100%
Popular	49.5%	50.0%	0.5%	100%

[29] No período de realização da pesquisa (agosto, setembro e outubro de 2007) não houve ocorrência de nenhum evento criminoso de vulto, repercutido pela mídia.

"Pode votar porque não pode prender!?"

"- Acho que poderia baixar pra 16 anos, se você vota aos 16 anos, você pode pagar pelos seus crimes com 16 anos. E abaixo disso o pai deveria ser penalizado pra tentar dar uma educação melhor pro seu filho. Pois, é obrigação dele, ele pois o filho no mundo. Num pode pôr e simplesmente largar. O povo, principalmente os pobres, vai pondo filho no mundo a torto e a direito e depois vira isso" (Economista,38 anos, moradora de condomínio fechado)

"- Minha mulher que é advogada fala que tinha que ter pena de morte, tinha que ter pena de morte. Eu num sei se os nossos juízes teriam peito pra dizer você vai morrer. Eu não sei se ia resolver... Eu acho que deveria ter prisão perpétua, mas todos os presos ficam bonzinhos quando vão presos, né!? Eu acho que... Eu vejo cada dia mais crianças sendo usadas e tendo já atitude de bandido, tá certo!?. Elas tem consciência do que estão fazendo, porque a informação é grande. Em outras países as crianças tem um corretivo sério por conta dessas questões, não simplesmente jogar em cima de uma FEBEM pra ele ficar mais apurado, que é isso que acontece." (Arquiteto Urbanista, 54 anos, morador do setor Marista)

"- O jovem de 16 anos vota, então ele decide sobre o país, o que vai acontecer com o país, quem ele coloca nos postos chave. Então, se ele é apto para votar ele é apto a responder sobre seus atos também. Um jovem de 16 anos tem a mesma mentalidade que um jovem de 18 anos, eles têm toda a informação. Hoje em dia eles usam o menor pra tá num bando, e disparar e tal porque ele num vai preso. Outro dia, um garoto de 13 anos num tava no lugar dos país traficantes numa periferia aqui de Goiânia!? Então, eu sou a favor sim." (62 anos, moradora do Bueno, proprietária de uma escola de línguas no Marista)

"- Só a favor de ir preso sim. Pode votar porque num pode prende!? Isso é até imoral. Pode votar, pode escolher as pessoas que vão tá lá, porque num pode ir preso!? Porque num pode pagar!? Eu sou a favor da prisão perpétua também." (Agente de turismo, 41 anos, moradora de rua fechada no setor Bueno)

Na maioria das narrativas dos membros da elite, os jovens, especialmente os jovens pobres, constituem personagens centrais da violência urbana e principal alvo das medidas repressivas. No caso específico dos adolescentes, a vinculação entre pobreza e criminalidade parece ser ainda mais presente e significativa. Concebidos como indivíduos incompletos, em formação, eles seriam mais suscetíveis aos efeitos do meio social (família, comunidade, a rua).

Quando a questão é violência e criminalidade urbana os discursos acabam quase sempre ressaltando a necessidade de punição rigorosa com relação aos atos

ilícitos praticados por menores. As falas enfocam muito a questão da responsabilidade imputada ao jovem aos 16 anos, uma vez que este é considerado apto a exercer a cidadania através do voto e que, consequentemente, deve ser passível de punição legal caso se envolva na prática criminal. Muitas narrativas enfocam a comodidade da prática delituosa por menores em função do conhecimento da não imputabilidade penal que lhes é garantida por lei.

Como já destacado anteriormente, o medo acrescido de processos de separação e afastamento social produzem além de outros efeitos perversos, preconceitos e estereótipos, reforçando o processo social de criminalização de certos grupos, a maioria pertencentes às camadas populares. De modo que os bairros pobres e as periferias da cidade tendem a ser identificados como territórios marginais e perigosos, de onde advém o crime e onde proliferam os criminosos. Esses espaços, conforme observamos nos discursos apresentados acerca da representação da violência e do crime, são aqueles sobre os quais recaem prioritariamente as demandas dos setores dominantes da sociedade por uma atuação rigorosa e impiedosa da polícia, principalmente com relação aos jovens.

Este cenário que coloca os jovens pobres como protagonistas da violência e criminalidade urbanas parece justificar a reivindicação dos entrevistados por diminuição da maioridade penal, e de outro lado, "legitimar" uma situação alarmante na qual adolescentes e crianças são brutalmente exterminados por policiais nas periferias das grandes cidades brasileiras. Silvia Ramos e Leonarda Musimeci (2005) em pesquisa realizada com policiais militares no Rio de Janeiro verificaram que a seleção do "elemento suspeito" é fortemente orientada pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pobre e negro. Segundo as autoras, eles são os alvos típicos das abordagens e revistas policiais. Medo da população e suspeita da polícia parecem ser as duas faces de uma mesma moeda que têm como fundamento a criminalização da pobreza.

Contudo, não é somente entre os membros da elite que a medida encontra aprovação. A pesquisa quantitativa revelou uma quase unanimidade em relação a redução da maioridade penal, entendida como medida fundamental para redução da violência, não havendo diferenciações significativas para os indivíduos pertencentes a

diferentes grupos sociais, o que pode ser observado tendo como base o resultado do *survey*.

Tabela 27: A redução da maioridade penal é uma medida fundamental para reduzir a violência?

Tipologia dos Bairros	*Concordo*	*Discordo*	*Não Sabe/ Não Responde*	*Total*
Superior	72.8%	27.2%	0.0%	100%
Médio Superior	75.4%	24.6%	0.0%	100%
Médio	80.3%	19.5%	0.2%	100%
Operário	87.8%	11.8%	0.4%	100%
Popular	79.9%	19.9%	0.2%	100%

Os membros das camadas populares (tipos operário e popular) apresentam inclusive, uma porcentagem um pouco maior de aprovação da medida em relação aos segmentos médios e a elite goianiense, sendo que 87,8% e 79,9% destes concordaram com a necessidade da aprovação da lei. Os resultados aqui apresentados se aproximam dos resultados de uma recente pesquisa de opinião pública realizada pelo DataSenado sobre a violência no Brasil[30], onde 87,0% dos pesquisados defendem a redução da maioridade penal.

A tendência de endurecimento penal parece tornar-se evidente no caso dos adolescentes, seja pela defesa da redução da maioridade penal (expressa nos números das pesquisas de opinião), seja pelos constantes ataques ao Estatuto da Criança e adolescente, visto como mais uma lei para "defender bandidos", "aprendizes de marginal". Ganha espaço na mídia e entre a população de um modo geral a representação de uma juventude sem limites, irrecuperável, perigosa e que, portanto, deve sofrer uma punição exemplar.

"- Hoje aos 16 anos não pode trabalhar. Pra fazer besteira pode, mas não pode trabalhar. Tem muita lei até pra proteger demais. Se não comprova que está na escola, vai trabalhar. Agora, fica esse povo aí... é lei que não pode prender, não pode trabalhar, tudo pra beneficiar o malandro. Porque inclusive hoje o menor é testa de ferro pro malandro. Tem que

[30] A pesquisa entrevistou 1068 pessoas com idade igual ou maior de 16 anos em 130 municípios localizados em 27 Estados brasileiros, nos meses de março e abril de 2007. As entrevistas foram realizadas por telefone.

responder sim. Responde! Vai preso com nove anos, dez anos, ou então, não vai preso agora e quando fizer 18 anos vai. Isso é preciso pra servir de exemplo pra sociedade. A sociedade precisa de exemplo, senão você não respeita, né!? " (68 anos, morador do Setor Bueno).

Em contraposição a idéia de proteção e recuperação dessas crianças e adolescentes, sobrepõe-se as exigências de punições penais. A exigência de rigor penal e as punições são tidas por muitos entrevistados como uma forma de "exemplo" para a sociedade, uma forma de demonstrar que "as coisas não correm soltas". Essa visão pungente na sociedade atual não abandona a correlação pobreza e criminalidade, sendo o jovem pobre apontado como um dos protagonistas principais da maioria das cenas de violência e criminalidade encenadas nas cidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

Nas grandes cidades o medo da violência e criminalidade aparece cada vez mais como um valor estruturante do espaço urbano e das práticas e vivências de seus habitantes. Neste cenário de insegurança crescente evidencia-se o agravamento da segregação socioespacial, produzindo efeitos sociais, culturais e espaciais de grandes proporções, tais como a adoção, cada vez maior de medidas de segurança nos domicílios, no modo de vida e nas relações interpessoais, marcadas pela desconfiança e pela suspeita. De modo que, os indivíduos ponderam ações, gestos, trajetos e horários. Ficam atentos principalmente durante os deslocamentos noturnos ou mesmo evitam sair neste período, contratam seguros, mudam-se para condomínios fechados ou apartamentos, transformam suas residências em "fortalezas medievais".

O presente trabalho evidenciou que um medo generalizado marca a vivência dos habitantes de Goiânia, embora seja matizado pela posição que estes ocupam na estrutura social, local de moradia, maior ou menor exposição aos riscos de vitimização, etc. Também constatou que as experiências de afastamento do espaço público e "encarceramento" são expressas de maneiras distintas pelos habitantes da cidade. Assim, se por um lado as elites enclausuradas em condomínios exclusivos não exprimem nenhum desejo de uma vivência mais aberta, associando a vida atrás dos muros à liberdade e qualidade de vida, por outro lado, muitos moradores de prédios e casas particulares nos bairros "abertos" da capital vêem os muros, as grades e os sistemas de segurança como formas de aprisionamento.

Os condomínios fechados são opções amplamente defendidas pela elite goianiense. A preocupação com a segurança é apontada como a principal motivação para a escolha desse tipo de moradia. Os "muros" são percebidos como uma condição necessária à vida na metrópole contemporânea, uma espécie de ilha de segurança capaz de manter afastados os perigos do lado de fora dos portões.

A produção de espaços exclusivos atrela-se a uma tendência de perda funcional dos espaços públicos. Isso sem dúvida, fomenta uma cultura da auto-segregação,

informando práticas distintas de habitar e morar na cidade. O movimento da classe média e alta goiana, para as bordas da cidade, constitui-se muito mais do que um simples deslocamento espacial, à medida que condiciona valores como enclausuramento, isolamento, descompromisso com a totalidade da cidade, negação da vida pública e aberta.

Não obstante, o condomínio fechado se coloca como um contraponto à cidade plural, desigual e perigosa, reforçando a idéia simbólica de dois mundos independentes, completamente diferentes, intra e extramuros. Todavia, a opção por esse estilo de morar revela uma contradição entre pertencer e não pertencer à cidade. Se de um lado, os moradores desses espaços desejam distanciamento da cidade plural, desigual e perigosa, por outro, eles prezam o usufruto de uma série de benefícios urbanos, o que aponta para seu uso seletivo e despreocupado.

Embora o condomínio fechado seja a expressão mais emblemática dessa nova cultura do fechamento e enclausuramento, não deixam de ser observadas outras estratégias que também se apóiam no desejo de isolamento e distanciamento como formas de garantir uma suposta proteção contra ameaças externas. Neste contexto, ganham relevância a crescente privatização de espaços públicos (ruas, parques, praças), a disseminação de aparatos sofisticados de vigilância nas residências e condomínios. Goiânia é hoje uma cidade marcada por muros.

Na esteira do medo e da insegurança, os espaços públicos são abandonados e muitas vezes, privatizados. O fechamento de ruas públicas e uma série de medidas empreendidas pelos moradores, aparecem nos discursos desses últimos como medidas necessárias e que não devem ser questionadas pelos órgãos públicos, já que eles não garantem a segurança dos cidadãos. A percepção de que a segurança é uma tarefa individual e privada sinaliza uma tendência dos discursos. O descrédito nas instituições responsáveis pelo controle e ordem pública leva os cidadãos amedrontados e desamparados a buscar e legitimar qualquer meio capaz de abrandar seus anseios e preocupações.

Por outro lado, a atual configuração espacial da cidade e a ansiedade crescente contribuem sobremaneira com a produção de discursos caricaturais acerca do crime e dos criminosos, os últimos são associados de forma generalizada aos habitantes dos

bairros pobres da cidade. Quanto a estes, eles buscam afastar-se da imagem negativa que lhes é imputada, incriminando indivíduos em uma situação social semelhante, o que enfraquece os laços de solidariedade e as possibilidades de mobilização desse grupo.

A resposta a esse contexto de vulnerabilidade e insegurança tem sido a defesa de medidas duras, onde se discute, inclusive, a implantação da redução da maioridade penal e da pena de morte. A desestruturação das forças coercitivas (a Justiça e a Polícia) é relatada como um ponto fundamental para explicar a crescente ação dos criminosos. Em contrapartida, exige-se instituições que punam com rigor e uma polícia que prenda bandidos, que atue com vigor mesmo que isso contrarie garantias constitucionais e direitos civis. Além disso, o desejo de uma polícia mais dura e repressiva parece legitimar e naturalizar a ação policial violenta nas áreas pobres da cidade, suposto *locus* de toda violência e barbárie que afligem os indivíduos.

Diante dessas considerações, torna-se evidente os efeitos desestruturadores da violência e do medo que ela provoca, ao disseminarem normas e valores que impedem a sociabilidade coletiva, gerando contextos de revolta, ódio social, desejo de vingança, retaliação e segregação. Cria-se um círculo vicioso onde o medo justifica o enclausuramento e este reforça, reproduz, alimenta o medo. Ele engendra medidas cada vez mais situadas no âmbito individual enquanto as soluções coletivas vão sendo cotidianamente enfraquecidas. Trata-se na verdade de soluções escapistas que se por um lado, apóiam-se na promessa de resolver os problemas de segurança dos cidadãos, especialmente aqueles que podem pagar, por outro, deixam intactas as causas da violência e do medo exacerbado. Tudo isso contribui a longo prazo, senão, para a deterioração da vida social, para o esfacelamento do contato entre os diferentes, aumentando o preconceito e a intolerância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____.*Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio d'Água, 2006.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.

_____. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999b.

BERNARDES, Genilda D. *Goiânia, cidade planejada/cidade vivida: discurso e cultura da modernidade.* Tese de doutorado em Sociologia. Brasília: Departamento de Sociologia da UNB, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.) *A miséria do mundo*, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Espaço social e espaço simbólico. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, p.46-81, 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHAVES, Elza G. *De invasor a posseiro: estado- igreja e a luta pela terra urbana*. Dissertação de mestrado em Sociologia. João Pessoa/PB: Departamento de Ciências Sociais da UFPB, 1985.

COULON, Alain. *A escola de chicago*. Campinas/SP: Papirus, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1v, 1994.

_____. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2v, 1993.

FERREIRA, Eduardo Viegas, "Violência e insegurança urbana: um fenómeno em crescimento ou em transformação?", *Cidade - comunidades e territórios*, v.7, p. 37-58, 2003.

FRY, Klaus, DUARTE, Fábio. Auto-segregação e a gestão das cidades. *Ciências Sociais em perspectiva* (5) 9, p. 109-119, 2006.

GARLAND, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GOMES, Paulo César da Costa. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. Rio de Janeiro: *Cidades*, v.2, n.4, p. 249-265, 2005.

GOMES RIBEIRO, Marcelo. *Intervenções pública e privada no espaço urbano de Goiânia.* Dissertação de mestrado em Sociologia. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais da UFG, 2007.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1997.

HARVEY, David. A compressão tempo-espaço e a condição pós-moderna. In: *Condição pós-moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KAHN, Túlio. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação nas Metrópoles: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e mudança Social*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. Sociabilidade violenta: Uma dificuldade a mais para a ação Coletiva nas Favelas. In: ___. *Rio a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004a.

_____. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil Urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.19, n.1, p.53-84, jan/jun. 2004b.

MARIANO, Nilva Lopes; SANTOS, Marta Lúcia; PIRES, Mauro; PINTO, Carmen. O processo de urbanização de Goiânia nos anos 80. *In: Goiânia anos 80: um estudo etnográfico e das relações sociais de bairros periféricos.* Goiânia, 1991.

MENNELL, Stephen. O reverso da moeda: os processos de descivilização. In: LACROIX, Bernard & GARRIGOU, Alain (Orgs). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.163-182.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

_____. *Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação*, 2003. Disponível no site: http://www.segurancacidada.org.br/texto/k6cscrime.pdf.

MOURA, Cristina Patriota de. A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo. *Série Antropologia*, Brasília, v.407, 2006.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

NUNES, Ana Lúcia, Dourado, Maira. *Rotam: feita para matar*, 2007. Disponível no site: http://www. lists.indymedia.org/pipermail/cmi-goiania/2007-April/0412-u1.html.

OLIVEIRA, Francisco de. *Capitalismo e marginalidade na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PASTANA, Débora Regina. *Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil*. São Paulo: Editora Método, 2003.

PASTORE, Everaldo A. *Renda fundiária e parcelamento do solo: Goiânia (1933-1983)*. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano. Brasília: Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UNB, 1984.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RABELO, Francisco C. E e SOUZA, Dalva Borges de. *Violência urbana e punição – representação de agentes envolvidos no "combate" à violência*. Paper apresentado no Crime, violência e punição do 32º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: 2008.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.22, n.3, p.525-544, 2007.

_____. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROCHÉ, Sebastian. *Insécurité et libertes*, Paris, Seuil, 1994.
_____. *Le Sentiment d'insécurité*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano. Com Ciência - *Revista Eletrônica de Jornalismo Cientifico* (http://www.comciencia.br), SBPC/Labjor, nº 29, março de 2002.

SILVA, Rosana Fernandes da. *Condomínios residências fechados em Goiânia: Um caso Privê Atlântico*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais da UFG, 2003.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: FILHO, Evaristo de Morais (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 11-25, 1979.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

SOARES JÚNIOR, Ademar Azevedo. *Condomínios horizontais fechados e a configuração de um novo espaço intrametropolitano de Goiânia*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais da UFG, 2005.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. A obsessão securitária e a cultura do controle. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, 20, p. 161-165, junho de 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A cidade dentro da cidade: Uma *edge city* em São José do Rio Preto. *Scripta Nova*: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. VII, n. 116(045), agosto 2003. Disponível no site: www.ub.es/geocrit/sn - sn 146(045). htm

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 10-23.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: FASE, 2001a.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001b.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social* Revista de Sociologia da USP 9(1), São Paulo, USP, p.5-41, maio de 1997.

ANEXOS

Anexo 1: Relação de Ocupações das Categorias Sócio-Ocupacionais (CATs)

Ocupações agrícolas (categoria 10)

Algumas ocupações fazem parte da classificação agrícola, sem a necessidade de nenhum filtro. As ocupações indicam esse tipo de atividade.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
1	AGRICULTOR
2	CRIADOR-GADO-BOV
3	CRIADOR-PEQ-ANIMAIS
4	CRIADOR-OUT-ANIMAIS
5	PROPRIET-AGROPEC.
6	EMPRES-EXT-VEG-PESCA
301	PROD-AGROPEC-AUT.
303	OPER-MAQUINAS-AGR.
304	OUTROS-AGROPECUAR
305	TRAB.AQUICULTURA
321	CACADORES
322	PESCADORES
331	MADEIREIRO
332	LENHADOR
333	CARVOEIRO-FABRIC.
334	SERINGUEIRO
335	ERVATEIRO
336	APANHA-QUEB-DESC-VEGETAL

Compõe também essa classe os trabalhadores braçais, desde que estivessem, ao mesmo tempo, respondido que sua atividade (RAMO DE ATIVIDADE) era desenvolvida na agricultura.

Grandes empregadores (Categoria 21)

Vão compor essa classe os ocupados que indicaram posição na ocupação como empregador e, também, informaram que o número de empregados no estabelecimento era 10 ou mais.

Na programação original das categorias em para o Censo de 1991 essa classe era composta por uma outra lógica. Além do filtro da posição na ocupação, mediavam a

composição desse grupo a renda (20 ou mais salários mínimos) e um grupo de ocupações. Quer dizer, esse grupo selecionado de ocupações era mais um limitador das categorias de empregadores, grandes ou pequenos. Esse mesmo conjunto de ocupações fazia parte dos grandes empregadores quando a renda era superior a 20 salários mínimos e dos pequenos empregadores se a renda for até 20 salários.

Dirigentes do setor público (Categoria 22)

Essa classe é composta por uma ocupação específica.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
20	MIN-GOV-PREF-DEP

Além dessa ocupação, também fazem parte dessa categoria as cocupações:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
861	OFC/FORCAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-F/ARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

As três ocupações acima compõem a categoria 22 desde que os filtros de escolaridade e renda sejam observados, quer dizer, nível superior e renda igual ou superior a 20 salários mínimos.

Para completar a categoria dos dirigentes do setor público resta a ocupação abaixo, que é classificada na CAT 22 desde que a renda seja igual ou superior a 20 salários mínimos.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
21	DIRETOR-ASSESOR-PUBLICO

Dirigentes do setor privado (Categoria 23)

A classe dos dirigentes do setor privado é muito prejudicada com a estratégia de classificação das ocupações do Censo de 1991 com a lógica utilizada no Censo de 2000.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
7	EMPRES-EXT-MINERAL
8	EMPRES-INDÚSTRIA
9	EMPRES-CONSTR-CIVIL
10	COMERCIANTE
11	HOTELEIRO
12	EMPRES-TRANSPORTE
15	DONO-EMPRESARIO

Isto porque as ocupações que compõem essa categoria em 2000 não encontram correspondência direta com as ocupações de 1991.

Os dirigentes do setor privado ganham corpo com os ocupados na administração privada que receba mais de 20 salários mínimos e têm escolaridade superior.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
30	ADMIN-AGROPECUARIA
31	ADMIN-VEG-PESCA
32	ADMIN-EXT-MINERAL
33	ADMIN-INDUST-TRANSFORM.
34	ADMIN-CONTR-CIVIL
35	ADMIN-COMERCIO
36	ADMIN-HOTEL
37	ADMIN-TRANSPORTE
38	ADMIN-FIN-IMOB-SECUR.
39	OUTROS-ADMINISTR.

Pequenos empregadores (Categoria 31)

Os empregadores em estabelecimentos com mais de 10 empregados foram classificados como “Grandes empregadores”. A categoria 31, os “Pequenos empregadores” são todos os empregadores em estabelecimentos com menos de 10 empregados.

Ocupações artísticas e similares (Categoria 32)

A categoria 32 é formada por dois blocos de ocupações. Em um primeiro caso três ocupações compõem a classe combinadas com o filtro de posição na ocupação igual à conta-própria.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
561	BORDADEIRA-CERZ.
274	FOTOGRAFO
474	VIDREIR-AMPOLEIRO

O conjunto de ocupações que segue forma a classe sem a necessidade de nenhum outro tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
251	SACERDOTE
252	RELIG.CONT/PROPRIA
261	ESCRIT-JORNALISTA
273	DECORAD-CENOGRAFO
275	MUSICO-COMPOSITOR
276	ARTISTA
277	ARTISTA-CIRCO
278	LOCUTOR-COMENT.
279	PROD-DIRET-ESP.
280	CINEGR-OPER-CAME
475	CHAPALEIRO-PALHA
477	SAPATEIRO
479	BOLSEIRO-CINTEIRO
562	CERAMISTA-LOUCEIRO
572	OURIVES-RELOJ.
573	LAPIDADOR
831	JOGADOR-FUTEBOL
832	LUTADOR-E-OUTROS-PROF.

Profissionais autônomos de nível superior (Categoria 41)

O conjunto de ocupações que segue tem como característica a necessidade de nível superior de escolaridade para exercício. Dessa forma a distinção que ocorre entre os profissionais de nível superior fica por conta da posição na ocupação.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
101	ENGENHEIRO
102	ARQUITETO
103	AGRIMENSOR
104	CARTOGRAFO
121	QUIMICO
122	FARMACEUTICO
123	FISICO
124	GEOLOGO-MINERAL.
125	OUTRAS-QUIM-FISICA
141	AGRONOMO
142	BIOLOGISTA
143	FARMACOLOGISTA
144	VETERINARIO
151	MEDICO
152	DENTISTA
153	ENFERMEIRO-DIPLO
154	OUTRAS-MEDICINA
171	MATEMATIC-ATUARIO
172	ESTATISTICO

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
173	ANALISTA-SISTEMAS
181	ECONOMISTA
182	CONTADOR
201	SOCIOL-ANTROP-ARQ.
202	PSICOLOGO
203	GEOGRAFO-DEMOGRAFO
204	ASSISTENTE-SOCIAL
205	OUTROS-CIENT-SOC.
221	ORIENT-ENSINO
231	MAGISTRADO
232	PROC-PROM-CUR-PUB.
233	ADVOG-DEFENS-PUBL.
271	ESCULTOR-PINTOR
272	ARTESAO
291	BIBLIOTECARIO
292	ARQUIV-MUSEOLOGO
711	AVIADOR-CIVIL
864	DELEG-COMIS-POLICIA

Essa classe é formada pelas ocupações a seguir com filtro de posição na ocupação do tipo conta-própria.

Profissionais empregados de nível superior (Categoria 42)

A categoria 42 é formada pelo mesmo conjunto de ocupações da classe 41 diferindo, no entanto o filtro de posição na ocupação. Aqui se enquadram os parceiros-empregados e empregados no setor privado.

Profissionais estatutários de nível superior (Categoria 43)

Mesmo conjunto de ocupações da categoria 41, com o filtro de posição na ocupação igual a empregados do setor público e estatutários.

Nessa classe também encontramos outras ocupações que, para serem classificadas como profissionais estatutários de nível superior devem obedecer aos

filtros de escolaridade e renda. Quer dizer, nível superior de escolaridade e renda maior que 20 salários mínimos.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
861	OFC/FORCAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-F/ARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

Professores de nível superior (Categoria 44)

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
211	PROFESSOR-PESQUIS.
212	PROF-ENSINO-SUPER.
213	PROF-SEGUNDO-GRAU
214	PROF-QUINTA/OITAVA

Como, em função da legislação vigente, os professores descritos acima precisam, necessariamente, de diploma universitário para o exercício da profissão não há filtros a serem feitos.

No entanto um outro conjunto de professores pode exercer a atividade docente sem a necessidade de curso superior. Nesse caso as ocupações listadas só compõem essa categoria com a observação do filtro da escolaridade. Os tipos de professores abaixo só fazem parte dos Professores de nível superior quando sua escolaridade for compatível com a classe.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
215	PROF-PRIM/QUARTA
216	PROF-PRIM.GR-S/ESPECIF.
217	PROF-PRE-ESCOLAR
218	PROF-FORM-PROFIS.
219	PROF-ENSINO-N/ESPECIF.

Ocupações de escritório (Categoria 51)

Nessa classe são integradas as ocupações listadas abaixo, sem qualquer tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
52	ASSIST-ADMINISTRATIVO
53	CAIXAS-PAGADORES
54	ALMOXARIFE-ARMAZENISTA
55	EXPEDIDOR-CONFERENTE
56	DATILOGRAFOS
57	OPERADOR-TELEIMPRES.
58	OPERADOR-CPD
59	SECRETARIA
60	AUX-CONTABILIDADE
61	OPERADOR-COPIADORAS
62	ARQUIVISTA
63	RECEPCIONISTA
64	AUX-ADMINISTRATIVO
774	TELEFONISTA
845	CONTINUO

Ocupações de supervisão (Categoria 52)

Essa categoria é formada majoritariamente pelas ocupações listadas no quadro, sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
40	CHEFE-SECAO-ADMINISTRAT.
401	MESTRE-TEC-EXT-MIN
402	MESTRE-CONT-TEC-IND.TRAN.
403	MESTRE-CONT-TEC-IND.TEXT.
404	MESTRE-CONSTR-CIVIL
811	DONO-HOTEL/C.PROPRIA

Compõem também a categoria dos supervisores os administradores que não tenham curso superior completo ou com renda inferior a 20 salários mínimos. O quadro de ocupações que se articulam com essas condições segue:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
30	ADMIN-AGROPECUARIA
31	ADMIN-VEG-PESCA
32	ADMIN-EXT-MINERAL
33	ADMIN-INDUST-TRANSFORM.
34	ADMIN-CONTR-CIVIL
35	ADMIN-COMERCIO
36	ADMIN-HOTEL
37	ADMIN-TRANSPORTE
38	ADMIN-FIN-IMOB-SECUR.
39	OUTROS-ADMINISTR.

Além das ocupações acima essa classe também é formada por mais uma ocupação. No entanto para esses diretores-assessores temos o filtro de renda (menor que 20 salários mínimos) para sua validação nessa categoria.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
21	DIRETOR-ASSESOR-PUBLICO

Ocupações técnicas (Categoria 53)

Algumas ocupações compõem essa categoria sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
51	INSPETOR-TRABALHO
111	DESENHISTA
112	TEC-EDIFICACOES
113	OUT-AUXIL-ENGEN-ARQ.
131	TECNICO-QUIMICO
133	TEC-METEOROLOGIA
183	TEC-ADMINISTRATIVO
191	TEC-CONTABILIDADE
192	TEC-ESTATISTICA
193	RECENSEADOR
194	PROGRAM-COMPUTADOR
281	OPER-SOM-CENOGRA
282	OUTR-OPER-RAD-TV
283	OPER-PROJET-CINEMA
293	OUTRAS-TECNICAS
302	TECNICO-AGROPEC.
405	MESTRE-TEC-ELET-GAS-AGUA-ESG.
406	OUT-MESTRES-CONT-TEC
503	REPAR-EQ-ELE-ELETR

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
504	MONTA-RADIO-TV
571	INSPETOR-QUALID
588	SUPER-SEGUR-TRAB.
631	PRACISTA-VIAJ-COMERC.
632	REPRESEN-COMERCIAL
633	PROPAGANDISTA
641	CORRETOR-SEGUROS
642	CORRETOR-IMOVEIS
643	CORRETOR-TIT-VALORES
644	AVALIADOR-LEILOEIRO
645	OUTROS-AG-CORRETORES
646	COMPRADOR
741	AGENTE-ESTR-FERRO
742	CONDUTOR-CHF-TREM
761	INSPETOR-DESPAC-TRANSP.
773	TELEGRAF-RADIOTELEG.
833	JUIZ-ESPORTE
834	TECNICO-ESPORTE
918	INSPETOR-FISCAL

Além dessas ocupações acima outras ainda podem compor essa categoria. A lista que segue compõe essa classe desde que combinado com o filtro de posição na ocupação.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
505	REPAR-RADIO-TV
506	ELETRIC-INSTAL.
507	INST-EQ-TELECOMUNICAÇãO
508	INST-REP-LINHA-TELECOM.

Essas ocupações entram na categoria 53 quando a posição na ocupação for igual a empregados (em geral).

Ocupações médias da saúde e educação (Categoria 54)

A lista de ocupações abaixo compõe a classe sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
132	PRATICO-FARMACIA
161	ACADEMICO-HOSPITAL
162	ENFERMEIRO-N.DIPLOM.
163	TECNICO REABILITAÇÃO
164	ORTOPTISTA-OTICO
165	INTRUM-MED-ODONT
166	PARTEIRA
167	PROTETICO
168	TEC-ANALISE-CLIN
222	INSPETOR-ALUNO

Outras ocupações também podem fazer parte dessa categoria. Trata-se de professores sem nível superior, portanto não entram na categorias 44.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
215	PROF-PRIM/QUARTA
216	PROF-PRIM.GR-S/ESPECIF.
217	PROF-PRE-ESCOLAR
218	PROF-FORM-PROFIS.
219	PROF-ENSINO-N/ESPECIF.

Ocupações de segurança pública, justiça e correios (Categoria 55)

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
50	TEC-FISCAL-TRIBUT-ARREC
241	TABELIAO-OFIC-REG.
242	ESCRIVAO
243	OFICIAL-JUSTICA
244	OUTRAS-JUSTICA
771	AGTE-POSTAL-TELEGRAFICO
772	POSTALISTA
775	CARTEIRO
865	INVESTIG-POLICIA
866	GUARD/INSP-CIVIL
867	CARCER/GUARD-PRES
868	DATILOSCOPISTA

A listagem acima conta com ocupações que entram na categoria sem nenhum tipo de filtro. E, os militares descritos abaixo vão se integrar nessa categoria desde que não tenham ensino superior.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
861	OFC/FORCAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-F/ARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

Trabalhadores do comércio (Categoria 61)

A categoria é composta pelas seguintes ocupações.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
14	DONO-FEIRANTE
533	MAGAREFE
601	COMERCIANT-C/PROPRIA
602	VENDEDOR
603	OPERADOR-CAIXA
604	REPOSITOR-MERCADORIA
605	DEMONSTRADOR
611	FEIRANTE
621	VEND-JORNAL-REVISTA
852	OUTROS-C/PROPRIA
912	BILHETEIRO-DIVERSOES

Prestadores de serviços especializados (Categoria 62)

A classe dos prestadores de serviços especializados é composta pelas ocupações da listagem que segue, sem a interferência de nenhum tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
431	LANTERNEIRO-AUTO
563	PINTOR-CERAMICO
712	COMISSARIO-BORDO
726	TAIFEIRO
752	TROCADOR
812	CAMAREIRO EXC.DOMEST.
813	COZINHEI.EXC.DOMEST.
814	GARCON
815	ATEND-BAR-LANCHONETE
817	MAITRE/HOTEL
818	MAITRE/RESTAURANTE
821	CABELEREIRO
822	BARBEIRO
823	MAQUIL-DEPIL-ESTETICISTA
824	MANICURO-PEDICURO
825	LAVADEIRA-PASSADEIRA
869	GUARD/VIGIA-PARTIC
913	BOMBEIRO-N/CORP-BOM
926	BABA EXC/SERV.DOMÉSTICO

Além dessas ocupações também faz parte dessa categoria um segundo conjunto de ocupações, desde a atividade em que se inserem seja um dos ramos selecionados.

Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos / art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis
Ambulante
Pequeno comércio
Supermercados
Loja de departamento
Comércio de varejo
Hospedagem
Restaurantes
Assistência técnica – aparelhos
Assistência técnica – veículos
Reparação de móveis bombeiros
Consertos especializados
Serviços pessoais
Alfaiataria
Aluguel de roupas (outros ser. Pess. Mal defini.)
Lavanderia
Serviços residenciais
Serviços de segurança

As ocupações que devem se combinar com os ramos de atividade acima são:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
731	GUINDASTEIRO
751	MOTORISTA
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Ainda, outras ocupações podem fazer parte dessa categoria. Desde que sejam ocupados por conta-própria as ocupações abaixo compõem a categoria.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
505	REPAR-RADIO-TV
506	ELETRIC-INSTAL.
507	INST-EQ-TELECOMUNICAÇÃO
508	INST-REP-LINHA-TELECOM.

Como conclusão dessa categoria os fotógrafos que são empregados (em gera).

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
274	FOTÓGRAFO

Prestadores de serviço não especializados (Categoria 63)

Os prestadores de serviços não especializados se organizam em três grupos de ocupação.

Um primeiro grupo que compõe a classe não ganha nenhum tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
574	BORRACHEIRO
841	PORTEIRO
842	ASCENSORISTA
843	VIGIA
844	SERVENTE
919	JARDINEIRO-N/LAVOURA
920	LIXEIRO

Outro grupo de ocupações entra na categoria 63 desde que o ramo de atividade seja na prestação de serviços

Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos / art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis
Ambulante
Pequeno comércio
Supermercados
Loja de departamento
Comércio de varejo
Hospedagem
Restaurantes
Assistência técnica – aparelhos
Assistência técnica – veículos
Reparação de móveis bombeiros
Consertos especializados
Serviços pessoais
Alfaiataria
Aluguel de roupas (outros ser. Pess. Mal defini.)
Lavanderia
Serviços residenciais
Serviços de segurança

As ocupações aqui são:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ

Como último grupo de ocupações que fazem parte dessa classe temos:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
826	ENGRAXATE
915	DEDETIZADOR
916	GUARDADOR-AUTOMOVEIS
924	TRAB-BRACAL-SEM-ESPECIF.
925	TRAB-CONSERV-RODOVIAS

Essas ocupações compõem a categoria dos prestadores de serviço não especializados quando a posição na ocupação for empregado (em geral).

Trabalhadores da indústria moderna (Categoria 71)

A classe dos trabalhadores da indústria moderna se compõe em dois grupos de ocupações. Diferentemente da lógica de classificação original da categorização de 1991, em 2000, as ocupações foram divididas entre os tipos de indústria. Decorre daí

que a listagem de ocupações que segue entra na classe de trabalhadores da indústria moderna sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
411	FORNEIRO-METALUR
412	LAMINADOR
413	TREFILADOR
414	MODELAD-MACHEIRO
415	GALVANIZ-REC-METAIS
416	AFIADOR-AMOLADOR
417	POLID-ESMERILHADOR
418	FERRAMENTEIRO
419	ESTAMPADOR-MECANICO
420	OPER-PRENSA-MEC-METAIS
421	FRESADOR-FURADOR
422	TORNEIRO-MECANICO
423	AJUST-MONTAD-MEC.
424	MECAN-VEIC-AUTOM.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
425	MECAN-SEM-ESPEC.
426	SOLDADOR
427	REBIT-MONT-EST-METAL.
428	CALDEIREIRO
429	FERREIRO-SERRAL.
430	FUNILEIRO
501	MONT-EQUIP-ELE
502	MONT-EQ-EL-N/RD-TV
517	ENCANADOR
575	VULCANIZADOR-REC.
576	FOGUETEIRO
581	PINTOR-PISTOLA
586	ARTEF-BOR-PLAS-N/PNEU
587	ARTEF-CIMENTO-FIBROCIMENTO
921	LUBRIFICADOR

Um outro grupo de ocupações também entra na classe 71, mas depende para isso de estarem também nos seguintes setores de atividade.

Indústria metais
Equipamentos mecânicos
Equipamentos elétricos
Acessório veículos
Papel e papelão
Acessórios borracha
Insumos químicos
Derivados petróleo
Plásticos e fibras
Indústria farmacêutica
Perfumaria
Indústria do fumo
Indústria gráfica
Petróleo

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Trabalhadores da indústria tradicional (Categoria 72)

A classe dos trabalhadores da indústria tradicional é organizada em três grupos de ocupações. Um grande grupo de ocupações faz parte da categoria 72, os trabalhadores da indústria tradicional, sem o cruzamento com nenhum tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
341	MINEIROS
345	CANTEIRO-MARROEIRO
351	OPER-MAQ-EXTR-BENEF-MINERIO
361	EXTRAC-PETROL-GAS
371	GARIMPEIRO
381	SALINEIRO
391	SONDAD-POCO-N/PETR-GAS
441	CARDADOR-PENTEADOR
442	MACAROQ-BOBIN-ESPULADOR
443	FILANDEIRO
444	RENDEIRO
445	URDIDOR-REMETED
446	CORDOEIRO
447	TECELAO
448	TAPECEIRO
449	REDEIRO
450	ALVEJAD-TINT-TEXTIL
451	ESTAMPADOR-TEXTIL
452	ACABADOR-PANO
461	CORREEIRO-SELEIRO
462	CURTIDOR

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
470	ALFAIATE-COSTUR
471	AUXILIAR-COSTURA
472	CALCEIRO-CAMISEIRO
473	MODELISTA-CORT.
476	CHAPELEIRO-N/PALHA
478	TRABAL-FABR-CALC
484	OPER-MAQ-MARCEN.
485	SERRADOR
486	PREPARA-COMP-AGLO.
487	ESTOFADOR-CAPOTEIRO
488	COLCHOEIRO
489	LUSTRADOR-MADEIRA
490	CESTEIRO-ESTEIR.
531	LINGUICEIRO-SALSICHEIRO
532	CHARQUEADOR
534	OCUP-INDUST-LAT.
535	DOCEIRO-CONFEIT.
536	MACARRONEIRO-PASTELEIRO
537	PADEIRO
538	FARINHEIRO-MOLEIRO
539	OCUP-IND-ACUCAR

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
540	OCUP-IND-BEBIDAS
541	OCUP-IND-CAFE
542	OCUP-IND-PESCADO
543	OCUP-IND-CHA-MATE-CACAU
544	OCUP-IND-OLEAGINOSOS
545	OCUP-OUT-IND-ALIMENT.
551	LINOTIPISTA
552	TIPOGRAFO
553	CLICHERISTA-GRAVADOR
554	IMPRESSOR
555	REVISOR-GRAFICA
556	ENCADERN-CARTONADOR
557	OUTR-OCUP-GRAFICA
577	VASSOUREIRO
578	MARMORISTA
579	PREPARADOR-FUMO
580	CHARUTEIRO-CIGAR.
585	OCUP-IND-PAPEL(AO)
589	OUTR-OCUP-IND-TRANSF.

Um outro grupo de ocupações compõe a classe dos trabalhadores na indústria moderna quando existe um cruzamento com os seguintes setores de atividade:

Indústria de transformação
Indústria de madeiras
Fabricação de móveis
Couro
Produtos plásticos
Produtos de fibra
Indústria vestuário
Indústria calçados
Indústria Indústria de bebidas
Indústria de construção (out. ind. Tran. Mal def.)
Carvão mineral
Alimentos
Pedras
Águas e sal
Pedras preciosas
Minerais radioativos
Minérios
Metais – extração e beneficiamento
Mineração não especificada
Vime
Rendas e rede

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Para finalizar essa classe resta apenas incluir as Bordadeiras-cerzideiras, quando sua posição na ocupação é de empregado. Essa ocupação seria própria da indústria têxtil.

Operários dos serviços auxiliares (Categoria 73)

As ocupações abaixo fazem parte dos operários dos serviços auxiliares.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
509	OPER-INT-ENEN-ELET
583	FOGUIST-N/EMB-TREM
721	OFC-MARINHA-MERCANTE
722	MESTRE-EMBARCACAO
723	MAQUIN-EMBARCACAO
724	FOGUISTA-EMBARCACAO
725	MARINHEIRO-CIVIL
727	BARQUEIRO-CANOEIRO
743	MAQUINISTA-TREM
744	FOGUISTA-TREM
745	GUARDA-FREIOS
746	MANOBREIRO-SINALEIRO
753	CARROCEIRO-TROPEIRO
762	CONSERVADOR-FERROVIAS
922	OPER-TRATAM-BOMBEAM-DAGUA

Como complemento da classe as ocupações abaixo entram na categoria 72 segundo os setores de atividade descritos:

Eletricidade
Gás
Água e esgoto
Lixo
Pequeno transporte
Transporte público
Transporte de carga
Transporte terrestre (Rodoviário)
Transporte marítimo
Transporte aéreo
Transporte urbano
Correios
Telefones
Armazéns
Serviços diversos aux. Ind. Em geral
Administração financeira
Serviços de transporte
Org de serv de transporte
Serviços navegação
Serviços auxiliares ativ. econômica

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Operários da construção civil (Categoria 74)

Na classe dos operários da construção civil temos também dois grupos de ocupação. Sem nenhum tipo de filtro a classe é integrada pelas ocupações que seguem:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
483	TANOEIRO
511	ARMADOR-CONCRETO
512	PEDREIRO
513	SERVENTE-PEDREIRO
514	PINTOR-CAIADOR
515	ESTUCADOR
516	LADRILHEIRO-TAQUEIRO
518	VIDRAC-COLOCADOR
519	CALCETEIRO-ASFALTADOR
520	CALAFATE
521	OPER-MAQ-CON-CIVIL
564	OLEIRO

Como complemento, as ocupações a seguir entram na classe 74 se fizerem parte do setor de atividade da Construção Civil.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Trabalhadores domésticos (Categoria 81)

Compõem essa categoria as seguintes ocupações:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
801	ARRUMADEIRA
802	BABA-DOMESTICA
803	COZINHEIRA-DOMEST.
804	FAXINEIRA-DOMEST
805	LAVAD/PASSADEIRA

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
806	GOVERNANTA/MORDOMO
807	EMPREG-DOMÉSTICO
808	AUXILIAR-DOMÉSTICO
816	GOVERNANTA EXC.DOM.

Ambulantes e Biscateiros (Categoria 82)

Essa classe reúne as ocupações dos trabalhadores ambulantes.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
13	VENDEDOR AMBULANTE
612	AGUADEIRO
613	DOCEIRO-SORV-BALEIRO
614	QUITANDEIRO-FRUTEIRO
615	TRIPE-PEIXE-LEITEIRO
616	BILHETEIRO
617	OUTROS-AMBULANTES

As ocupações abaixo também compõem a categoria 82 desde que não sejam classificadas como empregados na sua posição na ocupação.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
826	ENGRAXATE
915	DEDETIZADOR
916	GUARDADOR-AUTOMOVEIS
924	TRAB-BRACAL-SEM-ESPECIF.
925	TRAB-CONSERV-RODOVIAS

Anexo 2: Questionário

Apresentar-se, dizer que é pesquisador da Universidade Federal de Goiás e que está fazendo uma pesquisa sobre violência urbana em 13 cidades do Estado de Goiás. Esclarecer que as respostas são sigilosas e que ele, entrevistado não será identificado. Explicar que as respostas serão transformadas em números. Seja Cortês!
Nome do Pesquisador:_____ data da entrevista:_____

Área Pesquisada: _____
Idade:_____ Sexo:_____
Escolaridade:_____Ocupação:_____

A) Há quanto tempo você mora neste bairro: **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Menos de 1 ano
2) De 1 a 3 anos
3) Mais de 3 anos

B) Você mora: **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Sozinho (a)
2) De 2 a 4 pessoas
3) De 5 a 7 pessoas
4) Mais de 7 pessoas

C) Você conversa com os seus vizinhos: **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Diariamente
2) Frequentemente
3) Raramente
4) Nunca

D) O que mais o incomoda no seu bairro em 1°, 2° e 3° lugar: **(Pesquisador, anote nos parênteses o número correspondente as opções na ordem em que elas são citadas)**
1) Falta de iluminação
2) Falta de policiamento
3) Presença de Matagais
4) Presença de lotes baldios, casas ou prédios abandonados
5) Ruas sem pavimentação
6) Nenhuma dessas me incomoda **(Pesquisador não ler esta alternativa)**

1°: ( )
2°: ( )
3°: ( )

E) Com que freqüência esses atos acontecem no seu bairro: **(Pesquisador, anote no parêntese o número correspondente a opção citada).**
1. Nunca acontece
2. Acontece Raramente
3. Acontece Frequentemente

E1) As pessoas discutem, xingam ou insultam as outras na rua ..... ( )
E2) Muitas pessoas estranhas ou desconhecidas andando nas ruas do bairro..... ( )
E3) As pessoas sujam as ruas ..... ( )
E4) Muitas lâmpadas das ruas são quebradas de propósito ..... ( )
E5) As pessoas são mal educadas ..... ( )
E6) Há grande confusão nos pontos de ônibus ..... ( )
E7) Pessoas destroem ou danificam os muros, janelas, postes, orelhões.....( )
E8) Pessoas que usam drogas em lugares públicos ..... ( )
E9) Gangues causam confusão, brigam , agridem pessoas..... ( )
E10) Há muito barulho nas ruas..... ( )

F) Como você se sente circulando sozinho(a) no seu bairro à noite? **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Muito seguro
2) Razoavelmente seguro
3) Um pouco inseguro
4) Muito inseguro

G) Do que você mais teme ser vítima em 1°, 2° e 3° lugar: **(Pesquisador, anote nos parênteses o número correspondente as opções na ordem em que elas são citadas)**
1) Roubo de telefone celular
2) Roubo de veículo
3) Roubo de outro objeto pessoal
4) Roubo na sua residência
5) Seqüestro
6) Agressão física
7) homicídio
8) Estupro

1°: ( )
2°: ( )
3°: ( )

H) Com que freqüência esses atos de violência acontecem no seu bairro: **(Pesquisador, anote no parêntese o número correspondente a opção citada).**
1. Nunca acontece
2. Acontece Raramente
3. Acontece Frequentemente

H1) Furtos ..... ( )
H2) Roubo em residências ..... ( )
H3) Estupro ou tentativa de violência sexual..... ( )
H4) Assalto à mão armada..... ( )
H5) Assassinato de pessoas ..... ( )
H6) Roubo seguido de morte ..... ( )
H7) Roubo de carros ou motos (assaltos) ..... ( )
H8) Tráfico de drogas ..... ( )
H9) Roubo no comércio local ..... ( )
H10) Um adulto agride uma criança causando lesão corporal ..... ( )
H11) Seqüestro de pessoas para pedir resgate ..... ( )

H12) Uma pessoa agride outra, causando lesões corporais ..... ( )
H13) Espancamento ou agressão contra mulheres ..... ( )

I) Você já fez alguma modificação em sua residência ou condomínio visando maior segurança?
1) Sim
2) Não **(Caso a resposta seja negativa, pular para questão J)**

I1) Se fez, qual ou quais? **(Anote 1 para sim e 2 para não no parêntese**)
I1.1) Instalou alarme ..... ( )
I1.2) Instalou cerca elétrica ..... ( )
I1.3) Instalou câmeras..... ( )
I1.4) Aumentou/Construiu muros ..... ( )
I1.5) Colocou grades..... ( )
I1.6) Colocou garras, pregos, vidros nos muros ..... ( )
I1.7) Contratou firma de vigilância privada ..... ( )
I1.8) Mantém Cães de guarda ..... ( )
I1.9) Instalou interfone ..... ( )
I2.0)Instalou olho mágico ..... ( )
I2.1)Contratou vigia de quarteirão..... ( )
I2.2)Contratou um guarda ..... ( )

J) Agora eu peço que você pense em um lugar perigoso e que me descreva quais são características desse lugar:

_____

_____

_____

K) Qual é a sua opinião sobre a violência em Goiânia em relação ao último ano: **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Aumentou
2) Permaneceu como Estava
3) Diminuiu

L) Você foi vítima de algum desses atos no último ano? **(Se mais de um ato, marque os três últimos)**
1) Furto
2) Roubo de telefone celular
3) Roubo de veículo
4) Roubo de outro objeto pessoal
5) Roubo na sua residência
6) Seqüestro
7) Falso Seqüestro
8) Agressão física
9) Tentativa de homicídio
10) Tentativa de estupro
11) Estupro
12) Não foi vítima de nenhum desses atos **(Se não, pular para a questão M)**

L1) Se o entrevistado foi vítima de mais de um ato, perguntar qual dentre os citados lhe causou mais medo.
Marque no parêntese o número correspondente a este ato: ( )

PARA AQUELES QUE FORAM VÍTIMAS DE MAIS DE UM ATO, AS QUESTÕES SEGUINTES REFEREM-SE AO ATO ESCOLHIDO NA L1.

L2) O agressor era:
1) Conhecido
2) Estranho
3) Não identificado **(Se não identificado pular para a questão L6)**

L3) O agressor era do sexo:
1) Feminino
2) Masculino

L4) Aproximadamente qual era a idade do(a) agressor(a):
1) Até 14 anos
2) De 15 a 18 anos
3) De 19 a 30 anos
4) Acima de 31 anos

L5) Quanto a cor o(a) agressor(a) era:
1) Branco
2) Negro
3) Pardo (mulato, moreno, etc)

L6) O crime aconteceu:
1) Em casa
2) Na rua, do bairro em que mora
3) Na rua, fora do bairro em que mora
4) No ônibus
5) No trabalho
6) Na escola
7) Em local de lazer

L7) O crime aconteceu:
1) De manhã
2) À tarde
3) À noite
4) De madrugada

L8) Você chamou a polícia?
1) Sim
2)Não

L9) Foi registrado boletim de ocorrência na delegacia?
1) Sim **(Se sim, ir para a L10)**
2) Não

L9.1) Por que não foi registrado Boletim de Ocorrência?
(Após responder esta, ir para a questão M)
1) Não adianta, a polícia não faz nada.
2) O objeto roubado era de pequeno valor.
3) Demora muito, gasta tempo.
4) Medo de Represália.

L10) Foi encontrado o suspeito?
1) Sim
2) Não

L11) A ação da polícia foi:
1) Satisfatória
2) Insatisfatória

M) Algum amigo próximo ou vizinho foi vítima de algum ato de violência no último ano?
1) Sim
2) Não

N) Alguém da sua família foi vítima de algum ato de violência no último ano?
1) Sim
2) Não

O) O que você diria sobre as seguintes afirmações:
1) Concordo
2) Discordo

O1) Penas mais rigorosas podem reduzir o crime no país ( )
O2) A pena de morte seria uma medida eficaz na redução do crime no Brasil ( )
O3) A redução da maioridade penal é uma medida fundamental para reduzir a violência no Brasil ( )
O4) Contratar vigilância privada é uma das melhores maneiras de garantir a segurança dos cidadãos ( )
O5) A segurança pública tem sido eficaz no combate a violência. ( )
O6) Evitar lugares públicos e o contato com estranhos é uma das medidas para se viver com segurança.( )
O7) A utilização de cercas elétricas, alarmes, câmeras, etc., nos bairros são as melhores opções para se viver com segurança. ( )
O8) Melhor policiamento pode reduzir o crime no seu bairro. ( )
O9) Evitar lugares afastados do seu bairro é uma forma de se sentir seguro. ( )
O10) Ninguém está seguro em lugar algum. ( )

P) Qual o principal meio de comunicação através do qual você toma conhecimento dos crimes violentos cometidos? **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Televisão
2) Rádio
3) Jornal impresso
4) Internet
5) Outros
Q) Você acha que as notícias sobre violência: **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Mostram o que de fato acontece.
2) Não expõem a totalidade dos fatos.
3) Exageram na divulgação de atos violência.

R) Com quem você conversa mais sobre violência? **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Familiares
2) colegas de trabalho
3) vizinhos
4) outros

S) Qual o tipo de crime que mais choca você? **(Marcar apenas 1 opção)**
1) Homicídio
2) Estupro
3) Seqüestro
4) Roubo seguido de morte
5) Outros

Agradecer ao entrevistado.

Assinatura do responsável pela Conferência:_____

Anexo 3: Roteiro de Entrevista

1) Há quanto tempo o senhor (a) reside neste bairro?
2) Como é a convivência com os vizinhos?
3) Descreva sua trajetória de moradia na cidade?
4) O que acha de morar aqui?
5) O quanto o senhor (a) se sente seguro(a) residindo neste bairro?
6) O senhor(a) saberia reconhecer um lugar perigoso? Quais suas características?
7) Nos últimos tempos o senhor(a) implementou alguma modificação em sua residência/condomínio visando maior segurança?
8) Com relação aos seus hábitos e de sua família existe uma preocupação com a segurança? O que fazem para evitar a violência e para se sentirem mais protegidos?
9) Recentemente houve uma proposta de cercamento da favela da rocinha no Rio de Janeiro, bem como, de alguns bairros em algumas cidades brasileiras. Aqui mesmo em Goiânia havia uma proposta de cercamento do Setor Jaó. O senhor(a) acredita que o fechamento dos espaços (condomínios, ruas) e o reforçamento de medidas de segurança são soluções eficazes no que condiz os atuais contextos de violência e insegurança?
10) Quem ou o quê o senhor(a) teme quando sai a rua? Onde não se sente seguro? Que medidas o senhor(a) acha que deveriam ser tomadas para que as pessoas se sentissem mais seguras?
11) O senhor(a) acredita que as medidas dos órgãos de segurança pública são eficazes no controle da violência e em garantir a segurança dos cidadãos?